



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Educação e Humanidades
Faculdade de Formação de Professores
Programa de Pós Graduação em História Social

Stefania Macena Wolff

**“Merecedoras das páginas da História”: narrativas biográficas na
construção do gênero feminino no Brasil do oitocentos**

São Gonçalo
2019

Stefania Macena Wolff

**“Merecedoras das páginas da História”: narrativas biográficas na
construção do gênero feminino no Brasil do oitocentos**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Social do Território. Linha de Pesquisa: Território, Identities e Representações.

Orientadora: Prof^ª Dra. Márcia de Almeida Gonçalves

Rio de Janeiro

2019

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/ REDE SIRIUS/ BIBLIOTECA CEH/D



Autorizo apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Stefania Macena Wolff

**“Merecedoras das páginas da História”: narrativas biográficas na
construção do gênero feminino no Brasil do oitocentos**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Social do Território. Linha de pesquisa: Território, Identidades e Representações.

Aprovada em ____ de _____ de 2019

Banca Examinadora:

Prof^a Dra. Márcia de Almeida Gonçalves
Faculdade de Formação de Professores – UERJ

Prof. Dr. Francisco Gouvea de Sousa
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UERJ

Prof. Dr. Rodrigo Turin
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

São Gonçalo

2019

AGRADECIMENTOS

Eu sou o que sou porque nós somos o que somos.

Agradeço,

A pai e mãe, meus pilares, meus modelos e, mais vezes do que costumamos admitir, meus espelhos.

Ao João, pelo interesse genuíno até nas menores das minhas ideias e pelo incansável hábito de emprestar leveza ao cotidiano.

À Márcia, pelos valiosos ensinamentos; pelos anos de confiança e paciência. Porque sem ela, não existiria essa história.

À Nayara, a primeira a me levar pelos caminhos da pesquisa histórica.

A Jahi e Luisa, que desde o tempo de graduação compartilharam tanto do processo de tornar-me historiadora, que desde então compartilham tanto dos sentimentos e ideias.

Ao Danilo, meu primeiro colega de “tudologia”. Escrever uma dissertação é um exercício para continuar no nosso caminho, infinito, de querer saber do tudo.

A todos os amigos de longa ou curta duração, pelo afeto, pela força, por tudo que é extra-acadêmico, sem o qual conhecimento algum faz sentido.

À Universidade do Estado do Rio de Janeiro e a todos e todas que cotidianamente se esforçam e esforçaram para que ela seja o que é: espaço de vivências diversas e construção de conhecimento. A UERJ é o que é porque há lutas por políticas públicas; porque, contra todos que querem esvaziá-la de potência, segue sendo pública, gratuita, aberta, crítica e, portanto, de qualidade. Resistimos.

RESUMO

WOLFF, Stefania Macena. “Merecedoras das páginas da história”: narrativas biográficas na construção do gênero feminino no Brasil do oitocentos. 2019. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2019.

A presente dissertação tem como proposta analisar a correlação entre as narrativas construídas sobre o gênero feminino e o projeto discursivo de formação da identidade brasileira, engendrado por homens de letras ao longo da segunda metade do século XIX, a partir de um gênero em destaque na produção escrita nesse contexto: a biografia. Ao entender as narrativas biográficas como um tipo de escrita com usos políticos e pedagógicos e como um meio diferenciado de acesso ao passado, buscamos compreender qual era o modelo de feminino que figuraria como exemplar na recém construída nação brasileira. A análise proposta gira em torno de dois objetos: a obra *Brasileiras Célebres* - compilado de biografias escritas por Joaquim Norberto de Souza e Silva publicado em 1862 – e *O Ano Biográfico Brasileiro* – publicado por Joaquim Manoel de Macedo em 1876. O primeiro livro reúne narrativas de vida das mulheres que foram consideradas "merecedoras das páginas da história" do Brasil; o segundo, apresenta 365 biografias de pessoas consideradas exemplares, das quais dezenove são mulheres. Nota-se, pela própria existência dessas narrativas, que a figura da mulher não esteve de todo ausente no gênero biográfico ou na construção identitária da sociedade brasileira, embora a ela fosse relegado um papel secundário diante das narrativas históricas primordialmente masculinas. Essa presença feminina evidencia que houve um papel específico esperado das mulheres, construído para elas por homens e vinculado a um projeto de poder, analisado no âmbito dessa dissertação.

Palavras-chave: gênero, história das mulheres, biografia, historiografia brasileira, Brasil oitocentista.

ABSTRACT

WOLFF, Stefania Macena. “Merecedoras das páginas da história”: biographies in the building of gender in the nineteenth century Brazil. 2019. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2019.

The following dissertation aims to analyse the relations between the discourses constructed about the female gender and the discursive project of the formation of Brazilian identity, engendered by “men of letters” throughout the second half of the nineteenth century, as from one specific gender: biography. Understanding the biographical narratives as a writing with political uses and as a different way of access to the past, we sought to investigate what was the ideal of “feminine” that would appear as an example to the newly built Brazilian nation. The analysis is based on two objects: the book *Brasileiras Célebres* – written by Joaquim Norberto de Sousa e Silva and published in 1862 – and *O Ano Biográfico Brasileiro* – published by Joaquim Manuel de Macedo in 1876. The first object brings together narratives of the life of women who were considered as “deservers of the History pages”; the second presents 365 biographies of people considered important, of which nineteen are women. It is noticeable for the very existing of these narratives that the women were not completely absent in the identity construction of Brazilian civilisation, although they were relegated to a secondary role in the primarily male-based historical narratives. But their presence also shows that there was a specific role expected of women, built for them by men and linked to a political project.

Keywords: gender, women’s history, biography, Brazilian historiography, nineteenth century Brazil.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1 NOS CAMINHOS DA GLÓRIA NACIONAL: BIOGRAFIA E CULTURA HISTÓRICA NO BRASIL IMPERIAL.....	17
1.1 Escritas de vida e escrita da história.....	18
1.2 O projeto biográfico como projeto de coletividade.....	22
1.3 A biografia como cultura histórica e formação identitária.....	30
1.4 A cultura histórica oitocentista na história da freira mártir.....	34
2 FEMININOS EM PERSPECTIVA: MULHER, GÊNERO E CONSTRUÇÕES DISCURSIVAS NO OITOCENTOS.....	39
2.1 A Mulher como categoria teórico-política.....	42
2.2 A história das mulheres.....	48
2.3 Sobre a multiplicidade do gênero.....	53
2.4 Discursos de gênero no Brasil oitocentista.....	60
3 SANTAS, GUERREIRAS E MÃES: O PROJETO BIOGRÁFICO NA CHAVE DO GÊNERO.....	64
3.1 As senhoras brasileiras nos limites do biográfico.....	66
3.2 As honrosas selvagens e a luz da civilização.....	68
3.3 Heroínas da fé cristã.....	74
3.4 Gênio e glória feminis.....	79
3.5 Armas e virtudes.....	83
3.6 O heroísmo feminino nos limites do gênero.....	85
4 CONCLUSÃO.....	88
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	92

INTRODUÇÃO

Em algum dia de minha infância, talvez entre os nove e onze anos de idade, fui presenteada por minha mãe com um livro: *A Bolsa Amarela*, de Lygia Bojunga. Não ficou na minha memória o ano específico, nem se havia um motivo para ganhar o presente, mas da história ainda me lembro com detalhes. A personagem principal, Raquel, era uma criança, como eu. Mas diferente de mim, ela tinha uma bolsa amarela, onde podia não só guardar bem guardado seus objetos, mas também esconder suas vontades secretas: a vontade de crescer, a vontade de ser escritora e a vontade de ser menino.

Ler sobre essa última vontade, logo nas primeiras páginas do livro, foi um choque para mim. Eu tinha, como Raquel, uma inconfessada vontade de ter nascido menino. Será que minha mãe tinha de alguma forma descoberto esse segredo e por isso me presenteado com aquela história? Mas como poderia uma personagem ter o mesmo desejo que eu, um desejo que parecia tão único, e mesmo vergonhoso?

Prossegui, avidamente, na leitura. Raquel queria ser um menino porque eles eram sempre os chefes - das brincadeiras e das famílias -; porque eles tomavam todas as decisões, enquanto as meninas aguardavam que decidissem por elas; porque todas as atividades de menino pareciam muito mais divertidas e desafiadoras; porque os personagens intrigantes das histórias que lia e ouvia eram sempre os garotos. No desenrolar da narrativa, a vontade de Raquel por vezes cresce, outras diminui - oscilando muitas vezes por conta das falas de outros personagens, que separavam o mundo em “coisas de menino” e “coisas de menina”. Até que, no fim, Raquel liberta da bolsa a vontade de crescer e a vontade de ser menino, guardando consigo apenas a vontade (muito mais leve) de escrever. A personagem percebe que, na verdade, nunca quis ser menino, só queria fazer o que gosta - e conclui que poderia ser quem era: uma menina escritora, que jogava futebol, soltava pipa e tomava suas próprias decisões.

Eu não sabia então, mas aquela era a primeira vez que eu lia sobre questões de gênero. Anos depois, quando já tinha um interesse claramente delimitado pelo debate do gênero - pelos diferentes papéis delineados para homens e mulheres na sociedade - e quando já não mais passava pela minha cabeça a vontade de ter nascido menino, soube que esse era, de fato, um desejo bastante comum, compartilhado não só por mim e pela personagem Raquel, mas por diversas meninas e mulheres na cultura ocidental. Na introdução a *As Mulheres ou Os Silêncios da História*, a historiadora Michelle Perrot admite que, por muito tempo “O mundo dos homens me atraía e o das mulheres me parecia tão tedioso quanto derrisório [...] Eu compartilhava da misoginia habitual das mulheres em vias de emancipação que identificam

sumariamente as mulheres e o feminino como arcaísmo.” (PERROT, 2005, p. 19) Mas, segundo a autora, se aprofundar no estudo da história das mulheres fez com que ela pudesse superar sua misoginia interna ao compreender a infinita multiplicidade do feminino. O mundo das mulheres nada tinha de tedioso: era diverso, pleno de potências, aberto. As mulheres podiam viver de tantas e tão interessantes formas quanto os homens. Mas há uma grande dificuldade de ter acesso a esse mundo amplo e estimulante, originada no apagamento dos rastros, no silêncio da história.

O romance infantil de Lygia Bojunga e a reflexão historiográfica de Michelle Perrot podem nos encaminhar para uma mesma consideração: uma peça chave para compreender os papéis de gênero, especificamente o dito papel feminino, é o discurso que é feito sobre meninos e meninas, sobre homens e mulheres - sejam os discursos que reproduzem exhaustivamente o que são “coisas de menina”, seja o silenciamento (que também compõe o discurso) de narrativas sobre mulheres reais e possíveis.

São muitas as formas como esse discurso se manifesta: nas brincadeiras da infância, nos contos de fada, nas revistas categorizadas em femininas e masculinas, na literatura, no cinema, na publicidade e, entre uma infinidade de outras manifestações, na historiografia. Nas últimas décadas, diversas historiadoras têm denunciado o caráter androcêntrico da escrita da história e afirmado que essa história, escrita no masculino, é também - e ainda - responsável por reproduzir e produzir saberes que mantêm a estrutura de dominação masculina. Isso é visível na seleção de objetos e temáticas a serem analisados pelo olhar do historiador e nos autores que compõem o cânone da historiografia. É visível também no caráter de apêndice a que foi delegada a história das mulheres enquanto campo historiográfico: existe a História, e existe a história das mulheres.

Se o androcentrismo na história existe ainda na contemporaneidade, ele é, naturalmente, ainda mais evidente no passado. Ao estudar as formas como a história foi escrita ao longo dos tempos, ao buscar entender quais foram os objetos e os olhares dos historiadores do passado, não é comum que encontremos mulheres entre os grandes nomes da História, entre as pessoas sobre quem se produziu extensos registros.

O século XIX é um momento emblemático nesse sentido. Foi esse o século da institucionalização da disciplina, da busca pela inserção da história no conjunto dos saberes científicos, do desenvolvimento de um método que buscasse a objetividade. Simultaneamente, o século XIX assiste ao desenvolvimento de uma história que se voltava primordialmente ao nacionalismo, à identificação das origens e da “evolução” das nações, a fim de exaltar os recém formados Estados Nacionais e buscar legitimação e a identificação do povo com esse

Estado. Por fim, no caso específico do Brasil, o oitocentos assistia também a uma permanência do topos da *historia magistra vitae*, a história como fornecedora de exemplos e de aprendizados a serem reproduzidos ou recusados.

As mulheres, de maneira geral, não fazem parte das narrativas sobre a gênese da nação - as narrativas sobre a nação têm como foco principal a política e as guerras, tradicionais espaços de exclusão feminina - e, nessa mesma perspectiva, não costumam ser exemplos selecionados para figurar na lógica da história mestra da vida.

Por isso, encontrar histórias sobre mulheres em meio a narrativas de historiadores brasileiros do século XIX faz despertar a curiosidade. Tal curiosidade foi, justamente, o que me moveu a tentar compreender os dois objetos centrais do presente trabalho: *Brasileiras Célebres*, escrito por Joaquim Norberto de Souza e Silva e publicado em 1862, e *O Ano Biográfico Brasileiro*, publicado em 1875, de autoria de Joaquim Manuel de Macedo.

Esse segundo, com o qual tive contato primeiro, é um compilado de biografias reunidas pelo autor em três volumes, que seriam enviados à Exposição Universal de Filadélfia em 1876. Tal exposição era um momento chave para a nação brasileira mostrar-se para o mundo enquanto nação moderna e o autor era um reconhecido intelectual de então - romancista, jornalista, professor, teatrólogo, biógrafo, historiador; membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. É evidente, então, que as 365 pessoas selecionadas para terem suas histórias de vida contadas na obra eram consideradas indivíduos importantes e exemplares para a imagem que o Império do Brasil pretendia exportar. Alguns ainda hoje são constantemente lembrados e considerados relevantes para a história nacional - como é o caso de D. Pedro I, cuja biografia é a mais extensa do livro, ocupando 37 páginas. Outros têm biografias mais modestas e, com o passar dos anos, caíram no olvido da história.

Dentre a grande diversidade de tópicos que podem ser abordados em um livro como o *Ano Biográfico*, o que mais chama a atenção para uma historiadora interessada em compreender as questões de gênero são as biografias de mulheres. Me deparar com elas foi, na verdade, uma surpresa. Se a história do Brasil no século XIX é focada essencialmente nos grandes homens e no âmbito político, como poderiam essas mulheres figurar entre o seletivo grupo de representantes da nação brasileira? Quem seriam essas mulheres? De que forma suas histórias foram contadas? Elas não são muitas - apenas dezenove em um universo de 365 biografias - mas suas histórias, inegavelmente, estavam ali, intencionalmente registradas nas páginas da história nacional.

Deparar-me com as mulheres do *Ano Biográfico Brasileiro* pela primeira vez despertou uma curiosidade sobre elas e uma reflexão acerca do discurso - tão importante para

a compreensão do gênero - que era produzido acerca do feminino nesse momento específico: o momento em que os intelectuais brasileiros buscavam delimitar, em grande parte pela escrita, os contornos e a identidade da nação.

Um dos autores mais respeitados no campo do estudo dos nacionalismos, Benedict Anderson, afirma que sobre este fenômeno, por mais que esteja presente há no mínimo dois séculos, não há consenso analítico. Pelo contrário, quanto a ele surgem cada vez mais questões e menos respostas que se proponham definitivas. Sobre o nacionalismo, diz ele:

Sua difusão global ora é interpretada pela metáfora maligna da metástase, ora sob os signos sorridentes da identidade e da emancipação [...] Hoje, pode-se formular um novo tipo de pergunta - "quão masculino é ele?" - sem que haja nenhuma resposta claramente superior a outras. (ANDERSON, 2000, p. 12)

A presença de mulheres em um livro como *O Ano Biográfico* pareceu ser, então, uma chave privilegiada para investigar o quão feminino era o nacionalismo brasileiro em sua concepção; o quão aberto estava este nascente nacionalismo para as mulheres e de que forma elas foram inseridas nele discursivamente.

A curiosidade a respeito das narrativas sobre o feminino nessa obra de Joaquim Macedo me levou a encontrar uma segunda obra, inserida em um contexto bastante semelhante: *Brasileiras Célebres*. Apesar das aproximações entre as obras – ambas escritas no Brasil de meados do século XIX, ambas de autoria de homens membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, ambas compartilhando de algumas mesmas histórias – *Brasileiras Célebres* apresenta uma especificidade: é um livro apenas sobre mulheres. É, também, escrito para mulheres. Joaquim Norberto tinha a intenção de que o livro fosse distribuído nas escolas femininas e usado nas aulas.

Percebe-se claramente, assim, uma intenção pedagógica na escrita dessas histórias de mulheres, uma vez que as célebres brasileiras do passado, por seus feitos e virtudes, serviriam de aprendizado e exemplo a ser reproduzido para as meninas que lessem suas histórias nas escolas. Se, como vimos, os discursos que produzem os papéis feminino/masculino na sociedade se manifestam de diversas formas, mais ou menos sutis, um livro sobre mulheres dedicado à instrução de meninas mostra-se como um espaço privilegiado para a análise desses papéis discursivamente construídos, justamente por sua intencionalidade de produzir exemplos.

Mas o fato de *O Ano Biográfico Brasileiro* não ter sido produzido com a mesma intenção, de ser usado em escolas, não significa que esse não tivesse também uma função pedagógica e exemplar. Afinal, ao produzir narrativas que constassem como o ideal de “ser

brasileiro” – ou, mais especificamente, “ser brasileira” – Macedo também faz uso de uma estratégia discursiva que reafirma valores, ações e virtudes esperados do brasileiro ideal. Ao expor esse ideal, o texto se mostra simultaneamente como um legitimador dessas virtudes e práticas e como uma projeção para que essas se repetissem. Ao difundir vidas exemplares, oferecia-se lições de vida.

Nesse sentido, há ainda uma outra aproximação entre os livros de Macedo e Norberto. Óbvio, mas que se faz necessário notar: ambos são compilados *biográficos*. Enquanto um gênero específico, distinto da historiografia mesmo quando escrito por historiadores, a biografia tem como principal particularidade o foco no indivíduo. Mesmo quando busca construir uma imagem mais voltada à coletividade, como é o caso da escrita biográfica pedagógica ou exemplar, a biografia não pode prescindir de um nível de subjetividade, diferentemente da historiografia que buscava por uma certa objetividade.

Assim, se as mulheres muitas vezes não faziam parte da escrita oficial da história – em parte por ser o espaço privado o espaço do feminino – as biografias parecem abrir um espaço para que elas sejam reconhecidas e colocadas em evidência. Longe dos grandes temas generalistas da história política, há na biografia um campo em que se pode falar da exceção, do específico e de temas deixados de lado nas grandes narrativas históricas. É nesse sentido que *O Ano Biográfico* e *Brasileiras Célebres* narram, por exemplo, a história de Maria Quitéria – uma exceção que se destacou por, diferentemente do que era esperado para as mulheres, lutar em batalhas –, mas também a de Dona Manoela de Santa Clara e Dona Rita do Sacramento, mulheres que tiveram como grande feito a fundação de um recolhimento para a educação de meninas nas virtudes da fé.

Dizer que as biografias abrem espaço para subjetividades não significa, no entanto, dizer que elas se afastam da coletividade, o que se percebe com clareza pelo já mencionado papel pedagógico. Embora as biografias oitocentistas permitam narrativas distintas das escritas historiográficas de então, elas não se tratam apenas de um conjunto de histórias sobre vidas individuais de mulheres. Tratam-se, pelo contrário, de discursos de poder, discursos que definem relações sociais a partir das diferenças destacadas entre os significados – visto aqui como socialmente construídos e não biológica e naturalmente definidos – do masculino e do feminino.

Apesar de tudo, o fato é que *Brasileiras Célebres* e *O Ano Biográfico Brasileiro* existem. Existiram as mulheres neles destacadas e existiu o interesse de escrita de suas histórias. Apesar do denunciado silenciamento do feminino na história, apesar da subalternidade à qual as mulheres foram submetidas, apesar da ausência da mulher nos

espaços públicos tidos como relevantes – apesar disso essas histórias existem e chegaram até o presente. Analisá-las, na contemporaneidade, é perceber que elas revelam ao mesmo tempo a regra e a exceção. É uma exceção que se dedique esforços a contar a história de mulheres no Brasil do século XIX, são exceções muitos dos feitos ali registrados que tornaram essas mulheres, na ótica de homens, “merecedoras das páginas da história”. É a regra que a narrativa em tom elogioso dessas mulheres gire em torno de adjetivos como suave, bela, virtuosa, fiel.

Dessa forma, a leitura desses livros no presente é por vezes ambígua. Ao mesmo tempo que revela a história de mulheres, algumas delas pouco ou nada conhecidas na atualidade, e que mostra uma multiplicidade maior do que o esperado para seu tempo – há mulheres artistas, guerreiras, intelectuais, além dos tradicionais papéis de mulheres-mães e cristãs – revela também um discurso de manutenção das estruturas de gênero, de legitimação da subalternidade do feminino.

Nota-se, pela própria existência dos livros em questão, que a figura da mulher não esteve de todo ausente no gênero biográfico ou na construção histórico-identitária da civilização brasileira. Essa não-ausência, no entanto, não significa que não haja o silenciamento das mulheres, como denunciado por Michelle Perrot. Esse silenciamento se dá, de fato, no interior do próprio discurso. Silencia-se na seleção do que deve ser lembrado e do que deve ser esquecido, silencia-se na cuidadosa escolha de palavras.

Levanto, assim, uma hipótese: para os homens historiadores-biógrafos do século XIX – os construtores de discursos sobre a nação brasileira – a construção controlada de um discurso sobre o feminino é preferível ao absoluto silêncio sobre as mulheres na história. Porque, se há silêncio, há espaço para a livre criação de narrativas. Se, pelo contrário, há um discurso oficial construído, ele pode ser repetido, reiterado e reproduzido, até o ponto de soar como natural. O silêncio e o discurso, portanto, são mais complementares do que opostos. Essa hipótese leva a uma segunda: a de que as narrativas biográficas sobre mulheres no século XIX foram uma estratégia discursiva que reafirmava valores e comportamentos esperados da mulher brasileira e civilizada ideal, uma estratégia, portanto, mais de coletividade do que de individualidade – como talvez se pudesse esperar de escritas biográficas.

Uma análise dessas hipóteses – e das múltiplas questões relativas ao biográfico, à escrita da história, ao gênero e ao Brasil oitocentista que nelas se inserem – será, nesse trabalho, aprofundada em três capítulos.

O capítulo inicial tem como objetivo analisar a inserção das biografias escritas no Brasil imperial no amplo cenário da consolidação da nação brasileira em meados do século

XIX e nos discursos sobre o passado então formulados. Veremos, portanto, as narrativas biográficas produzidas nesse recorte temporal como parte integrante de uma certa cultura histórica, entendendo o gênero biográfico como um discurso legitimador de práticas e valores idealizados para figurar como um ideal de indivíduo brasileiro(a). A partir dessa compreensão, podemos ler as narrativas que compõem nossos objetos como, de certa forma, focadas na construção do lugar do indivíduo na construção imaginada de um coletivo. Para isso, traremos um exemplo de narrativa biográfica oitocentista: a história de Joana Angélica, a freira mártir, como foi contada em dois livros publicados no Brasil em meados do século XIX. É a partir dela que traçaremos o caminho do entendimento tanto da ideia de um projeto biográfico, quanto dos valores evidenciados pelos homens de letras que se entendiam como “construtores da pátria”, membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Mas Joana Angélica e as outras mulheres biografadas por Norberto e Macedo não representam apenas valores de coletividade, apresentam uma coletividade específica: A Mulher, enquanto categoria. Nesse sentido, o segundo capítulo se debruçará em um exercício de aprofundamento teórico em algumas categorias basilares para o estudo proposto: mulher e gênero. Analisaremos também o uso de alguns termos aparentemente simples – como mulher, homem, feminino, masculino – e observaremos que, longe de serem conceitos transparentes, esses carregam inúmeras camadas de significados social e historicamente construídos. Para colocar tais categorias em perspectiva histórica, traçaremos um panorama a respeito do campo da história das mulheres e de suas aproximações e distanciamento dos chamados estudos de gênero – em um diálogo com Joan Scott e Judith Butler e outras historiadoras e teóricas, perceberemos o quanto a construção do feminino é uma construção discursiva, distante de qualquer correspondência biológica. Enfim, observaremos algumas formas que esse discurso assumiu no Brasil do oitocentos, especialmente a forma expressa em *Brasileiras Célebres*.

Reafirmados nos capítulos anteriores o fato de que há uma distinção entre os discursos constitutivos dos gêneros feminino e masculino, bem como o fato de que o momento da escrita de *Brasileiras Célebres* e do *Ano Biográfico Brasileiro* é um momento basilar de definição discursiva, partiremos enfim para a análise aprofundada e sistemática das obras que são objeto desta dissertação. O terceiro capítulo, por fim, é constituído por tal análise. É aqui que será respondida uma de nossas questões iniciais: o que há de específico nas mulheres que mereceram então ser registradas para a posteridade nas páginas da história nacional. Para respondê-la, serão observadas as estruturas narrativas que aparecem repetidamente nas narrativas de ambas as obras, a fim de investigar quais eram os valores e comportamentos que

mereciam louvor e quais, pelo contrário, deveriam ser aceitos criticamente e apenas como exceção.

Após este último capítulo e nas considerações finais, espero, se tornará evidente a relação entre as narrativas biográficas, os usos do passado recorrentes no Brasil do oitocentos e a imagem discursiva construída para o gênero feminino.

Em uma pretensão talvez um tanto ingênua, espero também que a leitura do presente texto possa reafirmar, como fizeram e fazem tantas escritoras, a artificialidade do que entendemos – e por intenção ou descuido reproduzimos – como masculino e feminino, como “coisas de menina” e “coisas de menino”. Afinal, se percebemos o quanto essas categorias são historicamente construídas, podemos também percebê-las enquanto passíveis de transformação. Tal compreensão, talvez, nos ajude a seguir em um caminho de libertação semelhante ao traçado pela Raquel de Lygia Bojuda, esvaziando nossas bagagens de certos conceitos fixos.

1 NOS CAMINHOS DA GLÓRIA NACIONAL: BIOGRAFIA E CULTURA HISTÓRICA NO BRASIL IMPERIAL

No dia 19 de fevereiro de 1822, em meio a um saque de tropas portuguesas à cidade de Salvador, fez-se a primeira mártir das lutas de independência na Bahia: a madre abadessa do Convento da Lapa, Joana Angélica. Trespasada por uma baioneta, Joana Angélica morre defendendo com o próprio corpo a entrada do convento, após ordenar às demais virgens cristãs que fugissem pelo quintal e bradar aos invasores, falando em nome de Deus, que só entrariam por cima de seu cadáver. Diante de sua inevitável morte, Joana “alçou os olhos para o céu, e expirou com um sorriso nos lábios.” (SILVA, 2004, p. 142)

Essa história é contada, em tom patriótico e romântico, por Joaquim Norberto de Souza e Silva em *Brasileiras Célebres*, obra publicada pela primeira vez em 1862. Por sua devoção, martírio e patriotismo, Joana Angélica é por ele alçada ao rol das “merecedoras das páginas da história”, palavras pelos quais o autor chama as mulheres cujas trajetórias de vida optou por narrar nas pouco mais de 150 páginas de seu livro. Ao lado de Joana se encontram nomes como Maria Quitéria, lida ainda no século XXI como heroína da independência, mas também figuras anônimas como as mulheres agrupadas coletivamente sob o título de Heroínas do Tejucupapo.

O nome de Joana Angélica, no entanto, não é destacado apenas no livro que se dedica às mulheres. Poucos anos após a publicação de *Brasileiras Célebres*, a história da freira é novamente narrada – desta vez em um compilado de 365 biografias, escritas por Joaquim Manuel de Macedo e reunidas sob o título de *O Ano Biográfico Brasileiro*¹. A obra, publicada em 1876, apresenta narrativas biográficas de indivíduos que tivessem obtido glórias e destaque na formação da nação brasileira; pessoas cujas conquistas, valores e história de vida, segundo a ótica do autor, mereciam ser rememoradas pelas gerações futuras. Cada um desses gloriosos indivíduos tinha sua vida associada a um dia do ano. A Joana Angélica, coube a data de sua morte. Diz Macedo: “E a 19 de fevereiro de 1822 Joana Angélica, freira mártir, subiu

¹ Para maior fluidez de leitura, a grafia de palavras empregadas no século XIX foi atualizada ao longo de todo este texto. Assim, *o Anno Biographico Brasileiro* será referido como *O Ano Biográfico Brasileiro*, por exemplo. Os trechos extraídos deste e de outros livros terão também sua grafia atualizada.

ao céu, deixando na cidade de S. Salvador da Bahia a causa da independência do Brasil unvida com o sangue de uma virgem esposa de Jesus.” (MACEDO, 1876, p. 226).

Não há dúvidas sobre a existência da freira-mártir Joana Angélica, tampouco de seu reconhecimento pós-morte. Mais de uma rua recebe seu nome no país², nome este que, em julho de 2018, foi inscrito no Livro de Heróis e Heroínas da Pátria³. Não é, porém, sobre sua vida que discorrerá o presente trabalho. O interesse de estudo, aqui, não são trajetórias individuais – ainda que despertem um inegável interesse – mas sim as narrativas a respeito dessas histórias e a vinculação dessas narrativas individuais a estruturas coletivas. O que, de fato, tornaram célebres os indivíduos cujas trajetórias foram reunidas em *Brasileiras Célebres* e no *Ano Biográfico Brasileiro*? De que forma escolheu-se narrar suas histórias? Como essas narrativas de vida individuais foram inseridas no contexto em que foram escritas – o de consolidação na nação brasileira? São essas as perguntas que, sem a pretensão de oferecer respostas definitivas, nortearão a análise.

Nesse sentido, analisaremos a inserção das biografias escritas no Brasil imperial no amplo cenário da consolidação da nação brasileira em meados do século XIX. Assim, poder-se-á observar que a história da freira-mártir é apenas um dos diversos exemplos representativos de um uso específico do gênero biográfico, o uso político-pedagógico.

Veremos, assim, as narrativas biográficas então produzidas como parte integrante de uma certa cultura histórica em formação, entendendo o gênero biográfico como um discurso legitimador de práticas e valores idealizados para figurar como um ideal de “ser brasileiro” – ou, mais especificamente em nosso caso, “ser brasileira”. A partir dessa compreensão, podemos ler as narrativas que compõem nossos objetos – os referidos *Ano Biográfico Brasileiro* e *Brasileiras Célebres* – como, de certa forma, construtoras de um discurso específico: o do lugar do indivíduo na construção imaginada de um coletivo.

1.1 Escritas de vida e escrita da história

Gênero híbrido – relacionado por vezes à história e outras tantas à literatura – a biografia parece nunca abandonar as prateleiras de livrarias ou deixar de despertar certo fascínio no público leitor. Seu lugar dentro da historiografia, porém, nem sempre foi unânime. Depois de ter grandes louvores e destaques na historiografia do século XIX e início do XX, a biografia

² Há uma Rua Joana Angélica pelo menos em três capitais estaduais: Bahia, Rio de Janeiro e Belo Horizonte.

³ Lei Federal 13.697

perde espaço com o surgimento da chamada Nova História. Dentro das propostas de história totalizante e estrutural predominantes na historiografia das décadas de 40 a 80 do século XX – em especial nas teorias marxista e da Escola dos Annales – à narrativa de histórias de vida foi delegada a exclusão pelos historiadores, que passaram a associar o gênero a uma forma ultrapassada de escrever a história.

A década de 80, porém, assiste no campo da historiografia ao que Sabina Loriga chama de “redescoberta da biografia”. Redescoberta esta que deriva tanto de um processo de reflexão sobre as subjetividades no campo da história quanto do desenvolvimento de novas temáticas voltadas ao cotidiano e às relações entre indivíduo e sociedade. Lawrence Stone – com o seu polêmico artigo sobre o ressurgimento da narrativa – e Carlo Ginzburg são autores chave para compreender a extensão desse processo. Este por propor que a história atentasse a um outro modo de conhecimento que não o das ciências naturais, evidenciando formas de saber que partissem do particular, do micro, de indícios; aquele por destacar o surgimento de uma “tendência subterrânea” que atraía alguns historiadores para um modelo narrativo de história, em detrimento do modelo estrutural.

Repaginada e diferente dos moldes antigos, a biografia e os estudos que a tomam como objeto voltam a figurar entre os interesses dos historiadores.

Já na ótica de um público leitor, a biografia parece nunca ter deixado de despertar a curiosidade, motivada pelo que Janet Malcolm chamaria de “voyeurismo e bisbilhotice” – características que, segundo a escritora, são motores não apenas da leitura de biografias, mas do próprio interesse do biógrafo. Respalado ou não por um aparato acadêmico, há algo de curiosidade – ou bisbilhotice – subjacente à escrita de histórias de vida. Para a autora, “Raramente se leva em conta a natureza transgressiva da biografia, mas ela é a única explicação possível para a popularidade do gênero.” (MALCOLM, 1995, p.18)

Mas a biografia é uma ilusão; uma artificialidade. É o que defende Pierre Bourdieu no seu já clássico texto “A Ilusão Biográfica”. A biografia é ilusória quando pressupõe que a vida é uma linearidade dotada de sentido; quando narra a vida como um projeto, como um conjunto coerente, organizado, dotado de um sentido único, de uma teleologia; quando reduz a vida à um conjunto de acontecimentos. Assim, na perspectiva ilusória do biográfico, para que conheçamos a totalidade de uma vida basta relatar com minúcia esses acontecimentos dentro de uma cronologia e encontrar, enfim, a linearidade, o todo.

No entanto, “Produzir uma história de vida, tratar a vida como uma história, isto é, como o relato coerente de uma sequência de acontecimentos com significado e direção, talvez seja conformar-se com uma ilusão retórica” (BOURDIEU, 1996, p.185). A ilusão se desfaz na

medida em que um olhar mais atento demonstra que não há na vida uma linearidade. Não há uma essência adquirida pelo indivíduo no momento de seu nascimento que o acompanhe até a sua morte; não existe uma vida que seja um todo coerente, orientado e lógico. É nessa perspectiva que Bourdieu propõe uma aproximação com as descobertas do romance moderno, retomando Allain Robbe-Grillet e sua afirmação de que “o real é descontínuo, formado de elementos justapostos sem razão, todos eles únicos e tanto mais difíceis de serem apreendidos porque surgem de modo incessantemente imprevisto, fora de propósito, aleatório.” (*apud* Bourdieu, 1996, p.185)

Afirmar o caráter ilusório da narrativa biográfica não significa, é claro, negar a própria existência da biografia. É indiscutível que esta está presente nas estantes de livrarias e bibliotecas. Está presente, também, em uma ampla lista de gêneros que configura o que Leonor Arfuch denomina como *espaço biográfico* – categoria na qual se encontram narrativas tão diversas quanto biografias e reality shows, passando por entrevistas, autoficção, autorretratos, redes sociais e autobiografias. Em comum dentre os gêneros agrupados nesse conjunto, há a tendência à subjetivação. (ARFUCH, 2010) O espaço biográfico contém, portanto, toda narrativa que demonstra o interesse pelas subjetividades, pelo indivíduo. Interesse que, em tempos de redes sociais, parece estar cada vez mais presente no cotidiano.

Algumas dessas narrativa parecem se ater à ilusão do biográfico. Outras tantas não compartilham dela. Para Sabina Loriga, as considerações de Bourdieu são válidas e pertinentes, mas, em sua visão, é possível enxergar as biografias, em especial no campo da história, por uma ótica bastante distinta da do historiador francês. Para ela, umas das mais profícuas possibilidades da biografia é “utilizar o eu para romper o excesso de coerência do discurso histórico, ou seja, para se interrogar não apenas sobre o que foi, sobre o que aconteceu, mas também sobre as incertezas do passado e as possibilidades perdidas.” (LORIGA, 1998, p.246) Assim, o retorno do biográfico à historiografia permite um alargamento da compreensão do passado, que se mostra como uma complexidade que foge às linearidades, na medida em que um olhar para o indivíduo mostra que, apesar das estruturas sociais, apesar das relações de poder, há sempre espaço para alguma liberdade individual, alguma pequena ruptura da norma. Nesse sentido, o bom historiador-biógrafo entende, hoje, o caráter ficcional intrínseco a toda escrita biográfica e, munido dessa compreensão, busca encontrar através das narrativas individuais os desvios e as potencialidade do passado.

Mas embora seja essa uma compreensão da contemporaneidade, mesmo em séculos passados não era uma unanimidade a crença na ilusão biográfica, na possibilidade de construir

uma linearidade coerente através da narrativa de uma história de vida. Segundo Giovanni Levi, em meados do século XVIII Denis Diderot já afirmava que

“a biografia era incapaz de captar a essência de um indivíduo. Não que rejeitasse o gênero biográfico; entendia, mais precisamente, que a biografia, embora incapaz de ser realista, tinha uma função pedagógica na medida em que apresentava personagens célebres e revelava-lhes as virtudes públicas e os vícios privados” (LEVI, 1996, p.171)

A visão de Diderot é exemplar do que entendemos como função pedagógica, ou didática, da biografia – a mesma perspectiva do biográfico perceptível em *Brasileiras Célebres* e no *Ano Biográfico Brasileiro*. Nessa perspectiva, as biografias assumem um caráter exemplar, “privilegiando a dimensão pública em vez da dimensão privada e considerando insignificantes os desvios dos modelos propostos.” (LEVI, 1996, 172) Assim, a biografia aparece como um discurso voltado à reafirmação de valores e ações, como uma narrativa que busca ensinar um modelo ideal de ser, agir e pensar.

No uso pedagógico das biografias, as particularidades do indivíduo são destacadas apenas na medida em que representam modelos – sejam virtudes a serem reproduzidos pelo leitor, sejam vícios a serem rechaçados. Sentimentos e perspectivas individuais, em especial as desviantes da norma, costumam estar ausentes da narrativa, que se volta com frequência à coletividade. É o que podemos observar na biografia da freira-mártir Joana Angélica, a corajosa virgem que oferece seu sangue por uma causa coletiva: a independência da nação.

A leitura da história de Joana Angélica – e de Maria Quitéria, e das heroínas do Tejucupapo, e das tantas outras célebres brasileiras – permite, ao ser lida no século XXI, um vislumbre privilegiado da ideia de biografia pedagógica. Mas permite, também, uma outra possibilidade de leitura, mais próxima à concepção de alargamento do passado proposta por Sabina Loriga. Afinal, se por um lado a história dessas mulheres foi narrada por homens com uma proposta de demonstrar valores e virtudes a serem reproduzidos, por outro muitas delas apresentam rupturas com a norma e com uma historiografia inegavelmente androcêntrica. Giovanni Levi também destaca essa possibilidade do biográfico de lançar luz a certos desvios da normatividade. Nas palavras do autor:

A meu ver a biografia é por isso mesmo o campo ideal para verificar o caráter intersticial - e todavia importante - da liberdade de que dispõem os agentes e para observar como funcionam concretamente os sistemas normativos, que jamais estão isentos de contradições. [...] Parece-me que assim evitamos abordar a realidade histórica a partir de um esquema único de ações e reações, mostrando, ao contrário,

que a repartição desigual do poder, por maior e mais coercitiva que seja, sempre deixa alguma margem de manobra para os dominados. (LEVI, 1996, p.180)

sentido, é possível observar as biografias de mulheres escritas no século XIX tanto nas possibilidades de ruptura, quanto como uma construção discursiva que busca uma adequação à norma, a uma dada coletividade.

No entanto, é necessário destacar que, ainda que haja rupturas, o aspecto que salta aos olhos na leitura das biografias é ainda o didático, o de adequação às normas. Afinal, tais narrativas são retrato não apenas de seu tempo – um tempo que relegava às mulheres uma subalternidade – mas também de um determinado projeto.

1.2 O projeto biográfico como projeto de coletividade

Entre os anos de 1837 e 1840 o historiador, ensaísta e professor Thomas Carlyle realizou uma série de conferências em Oxford, na Inglaterra, que foram posteriormente publicadas em forma de livro. Na introdução à coletânea, escrita também pelo autor, constam as seguintes palavras:

“Porque, conforme eu a considero, a história universal, a história do que o homem tem realizado neste mundo, é no fundo a história dos grandes homens que aqui têm laborado. Eles foram os condutores de homens, estes grandes homens, os modeladores, padrões e, em sentido amplo, criadores de tudo o que a massa geral dos homens imaginou fazer ou atingir.” (CARLYLE, 1930, p. 9)

Nessas conferências, Carlyle se propôs a construir biografias, colocando-se, portanto, como um biógrafo. Enquanto tal, Thomas Carlyle naturalmente defenderia a importância da produção desse tipo de narrativa. Suas palavras, porém, vão além de uma perspectiva individual, sendo exemplares da maneira como o gênero biográfico era interpretado no período de sua escrita, um período em que a biografia estava na ordem do dia, o mesmo período que assistiu a uma grande produção historiográfica. Naturalmente, não há como separar o Carlyle biógrafo do Carlyle historiador – mesmo porque não havia sequer uma distinção clara entre os dois termos em meados do século XIX.

No contexto em que a história estava ainda em vias de se constituir enquanto saber disciplinar institucionalizado, Carlyle expressa uma certa concepção de *historia magistra vitae*; a história mestra da vida; a história que ensinava e fornecia modelos a serem seguidos ou evitados a partir da narrativa de experiências do passado. (KOSELECK, 2001)

Bem como a história mestra da vida era pensada enquanto um vasto repositório de experiências passadas que serviria como referência e modelo para indivíduos e grupos (como a nação, por exemplo), as biografias fariam com que os exemplos das vidas dos grandes homens fossem contagiosos, fizessem surgir novos exemplos ou, ao menos, servissem de guias morais ou cívicos. Assim, a biografia era um discurso legitimador de certos comportamentos e, ao mesmo tempo, uma projeção.

A escrita biográfica é, diria Durval Muniz de Albuquerque Junior, uma “forma de perenizar, de monumentalizar uma vida.” (JUNIOR, 2012, p. 15) Não para encerrá-la no passado, mas, pelo contrário, para mantê-la como presença. “Escrita para a morte, a biografia é a busca de fazer renascer alguém, no mesmo gesto que enterra o mundo em que viveu”, continua o autor (JUNIOR, 2012, p. 17). Nesse sentido, a biografia, que em uma compreensão intuitiva soa como uma narrativa voltada apenas ao individual, às subjetividades, à singularidade e ao irrepitível, mostra-se como discurso inserido no social, no coletivo.

Tal monumentalização de vidas, é válido destacar, é também um discurso historicamente situado. É apenas com o alvorecer da modernidade e do sujeito moderno que se torna possível afirmar o modelo de subjetividade que figura não apenas nas biografias oitocentistas, como as que estamos aqui analisando, mas também nos diversos gênero inseridos no espaço biográfico, como teorizado por Arfuch. No momento da escrita das narrativas biográficas oitocentistas não havia, é claro, os reality shows e redes sociais, mas havia já uma subjetivação em curso. É às *Confissões* de Jean Jaques Rousseau que Arfuch atribui a gênese de um modelo narrativo, o modelo do espaço biográfico, embora ela reconheça a existência de aproximações do gênero situadas em momentos históricos anteriores, como é o caso d’*As Confissões*, de Santo Agostinho. A biografia como a conhecemos e reconhecemos está, portanto, intimamente associada à modernidade e à ascensão do sujeito moderno, ilustrado e burguês.

A modernidade tem ainda um outro aspecto basilar para o modelo de escrita que biográfica que se pretende aqui analisar: a ruptura progressiva, característica dos tempos modernos, entre os *espaços de experiência* e os *horizontes de expectativas*. É na modernidade que os sujeitos ocidentais passam a visualizar o futuro como algo distinto do passado. É este o momento em que os sujeitos começam a vislumbrar que suas vidas não repetirão as vidas de

seus pais e avós. Pela primeira vez, os horizontes se alargavam e a experiência passada não serviria mais como referência direta ao presente e ao futuro⁴.

É diante desse alargamento de horizontes que se faz necessário narrar as vidas dos antepassados tanto com o objetivo de que não se percam no acelerado turbilhão dos tempos, quanto pela compreensão de que estas vidas passadas têm algo de diferente da vida dos leitores do presente. Os sujeitos que viveram no passado podem, portanto, ser vistos como uma ancoragem diante da incerteza provocada pela aceleração temporal. Porém, não é qualquer história de vida passada que merece ser âncora nos tempos por vir. São, especificamente, a história dos *grandes homens* que são cuidadosamente selecionadas e elaboradas discursivamente para a construção de um modelo pedagógico.

A perspectiva pedagógica, a monumentalização de vidas e o reconhecimento da distância passado-presente-futuro se mostram assim como características intrínsecas e definidoras de um certo *projeto biográfico*, o projeto que se expressa nas palavras de Thomas Carlyle. O mesmo projeto que, como veremos, norteará a escrita de obras como *Brasileiras Célebres* e *O Ano Biográfico Brasileiro*.

II

Embora a modernidade europeia – tempo-espço de onde fala Thomas Carlyle – e a modernidade brasileira – tempo-espço que nos interessa observar – tenham características que as distinguem, nesse lado do Atlântico a escrita e leitura de biografias teve também um momento de destaque no século XIX. No caso brasileiro, a escrita esteve primordialmente vinculada à instituição na qual eram produzidos os escritos oficiais do país: o IHGB.

No ano de 1838 foi fundado na capital imperial do Brasil o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, instituição que desde então ocupará o lugar de produtora da história oficial da recente nação. Seus objetivos eram então bastante claros para os fundadores: registrar os grandes fatos da história da pátria; construir uma história geral da nação; corrigir as inexatidões e preencher as lacunas de uma história que era muitas vezes contada por estrangeiros; centralizar no Instituto os escritos de brasileiros espalhados pelas províncias; reunir e publicar os documentos históricos de interesse nacional; registrar, para referência das gerações futuras, a vida dos grandes homens – homens de honra, talento, virtudes e gênio.

⁴ KOSELLECK, Reinhart. “Espço de experiência” e “horizonte de expectativa”: duas categorias históricas. In: *Futuro passado: contribuições à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2011.

Estes objetivos estão já expressos no discurso feito pelo cônego Januário da Cunha Barbosa na primeira sessão ordinária do IHGB. Quanto ao objetivo do registro das histórias de vida, diz o cônego:

O Brasil, senhores, posto que em circunstâncias não semelhantes às da França, pôde contudo apresentar pela história, ao estudo e emulação de seus filhos, uma longa série de varões distintos por seu saber e brilhantes qualidades. Só tem faltado quem os apresentasse em bem ordenada galeria, colocando-os segundo os tempos e os lugares, para que sejam melhor percebidos pelos que anelam seguir os seus passos nos caminhos da honra e da glória nacional. (BARBOSA, 1839, p. 16)

Não foram poucos os escritores que a partir de então atenderam ao seu apelo: era o início do que o historiador Temístocles Cezar chama de *projeto biográfico brasileiro*, desde então prolifera a escrita de textos biográficos no âmbito da instituição. Esse projeto começa a se delinear já no segundo volume da Revista do IHGB, em que a vida do poeta José Basílio da Gama é narrado na seção *Biografia dos brasileiros distintos por letras, armas, virtudes, etc.*, que será constante na revista entre os anos de 1839 e 1889, mas não se limita a essa seção – sendo perceptível também em necrológios, elogios históricos, memórias, relatos, crônicas, anais, dissertações, corografias e tratados – e tampouco se limita à revista, já que são publicados alguns livros, dos quais podemos citar, dentre os muito exemplos possíveis: *O Plutarco Brasileiro*, de João Manuel Pereira da Silva; *A Galeria dos Brasileiros Ilustres*, de Sebastião Augusto Sisson; *O Ano Biográfico Brasileiro*, de Joaquim Manuel de Macedo; *Brasileiras Célebres*, de Joaquim Norberto de Souza e Silva.

O projeto biográfico, afirma Cezar, tem relevância na medida em que na concepção destes letrados é graças às ações dos grandes homens que se dá o movimento da história. Movimento este que se entendia como um caminho em direção à formação de uma nação moderna. Em tal projeto, traçado pelos homens da elite brasileira que pensavam em si mesmos como os construtores de uma nação, as narrativas individuais dos brasileiro ilustres aparecem profundamente marcadas pelo discurso de formação da identidade nacional. Diz Márcia Gonçalves:

Era como se o nascimento e a trajetória da unidade indivíduo devesse, em sentido, confundir-se com a unidade da nação. No plano da consciência de si e do outro, tais enunciações criavam um lugar para cada um e para todos, e, mais, constituíam um referente no nome que designava a coletividade de cidadãos brasileiros. (GONÇALVES, 2009, p. 429)

Assim, aqueles indivíduos retratados pelos biógrafos do IHGB seriam marcas simbólicas dos valores, virtudes e feitos que constituíam motivo de glórias no passado e, ao mesmo tempo, serviam de molde a ser replicado pelas gerações subsequentes. A biografia era um discurso legitimador e ao mesmo tempo uma projeção. Nos referimos anteriormente à afirmação de Durval Muniz de Albuquerque Junior de que a escrita biográfica é uma forma de monumentalizar uma vida. A biografia, ao salvar do esquecimento a curta vida dos indivíduos, cria verdadeiros monumentos. No nosso caso em questão, monumentos de glória à história pátria e a um nascente modelo de nação.

A produção de biografias se mostra então profundamente vinculada ao projeto do IHGB de construir uma nacionalidade brasileira. É válido lembrar que, inserido no contexto político da consolidação do Estado Nacional, o instituto foi pensado por seus fundadores como um espaço onde seria traçado o retrato da nação brasileira enquanto nação unificada e centralizada, onde as diferenças regionais fossem suprimidas em favor de uma nacionalidade homogênea⁵, uma nacionalidade que, embora tivesse suas especificidades, se integraria aos moldes da civilização.

Nação e Civilização nos Trópicos é o título que Manoel Salgado Guimarães dá a seu artigo que é hoje referencial para que busca compreender as íntimas relações entre a produção escrita do IHGB e a consolidação do Estado Nacional no Brasil. Na escrita oficial da história brasileira não basta que se exaltem a pátria e a nação, é necessário que esta nação seja lembrada como civilizada, é preciso consolidar a nação brasileira enquanto representante da civilização no Novo Mundo.

O conceito de civilização guarda certamente uma polissemia, são muito os casos distintos em que na contemporaneidade se pode usar os termos civilização ou civilizado. Nesse sentido, é importante destacar que quando falamos aqui em civilização, estamos nos referindo ao uso corrente do termo entre homens intelectualizados na segunda metade do século XIX. O sociólogo Norbert Elias nos auxilia nessa definição. Para ele:

Este conceito expressa a consciência que o Ocidente tem de si mesmo. [...] Ele resume tudo em que a sociedade ocidental dos últimos dois ou três séculos se julga superior a sociedades mais antigas ou a sociedades contemporâneas 'mais primitivas'. Com essa palavra, a sociedade ocidental procura descrever o que lhe constitui o caráter especial e aquilo de que se orgulha. (ELIAS, 2011, p. 23)

⁵ GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. “Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional.” In: *Revista Estudos Históricas* n.1. Rio de Janeiro, 1988, p.05-27

Nessa configuração, a nascente historiografia brasileira busca a unidade e especificidade do Brasil sem que se perca de vista o ideal civilizador europeu. Mesmo nas narrativas a respeito do período colonial ou pré-colonial brasileiro, há um esforço para identificar traços de civilização.

Evidencia-se assim que quando da fundação do IHGB e ao longo de anos de produção escrita do instituto, a nação era um projeto. Enquanto projeto, precisava de narrativas. É na formulação deste que os auto proclamados construtores da nação brasileira empreendem uma série de estratégias discursivas para convencer todos os nascidos no território delimitado como Brasil de que compartilhavam de uma mesma história e uma mesma identidade, apesar de toda a heterogeneidade que os caracterizava. Dentre essas estratégias, podemos destacar os compilados biográficos produzidos no seio do Instituto.

III

É no contexto de materialização dos contornos da nação brasileira através da escrita que são produzidos *Brasileiras Célebres* e *O Ano Biográfico Brasileiro*, os dois livros que foram aqui selecionados como objetos de estudos. Suas características específicas de produção nos ajudam a vislumbrar ainda mais claramente o projeto de construção de uma narrativa unificada a respeito da nacionalidade.

Publicado em 1862, *Brasileiras Célebres* foi escrito por Joaquim Norberto de Souza e Silva para ser “destinada ao povo e adaptada às escolas, aos mimos e aos prêmios que se oferecem às senhoras ou se distribuem nas aulas, caso mereça a aprovação das respectivas autoridades” (SILVA, 2004, p. 11), como afirma o editor, B. L. Garnier, na página que abre a leitura. Não há indicação mais clara do que chamamos de “uso pedagógico” da biografia do que a indicação de um compilado biográfico para ser distribuído em aulas. Especialmente porque, em meados do século XIX, as escolas eram muitas vezes vistas pelos intelectuais brasileiros como espaços de difusão das narrativas oficiais da nação para as jovens mentes brasileiras. Além disso, é também evidente que, ao assinalar especificamente as senhoras, Norberto indica que as histórias narradas no livro devem ser exemplares especialmente para

as mulheres, evidenciando que, para além de um papel determinado dos sujeitos no seio da nação, havia também um papel específico para o feminino no interior desse discurso⁶.

Assim, *Brasileira Célebres* é uma compilação de biografias que além de ter o gênero feminino como fator central, é um exemplo privilegiado de biografia enquanto estratégia pedagógica. Ao longo de suas pouco mais de 150 páginas, as narrativas de vida das mulheres que foram consideradas "merecedoras das páginas da história" são separadas em seis categorias. São elas: *Amor e Fé; Armas e Virtudes; Religião e Vocação; Gênio e Glória; Poesia e Amor; Pátria e Independência*. O livro é composto também por uma *Introdução Histórica* e por um *Epílogo*, no qual são reunidas as impressões de alguns viajantes estrangeiros acerca das mulheres brasileiras.

A influência de *Brasileiras Célebres*, no entanto, não se encerrou no século em que foi produzida a obra. Já no século XXI, no ano de 2004, o Senado Federal brasileiro reedita o livro, destacando em um breve prefácio de duas páginas a importância de se reconhecer a importância da história das mulheres que “foram decisivas para a configuração do Brasil que somos hoje.” (SILVA, 2004) É curioso notar que, embora haja uma advertência quanto ao anacronismo nesse mesmo prefácio, a forma como Norberto narra as histórias femininas é mais louvada do que criticada. Diz a senadora Serys Shessarenko: “De modo rigorosamente incomum [Joaquim Norberto], abre espaço à mulher, dando-lhe voz e vez no difícil processo de edificação do Brasil. Bastaria isso para identificar o significado da obra, sobretudo quando se leva na devida conta o contexto histórico em que foi escrita e publicada”. O que chamamos de advertência quanto ao anacronismo está exposto em “Ao analisar épocas passadas, o primeiro cuidado que se deve ter é o de não transpor para períodos históricos distintos conceitos e valores com os quais se trabalha no presente”. Assim, com a reedição da obra, vemos que a narrativa expressa em *Brasileiras Célebres* é marcada também por certos traços de continuidade.

O Ano Biográfico Brasileiro, por sua vez, não tem o feminino como foco. Das 365 biografias que compõem a obra de Joaquim Manuel de Macedo – uma biografia para cada dia do ano –, apenas 19 narram as trajetórias de vida de mulheres. O que não faz dessa obra menos relevante para a compreensão do papel esperado do gênero feminino na construção da nação, embora seu foco seja primordialmente voltado à narrativa dos feitos de “grandes homens”.

⁶ As especificidades das narrativas biográficas escritas sobre e para as mulheres são pormenorizadas nos capítulos 2 e 3 desta dissertação.

Diferentemente de *Brasileiras Célebres*, *O Ano Biográfico Brasileiro* não conta com um texto introdutório. Após a folha de rosto e antes da biografia de Salvador Correia de Sá e Benevides, escrita sob a data de primeiro de janeiro, consta um parágrafo datado de quinze de abril de 1876:

Escrita a convite da ilustrada comissão superior da Exposição Nacional de 1875 com o fim de aparecer na Exposição de Filadélfia, esta obra é de propriedade da mesma ilustrada comissão, e ao seu humilde autor cabe somente a responsabilidade dos erros e das imperfeições que sem dúvidas a amesquinham (MACEDO, 1876)

Percebe-se assim, que o livro foi escrito com o objetivo de ser apresentado na Exposição Universal de Filadélfia em 1876. Ainda que em tal ocasião o Brasil tenha se destacado por expor gêneros agrícolas e industriais – dentro da proposta da própria exposição – a Centennial, como ficou conhecida, foi também uma oportunidade para o país mostrar simbolicamente seu papel de nação moderna. É com esse fim que são produzidos: a Carta Geral do Império, que se mantém por décadas como uma das melhores referências cartográficas do Brasil; o quadro *A Batalha do Riachuelo*, de Vitor Meireles⁷; e *O Ano Biográfico Brasileiro*. Obras que, cada uma à sua maneira, participavam da construção discursiva do que significaria o brasileiro e o Brasil, delineando um horizonte para a nação. Assim, a intenção de que o *Ano Biográfico* fosse exposto em tal ocasião evidencia ainda mais o fato de que os indivíduos ali descritos deveriam ser os grandes modelos de brasileiros. Nesse caso, não apenas para inspirar seus conterrâneos, mas também para exibir ao mundo quem eram esses brasileiros, quais os seus valores e conquistas.

Essa breve explicação sobre as obras de Norberto e Macedo esclarecem que, como não poderia deixar de ser, suas escritas estão profundamente conectadas ao contexto em que foram produzidas. São, portanto, integradas ao projeto de nação engendrado pelo IHGB – instituição da qual ambos os autores eram sócios – e também integrantes de uma certa *cultura histórica* em formação.

⁷ O quadro original foi, de fato, pintado na década de 70 do século XIX, com o objetivo de figurar na Exposição de Filadélfia, mas foi destruído destruído pelas más condições de transporte. Consta na edição de onze de janeiro de 1879 da *Revista Musical – Semanário Artístico* que “com efeito, no centro do rolo, o quadro estava, por assim dizer, reduzido a lama da qual brotavam até viçosos cogumelos”. A obra hoje exposta no Museu Histórico Nacional é uma segunda versão, pintada por Meireles entre 1882 e 1883.

1.3 A biografia como cultura histórica e formação identitária

I

Vimos anteriormente que as narrativas de vidas individuais e a escrita da história estão intimamente relacionadas. Fazer tal afirmação não significa, no entanto, dizer que biografia e historiografia se confundem numa mesma definição.

Enquanto no século XIX – momento de emergência da História enquanto saber disciplinar, da História com letra maiúscula – os historiadores buscavam se aproximar cada vez mais de uma verdade objetiva, as biografias são narrativas essencialmente centradas em subjetividades. A biografia é um “retrato em papel e letras”, como definiu Márcia Gonçalves, e portanto se propõe a realizar uma reconstituição viva não apenas de tempos passados, mas da própria vida de um indivíduo, que é descrito com detalhes. O indivíduo aqui não é ilustração de uma narrativa – como é mais comum em textos que se propõem historiográficos – é, pelo contrário, a própria narrativa⁸.

É interessante, porém, destacar que a concepção que se tinha então de um *historiador* era bastante distinta da que temos hodiernamente, sendo comum que um mesmo letrado se dedicasse à escrita da história, de biografias, de literatura e de teatro, dentre outros gêneros.

Apesar das diferenças entre biografia e história, é possível afirmar que ambas transitam por campos comuns, em especial no que se refere aos usos do passado. Ambas são constituídas e constituidoras de uma mesma *cultura histórica*. Segundo o historiador Fernando Sánchez Costa:

La cultura histórica es el modo concreto y peculiar en que una sociedad se relaciona con su pasado. [...] Con la categoría de cultura histórica definimos, por tanto, el conjunto de recursos y prácticas sociales a través de las cuales los miembros de una comunidad interpretan, transmiten, objetivan y transforman su pasado. (COSTA, 2009, 279)

Em consonância com Costa, podemos entender a cultura histórica como uma “chave hermenêutica”, ainda nas palavras do autor, para analisar as relações de uma sociedade com seu passado. Essa abordagem, proposta por Jorn Rüsen, pode ser vista como uma nova aproximação dos estudos do passado, uma aproximação que alarga os horizontes da história-

⁸ É importante ressaltar que a afirmação de que a biografia é voltada a subjetividades não significa dizer que ela não se refere a coletividades. Pelo contrário, se a biografia é – através do processo ativo de seleção de memórias que lhe é intrínseco – um modo de fundar valores identitários individuais, ela pode também fundar identidades coletivas.

ciência⁹. Nesse sentido, para além da história oficial, da história enquanto saber científico disciplinar, são contemplados também pela cultura histórica os meios de acesso ao passado extra-acadêmicos, como os museus, as escolas, os monumentos, os romances históricos, as datas comemorativas, as diversas formas, enfim, em que o passado se faz presente em uma sociedade. O que inclui as narrativas biográficas.

Assim, na chave da cultura histórica, se a biografia não é propriamente uma escrita da história, ela é certamente uma forma de acessar o passado e trazê-lo para usos específicos no presente. A construção linear e coerente de uma história de vida, a seleção do que deve ser lembrado e do que permanece esquecido, as escolhas de palavras, fatos e datas. São estes alguns fatores na construção de um discurso que pode ser usado para legitimar e projetar práticas e valores.

O século XIX, recorte que nos interessa observar, inaugurou uma nova cultura histórica, uma forma de acesso ao passado específica da modernidade, advinda de uma profunda transformação nas concepções de tempo da sociedade ocidental. Se nas sociedades pré-modernas o homem vivia no que Pierre Nora chama de “espaços de memória” – onde o tempo é visto de forma cíclica e espera-se que o futuro seja uma repetição do passado – na modernidade amplia-se rápida e fortemente a distância entre “espaço de experiência” e “horizonte de expectativas”¹⁰ – ou seja, têm-se a certeza de que o futuro será algo novo, diferente do que já foi vivido e experienciado.

A história aparece então como uma forma de obter-se sentido e orientação diante da incerteza das mudanças, em uma visão de passado que só se torna possível nesse contexto. Segundo Manoel Guimarães:

Ao constituir o passado como projeção do presente e desejo de futuro, a História é capaz de disciplinar este passado segundo os sentidos importantes para o presente em construção, conjurando incertezas e dúvidas próprias de um mundo vivendo em meio a um turbilhão de mudanças, que parecem inviabilizar uma referência ao passado, nos termos de uma busca de comparações com o presente, como forma de extrair soluções para a ação no mundo. (GUIMARÃES, 2003, 3)

⁹ Sobre a história, Jorn Rüsen trabalha com dois conceitos distintos para o que, em língua portuguesa, chamamos pela mesma palavra, são eles *Geschichte* e *Geschichtswissenschaft*, que em tradução literal seria algo como “história” e “ciência da história”, o que diferencia a história enquanto ação humana do tempo da história enquanto saber científico produzido através de pesquisas. Essa distinção está explicada em RÜSEN, Jorn. *Razão Histórica. Teoria da história, os fundamentos da ciência histórica*. Brasília: UNB, 2001.

¹⁰ Para uma melhor compreensão dessas categorias ver KOSELLECK, Reinhart. “Espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”: duas categorias históricas. In: *Futuro passado: contribuições à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2011.

Assim, na cultura histórica oitocentista, o passado aparece como referência para as ações presentes e futuras.

Sendo o século XIX também o momento de consolidação dos Estados Nacionais, essas referências serviriam simultaneamente para legitimar as nações e para projetar para elas um futuro. Diria Ernst Renan, ainda no XIX, que “a essência de uma nação é que todos os indivíduos tenham muito em comum, e também todos tenham esquecido de muita coisa” (RENAN, 1997, p. 20) Apesar do fato de a frase vir de um pensador europeu, essa ideia é perfeitamente válida para a construção da nação brasileira. É nessa dialética de memória e esquecimento que os auto proclamados construtores da nação empreendem uma série de estratégias discursivas para convencer todos os nascidos no território delimitado como Brasil de que compartilhavam de uma mesma história e uma mesma identidade, apesar de toda a heterogeneidade que os caracterizava.

É nesse sentido que podemos afirmar que o discurso oficial, o discurso da cultura histórica oitocentista brasileira, era o discurso da nação. Era esse o uso do passado então em destaque nos escritos de homens como Joaquim Norberto de Souza e Silva e Joaquim Manuel de Macedo. Era em torno da pátria que se construía também os discursos acerca das mulheres brasileiras.

II

Em um momento anterior, vimos os objetivos expressos pelo discurso de fundação do Instituto Histórico e Geográfico, objetivos que agora podemos compreender como parte integrante de uma certa cultura histórica, um modo de acessar o passado e uma intenção específica ao fazê-lo.

A esses objetivos, expressos claramente no discurso de Januário da Cunha Barbosa, podemos hoje acrescentar um outro: o de estabelecer uma certa *identidade* para os indivíduos da recente nação através da criação de um projeto nacional. Sobre o polissêmico e um tanto polêmico conceito de identidade, diz Stuart Hall:

Utilizo o termo identidade para significar o ponto de encontro, o ponto de sutura, entre, por um lado, os discursos e as práticas que tentam nos interpelar, nos falar ou nos convocar para que assumamos nossos lugares como os sujeitos sociais de discursos particulares e, por outro lado, os processos que produzem subjetividades, que nos constroem como sujeitos aos quais se pode “falar”. As identidades são, pois, pontos de apego temporário às posições de sujeito que as práticas discursivas constroem para nós. (HALL, 2000, 111-112)

Percebe-se que, na perspectiva de Hall, a identidade é mais uma posição do que uma essência estável, é formada culturalmente a partir do partilhamento dinâmico de significados dentro de uma sociedade. A identidade, portanto, pode ser pensada no âmbito do discurso.

Embora o enfoque de Hall seja dado especificamente à identidade do período que o autor denomina “pós-modernidade”, sua perspectiva conceitual pode ser alargada também para o tempo histórico em questão, o século XIX. Se seguimos a perspectiva de Hall, podemos compreender um pouco mais da dinâmica das narrativas que nos são objeto de estudos. Para Hall, a identidade é formada em algum ponto entre as subjetividades dos indivíduos e os discursos e práticas externos a estes. Se extrapolamos este sentido para o espaço biográfico expresso por *Brasileiras Célebres* e pelo *Ano Biográfico*, podemos situar tais livros justamente como um espaço de produção discursiva que pretende delimitar os sujeitos.

A construção linear e coerente de uma história de vida, a seleção do que deve ser lembrado e do que permanece esquecido, as escolhas de palavras, fatos e datas. São estes alguns fatores na construção de um discurso que pode ser usado para legitimar e projetar práticas e valores; projetar identidades.

As identidades e o processo de formação nacional aparecem, assim, vinculados em um mesmo discurso. É nessa perspectiva que o individual – a narrativa de uma vida – aparece intrinsecamente conectado ao coletivo – à identidade nacional que se pretendia acessar e construir por meio da cultura histórica.

Nesse mesmo sentido, Stuart Hall afirma:

Para dizer de forma simples: Não importa quão diferentes seus membros possam ser em termos de classe, gênero ou raça, uma cultura nacional busca unificá-los numa identidade cultural, para representá-los todos como pertencendo à mesma e grande família nacional (HALL, 2006, 59).

Assim, o discurso oficial – o discurso dos historiadores-biógrafos brasileiros – era o discurso oficial da nação, um discurso que disputava através dos tempos uma formação identitária; um discurso que buscava integrar mesmo mulheres e indígenas – grupos tradicionalmente excluídos dos espaços de poder – à suposta linearidade da história nacional.

Era esse o uso do passado então em destaque nos escritos de homens como Joaquim Norberto de Souza e Silva e Joaquim Manuel de Macedo. Era em torno da pátria que se construía também os discursos acerca das mulheres brasileiras, como será exposto adiante.

1.4 A cultura histórica oitocentista na história da freira mártir

“Nação de ontem, o Brasil já escreve a sua história” (SILVA, 2004, p. 14). É com essas palavras que Joaquim Norberto de Souza e Silva inicia *Brasileiras Célebres*, em uma valiosa pista sobre a relação indivíduo-sociedade que será expressa nas histórias das mulheres narradas nas páginas seguintes: o livro é sobre indivíduos, mas as primeiras palavras são sobre a nação, sobre a coletividade.

A pista continua: antes de começar a contar a história de vida das brasileiras que se fizeram célebres – o que é, afinal, o objetivo central de seu livro – Norberto dedica trinta páginas a uma Introdução Histórica em que busca resumir a história da pátria desde os tempos coloniais. Nas páginas seguintes, a palavra *pátria* e suas variações – patriótico(a); patriotismo – aparecerão 112 vezes. Mais até do que a palavra *nação*, grafada 51 vezes. Diz Norberto:

Pálidos como são, encontrareis contudo nestes esboços muitos fatos memoráveis da história nacional e não poucas ações magnânimas, feitos de valor, provas de amor da pátria, rasgos de desinteresse, exemplos de virtudes, atos de piedade e mostras de ilustração devidas ao sexo feminino, lidas nas crônicas da pátria ou ouvidas nas tradições nacionais. (SILVA, 2004, p. 15)

Por sua vez *O Ano Biográfico Brasileiro*, por suas características próprias, não expressa diretamente a vinculação que é feita entre as mulheres e a história da pátria. Uma análise mais atenta, porém, revela que o valor do patriotismo e a ideia de exaltação da nação são frequentemente destacados nas narrativas das vidas que o autor escolhe imortalizar – inclusive as de mulheres.

Nas páginas anteriores, vimos a história da freira Joana Angélica, mártir da independência do Brasil. Retornemos, agora, às palavras que Joaquim Norberto e Joaquim Manuel dedicaram a sua vida.

“Em fevereiro de 1822 correu o primeiro e generoso sangue pela independência do Brasil na cidade de S. Salvador, capital da heroica província da Bahia.” (MACEDO, 1876, p. 223) São essas as primeiras palavras que seguem o nome de Joana Angélica no *Ano Biográfico*; e são também palavras que permitem uma privilegiada visualização do papel das narrativas de vida na cultura histórica oitocentista brasileira. A biografia como cultura histórica – como parte de um discurso que acessa e transforma o passado – é claramente perceptível na medida em que Macedo registra a história de uma mulher como, primeiramente, uma parte da história da independência do Brasil.

À menção do “generoso sangue” seguem-se duas páginas em que não é mencionada a pessoa que o derramou. A narrativa segue por uma explicação sobre a situação da questão da independência na província da Bahia, onde “brasileiro e portugueses estavam já separados em dois partidos” (MACEDO, 1876, p. 223) até chegar ao “horível 19 de fevereiro!”, quando é apresentada Joana Angélica, com as seguintes palavras:

O mosteiro da Lapa, asilo de virgens consagradas ao Senhor, era objeto de respeito, e da veneração de todos. Não havia suspeita, nem ao menos audácia de aleive, atrevimento de zombaria, que tivessem chegado a tocar as paredes daquele retiro [...]

A madre abadessa do mosteiro da Lapa era Joana Angélica, senhora baiana a quem toda a Bahia prestava cultos de admiração e de justíssimo louvor pela sua exemplar caridade, doçura e pureza dignas de seu nome – Angélica. (MACEDO, 1876, p. 225)

Embora o *Ano Biográfico* seja um compilado de biografias, histórias de vida, nada mais é dito sobre a vida de Joana Angélica. Não chegamos a conhecer traços de seu passado ou sua trajetória até o fatídico 19 de fevereiro. Sabemos, no entanto, detalhes de sua morte. Diante dos soldados do partido dos portugueses que saqueavam a cidade,

Então em frente dos selvagens, em pé e firme, com olhar ardente, a admirável Joana Angélica, a abadessa, só e impávida exclama com o entusiasmo dos mártires da fé:

Só penetrareis aqui, pisando sobre o meu cadáver!...

E caiu logo transpassado seu peito pelas baionetas

[...]

E a 19 de fevereiro de 1822 Joana Angélica, freira mártir, subiu ao céu, deixando na cidade de S. Salvador da Bahia a causa da independência do Brasil unida com o sangue de uma virgem esposa de Jesus. (MACEDO, 1876, p. 225)

A história de Joana Angélica registrada nas palavras de Macedo evidencia uma série de características discursivas interessantes de serem destacadas, desde os papéis e valores esperados de uma mulher na sociedade – que será explorada em capítulo posterior – até a relação indivíduo-sociedade que era predominante nas biografias escritas no Brasil imperial.

As palavras que Joaquim Norberto dedica à freira seguem o mesmo caminho. Em *Brasileiras Célebres*, a história de Joana está agrupada sob o subtítulo “Pátria e Independência. Similarmente, a narrativa se inicia com uma explicação sobre a comoção que agitava a Bahia em 1822. Sobre a hostilidade entre os partidários da independência do Brasil e os partidários da constituição portuguesa, Norberto é categórico: vitoriosos em batalha, os portugueses se mostram terrivelmente cruéis:

Já não guerreavam com armas belicosas; soldados grosseiros, estúpidos e desenfreados, armados de alavancas, como um bando de salteadores, faziam saltar as portas, penetravam nos santos templos, roubavam as sagradas joias, violavam as casas, profanavam o santuário sagrado de famílias inofensivas, e levavam o desacato ao seio das virgens. Tudo sacrificavam à sua brutalidade, à sua concupiscência, à sua avareza, e, bárbaros, assassinavam a mãe, que apertava ao peito o fruto de suas entranhas, cravavam a ferro tinto do sangue ainda fumante nos coraçõezinhos de seus filhos! (SILVA, 2004, p. 140)

Joana Angélica é, então, apresentada em oposição aos soldados portugueses. Se os soldados eram cruéis, Joana era “digna por suas virtudes”; se os portugueses profanavam santuários, a freira era dirigente de um mosteiro; se os bárbaros homens levavam desacato às virgens, a madre era, ela mesma, uma virgem. Como na narrativa de Macedo, no entanto, seu passado não é explorado. Pela leitura dessa biografia, sabe-se apenas que Joana era abadessa de um convento no dia 19 de fevereiro de 1822, o dia de sua morte, o dia em que “A madre abadessa cruzou os braços sobre o seio ensanguentado, como se apertasse contra ele a gloriosa palma do martírio, que recebia com sua morte, alçou os olhos para o céu, e expirou com um sorriso nos lábios.” (SILVA, 2004, p. 142)

O sangue derramado pela causa da independência; o martírio glorioso; a causa da pátria. Nas biografias a respeito de Joana Angélica, tanto sua vida quanto sua morte estão profundamente vinculadas à história do Brasil. O indivíduo Joana, justamente na narrativa que se propõe ser sobre sua vida, perde seus contornos específicos e se mescla ao amplo coletivo da nação.

Como dito por Márcia Gonçalves, nas biografias escritas no Brasil imperial, “as histórias de vida deveriam representar, no jogo metonímico entre a parte e o todo, a comunidade imaginada, sentida e significada como nação.” (GONÇALVES, 2009, p. 428) Assim, no contexto em que os homens reunidos em torno no IHGB – como Joaquim Norberto e Joaquim de Macedo – pretendiam construir uma história geral da nação, a ênfase em histórias de vida que remontam à independência nada tem de aleatório, já que poucos fatos podem ser tão simbólicos quanto o momento mesmo em que o país se torna, de fato, uma nação independente.

No entanto, nos moldes da concepção de história como mestra da vida – ou de uma cultura histórica mestra da vida – não basta que os grandes acontecimentos sejam registrados. É necessário, também, que criem modelos a serem seguidos; que, como vimos, construam uma identidade. No contraste entre palavras que Joaquim Norberto escolhe para descrever a brutalidade dos portugueses e as que usa para qualificar Joana Angélica, pode-se perceber que essa identidade é construída também por uma ideia de alteridade. Há um *outro* de quem os

brasileiros se diferenciam, nesse caso específico, os partidários do partido português. O problema, no entanto, não é exatamente que sejam portugueses – aparecem também, ao longo das narrativas do *Ano Biográfico Brasileiro*, alguns ilustres lusitanos –, é que se coloquem contra a causa da independência, a causa do Brasil.

Observamos, no contraste, que para além de uma definição do outro, há também uma seleção de comportamentos e valores morais que devem ser reproduzidos pelos leitores da biografia (lembramos, mais uma vez, que *Brasileiras Célebres* era um livro destinado à educação de meninas). O primeiro deles é, na biografia de Joana Angélica e na extensa maioria das outras, o patriotismo. Mas há outros, Joana é virtuosa, cristã, corajosa, abnegada, caridosa, doce e pura.

Não era tarefa fácil reunir todas essas características, mas era certamente desejável e é por isso que elas são tantas vezes reafirmadas, a fim de que se assentassem profundamente na alma das brasileiras. Observa-se assim um duplo discurso: quanto ao papel do indivíduo, expresso na escrita biográfica em geral, e quanto ao papel específico na mulher nessa construção discursiva. Quanto à mulher, é ela também construtora da jovem nação brasileira. Existe para ela um papel muito específico para essa construção, o papel do “mais belo ornamento da nação”. A esse papel, será dedicada uma análise posteriormente.

Quanto ao papel do indivíduo na coletividade, o exemplo da freira mártir foi apenas um dos muitos que poderiam ser selecionados entre as diversas histórias de vida que compõem as obras de Joaquim Manuel de Macedo e Joaquim Norberto de Souza e Silva. Um exemplo privilegiado de como a subjetividade não é uma oposição às narrativas de coletividade.

Em uma cultura histórica que, segundo Manoel Guimarães, “viria afirmar e garantir a centralidade da História no processo de definição de sentidos para o homem contemporâneo.” (GUIMARÃES, 2003, p. 2) e na qual o passado era mobilizado primordialmente a fim de legitimar um projeto nacional em formação, as narrativas de histórias de vida aparecem, apesar das subjetividades que lhes são intrínsecas, vinculadas à grande narrativa da história da pátria.

Sobre seu próprio livro, afirma Norberto no prefácio que “escrevi-o sentindo arder-me no puro amor da pátria, tendo por culto a verdade e por único livro o Brasil” (SILVA, 2004, p. 17). Assim, é evidente que a história das célebres brasileiras é vista também como a história do Brasil.

Como vimos, de acordo com o dicionário a biografia é um “gênero literário em que é narrada a história de uma pessoa.” Mas como pudemos perceber em um olhar mais

abrangente, a biografia é também uma história da coletividade. No nosso escopo de análise, uma parte integrante da cultura histórica oitocentista.

2 FEMININOS EM PERSPECTIVA: MULHER, GÊNERO E CONSTRUÇÕES DISCURSIVAS NO OITOCENTOS

O problema da questão de gênero é que ela prescreve como devemos ser em vez de reconhecer como somos.

(Chimamanda Adichie, Sejam todos feministas)

Em princípios do mês de dezembro de 1713, a nau Nossa Senhora do Carmo e Santo Elias partiu da costa baiana em direção a Lisboa, levando a bordo 119 pessoas, entre mulheres, homens e crianças. Por três meses, a embarcação cruzou o Atlântico sem qualquer ocorrência significativa até que, já nas proximidades da costa portuguesa, foi surpreendida por três naus de piratas argelinos. Seguiu-se então um sangrento combate de dois dias que, inesperadamente, levou à derrota os bem equipados navios argelinos.

A pirataria e as batalhas navais não eram, no início do século XVIII, uma raridade naqueles mares. No entanto, o episódio da Nossa Senhora do Carmo e Santo Elias teve uma especificidade: o heroísmo de uma jovem mulher, Rosa Maria de Siqueira; uma heroína “franzina de corpo, bela e suave, mimosa no parecer e no trato” (MACEDO, 1876, vol.1, p. 350). Ao longo dos dois dias de peleja, Rosa Maria elevou incessantemente os ânimos dos que guerreavam pela embarcação, a princípio levando armas e pólvoras para os homens e reparando os danos da nau, mas logo “deixou as roupas do seu sexo, trajou à militar, e, confundida com eles, pelejou a batalha, afrontou os perigos, sem que o espetáculo terrível e sanguinoso de um tal conflito lhe quebrasse o ânimo” (SILVA, 2004, p. 74), sempre bradando “viva a fé de Cristo!”

É ao heroísmo de Rosa Maria que dois biógrafos oitocentistas – Joaquim Manoel de Macedo e Joaquim Norberto de Souza e Silva – creditam a surpreendente vitória naval portuguesa. É tal heroísmo que faz com que seu nome seja registrado no *Ano Biográfico Brasileiro*, junto a 364 outros nomes de destaque na história do Brasil, e em *Brasileiras Célebres*, ao lado de outras 18 narrativas de mulheres “merecedoras das páginas da história” (SILVA, 2004).

Nas palavras de Macedo “A 21 de março a salvação da nau foi devida à proteção de Deus, que tomara por instrumento a heroicidade da bela e mimosa jovem Rosa Maria de Siqueira, que se mostrara pelejadora intrépida e inspiradora de prodigioso valor.” (MACEDO, 1876, vol.1, p. 352). Após o episódio, a jovem não voltaria a cometer atos de heroísmo. Ao chegar em Lisboa, Rosa, “bela e festejada, mas digna e modesta, soube furtar-se à glória

marcial que só excepcionalmente pode caber a seu sexo, e no lar doméstico dedicou sua vida ao amor do esposo e da família.” (MACEDO, 1876, vol.1, p. 352)

Em uma abordagem ligeiramente distinta, Norberto não menciona a beleza e modéstia da heroína, cuja “coragem [...] fez com que seu nome viesse à posteridade, alcançando um lugar nas páginas da História.” (SILVA, 2004, p. 75) Para ele, a derrota dos mouros argelinos se dá “pelos esforços e atividade varonil de uma mulher” (SILVA, 2004, p. 75).

Detenhamo-nos, por um momento, no adjetivo escolhido por Norberto. Varonil é, segundo um dicionário do século XIX, o “adjetivo derivado de varão, o que pertence, ou é próprio do homem”. Como pode, então, uma mulher ser qualificada como varonil, em qualquer de suas ações? Como pode uma mulher fazer esforços e atividades próprios de um homem? O que significa próprio de um homem?

É certo que ao pegar em armas e combater corajosamente seus inimigos, Rosa Maria não abandonou nada do que a caracteriza biologicamente como mulher. Rosa não saiu de seu corpo, não deixou de ter os mesmos órgãos reprodutivos ou teve transformados os hormônios que circulavam em seu sangue. Supor nesse sentido o significado de “mulher varonil” soa, é claro, um tanto absurdo. Mas se não falamos em biologia, de que falamos ao dizer que algo pertence ao homem?

Quanto ao significado específico que “varonil” assume na narrativa de Joaquim Norberto – uma narrativa que parte de um dado contexto histórico e social – voltaremos posteriormente. Por hora, o uso dessa palavra aparentemente tão simples e transparente indica algo que é importante destacar: não há classificação objetiva que dê conta de significar os termos “homem”, “mulher” e seus adjetivos derivados. Seus significados são, para muito além da biologia, histórica e culturalmente construídos.

Para um entendimento ainda mais claro dessa ideia, observemos um uso, no mesmo contexto, da palavra antônima¹¹: feminil. No mesmo dicionário, feminil é descrito como “próprio do sexo feminino. De fêmea.” Um uso denotativo do termo é visível em *Brasileiras Célebres*, no momento em que, ao narrar as ações da indígena Clara Camarão, Joaquim Norberto afirma que “[...] dona Clara, com a sua esquadra feminil, escoltaram os habitantes de Porto Calvo” (SILVA, 2004, p. 70). Nesse caso, o entendimento do termo é, de fato, simples:

¹¹ Apesar de ter tratado varonil-feminil como antônimos, como são comumente classificados por dicionários, é válido destacar que a própria ideia de masculino-feminino enquanto absolutos antagonistas é também socialmente construída. Em um texto basilar para os chamados estudos de gênero, a antropóloga Gayle Rubin afirma que embora haja diferenças entre homens e mulheres, as semelhanças entre ambos são muito maiores. Para a autora, a ideia de homem/mulher como duas categorias opostas e mutuamente exclusivas vem de algo que definitivamente não é a natureza, por isso, a ideia de diferenciação em gêneros é mais a supressão de semelhanças do que o reconhecimento de diferenças. (RUBIN, 1975)

uma esquadra feminil é uma esquadra composta por mulheres. Mas a simplicidade do termo se torna questionável, por exemplo, quando Joaquim Macedo conta a história de vida de Dona Joanna de Gusmão.

Nascida de família renomada, em fins do século XVII, e casada com um rico fazendeiro, Joanna é descrita por Macedo como piedosa, virtuosa e humilde. Após a morte do esposo, dedicou-se inteiramente à vida religiosa e, abandonando seus bens, partiu em inúmeras peregrinações a partir das quais recebeu a alcunha de “mulher santa”. Em 1762, obteve a doação de um terreno e a autorização do bispo do Rio de Janeiro para fundar, na Ilha de Santa Catarina, a capela – depois Igreja – do Menino Deus. Com as esmoladas recolhidas em suas longas e constantes viagens, em apenas dois anos Joanna de Gusmão fez construir a igreja. Já octogenária, quando enfim não pôde mais peregrinar, a mulher santa

Abriu a casa contígua à igreja do Menino Deus às meninas pobres: ensinou a ler, a escrever e as quatro espécies de aritmética, em que se resumia toda a sua educação literária; mas ensinou a amar a Deus e ao próximo, ensinou o dever do trabalho, o encanto das virtudes, a *majestade feminil da modéstia e da castidade* [grifo meu], em que se realçava a sua sabedoria. (MACEDO, 1876, vol. 2, p. 282)

Aqui, observamos uma distinção mais explícita dos significados simbólicos de feminil e varonil. A comparação entre as narrativas a respeito de Rosa Maria de Siqueira e de Dona Joanna de Gusmão explicitam uma diferenciação clara entre as virtudes de varão e de fêmea. Próprio do homem, bravura e coragem. Próprio da mulher, modéstia e castidade.

Nesse sentido, percebe-se claramente que as palavras não são neutras. Essa afirmação é válida tanto para adjetivos que indiquem qualidades, como varonil e feminil, quanto para substantivos que, de tão recorrentes na linguagem cotidiana (ou mesmo acadêmica), chegam a soar como referentes diretos ao “mundo natural” e como algo cujo significado é tão óbvio – tão recorrentemente compartilhado – que não há motivo para que se pense duas vezes: é o caso dos termos “homem” e “mulher”. Um olhar mais atento, em casos como esses, mostra que na verdade é preciso pensar muitas vezes.

O pressuposto de que é necessário analisar metodologicamente os termos “homem”, “mulher” e suas derivações não é uma novidade. Nas últimas décadas, muito se tem pensado e teorizado sobre as mulheres e sobre “mulher” enquanto categoria, especialmente na literatura e na prática política feministas. Nesse percurso foram perscrutados a histórica subordinação das mulheres, a origem de tal subordinação, os papéis tidos como femininos e os mecanismos que garantem a manutenção do sistema de subordinação.

Mais recentemente, a partir da década de 1980, o conceito de gênero vem ganhando força e sendo amplamente disseminado em espaços políticos e acadêmicos, constituindo-se como uma poderosa ferramenta de análise e mesmo de reivindicação política, na medida em que esclarece que a construção das diferenças sexuais são produtos, apenas, da ação e da discursividade humanas, não de causas naturais, quaisquer que sejam elas.

Assim, para que entendamos não só a amplitude do uso das palavras dos autores oitocentistas, mas também as próprias bases teóricas do presente trabalho, é fundamental traçar o percurso histórico das categorias “mulher”, “sexo” e “gênero”.

2.1 A Mulher como categoria teórico-política

I

Carinho, compreensão, dedicação ao lar e à família, intuição. Esses são os exemplos de “qualidades e sentimentos femininos” que constam sob o verbete *mulher* de um certo dicionário. Sobre a palavra *homem*, o mesmo dicionário apresenta como uma das definições “Homem dotado das chamadas qualidades viris, como coragem, força, vigor sexual, etc; macho.” (FERREIRA, 2010, p. 1104) As definições certamente soariam datadas ou mesmo retrógradas a um indivíduo contemporâneo atento às reivindicações feministas ou às questões de gênero; especialmente se ele ou ela, consciente ou inconscientemente, acreditar na marcha histórica do progresso da razão. O recorte, no entanto, é recente: foi retirado da quinta edição do Dicionário Aurélio de Língua Portuguesa, publicada em 2010. O dicionário, possivelmente o mais conhecido e referenciado no Brasil atual, traz ainda algumas outras definições:

Homem [Do lat. homine.] **S. m.** 1. Qualquer indivíduo pertencente à espécie animal que apresenta o maior grau de complexidade na escala evolutiva; o ser humano: [...] 2. A espécie humana; a humanidade: [...] 3. O ser humano, com sua dualidade de corpo e de espírito, e as virtudes e fraquezas decorrentes desse estado; mortal [...] 4. Ser humano do sexo masculino; varão. [...] 5. Esse mesmo ser humano na idade adulta; homem-feito. [...] 6. Restr. Adolescente que atingiu a virilidade. 7. Homem (4) dotado das chamadas qualidades viris, como coragem, força, vigor sexual, etc; macho. [...] 8. Marido ou amante. [...] 9. Homem (5) que apresenta os requisitos necessários para um empreendimento; homem indicado para um fim. (FERREIRA, 2010, p. 1104)

Mulher [Do lat. muliere.] **S. f.** 1. Ser humano do sexo feminino. 2. Esse mesmo ser humano considerado como parcela da humanidade [...]. 3. A mulher (1) na idade adulta. 4. Restr. Adolescente do sexo feminino que atingiu a puberdade; moça. 5. Mulher (1) dotada das chamadas qualidades e sentimentos femininos (carinho, compreensão, dedicação ao lar e à família, intuição) [...] 6. A mulher (1) considerada

como parceira sexual do homem. 7. Cônjuge do sexo feminino; a mulher (1) em relação ao marido; esposa. 8. Amante, companheira, concubina¹². (FERREIRA, 2010, p. 1476)

Escritos seis décadas após a primeira publicação de *O Segundo Sexo* – obra de Simone de Beauvoir que foi e segue sendo uma grande referência nos estudos da condição feminina – os verbetes em questão são ainda representativos de uma das questões centrais que tanto causaram incômodo à autora: o homem como tipo humano absoluto, como Sujeito, como sinônimo da própria humanidade; a mulher, como parcela da humanidade, como o Outro, como o segundo sexo. O próprio questionamento central do livro – o que é uma mulher? – já é, para Beauvoir, um ensaio de resposta. Afinal, homem algum se preocupou em fazer o mesmo questionamento; “um homem não teria a ideia de escrever um livro sobre a situação singular que ocupam os machos na humanidade” (BEAUVOIR, 1970, p.9). Não é necessário que se faça nenhum questionamento sobre a especificidade do homem, o homem é indistinguível do ser humano. A mulher, não. A mulher é o desconhecido, é o que precisa ser objetivado. É assim que, por ser o homem o neutro, é sempre em função dele que se caracteriza a mulher.

Como teria sido esse Outro caracterizado pelo Sujeito? Segundo Beauvoir, essa caracterização é dada primordialmente a partir do corpo, da biologia. “A mulher? É muito simples, dizem os amadores de fórmulas simples: é uma matriz, um ovário; é uma fêmea, e esta palavra basta para defini-la.” (BEAUVOIR, 1970, p. 25) Como muitas das feministas, contemporâneas a nós ou a ela, Beauvoir buscou a superação das definições biologizantes. Entretanto, curiosamente, o mesmo dicionário Aurélio de 2010 define “feminino” como “**Adj.** 1. Referente ao sexo caracterizado pelo ovário nos animais e nas plantas; fêmeo” (FERREIRA, 2010, p. 931). A definição de “masculino”, no entanto, não faz qualquer referência a órgãos reprodutivos e diz apenas “**Adj.** 1. Que é do sexo dos animais machos; macho” (FERREIRA, 2010, p. 1350) – já no verbete “macho”, consta “**S. m.** 1. Animal do sexo masculino” (FERREIRA, 2010, p. 1301).

Não é de condições naturais, insiste Beauvoir, que derivam as condições de subordinação que a mulher ocupa nas sociedades. A subordinação feminina e a própria definição da categoria mulher são, pelo contrário, construções históricas e sociais. É nesse sentido que, nas hoje famosas palavras:

¹² Em ambos os verbetes, as partes retiradas, representadas por colchetes, apresentam exemplos de uso das palavras no significado descrito. Optei por suprimi-las para maior fluidez na leitura.

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino. (BEAUVOIR, 1970, vol. 2, p. 9)

A socióloga Heleieth Safiotti acredita que nessa afirmação está a gênese do conceito de gênero¹³, já que Beauvoir toca no ponto essencial dos atuais estudos de gênero: a construção social, cultural e relacional dos papéis sexuais e das categorias homem/mulher ou masculino/feminino. (SAFIOTTI, 1999, p. 157)

São, de fato, inegáveis a importância e o pioneirismo d'O Segundo Sexo, que apresentou um novo olhar e novas possibilidades – acadêmicas e políticas – para se pensar a condição feminina. No campo acadêmico, a obra pode ter sido, hoje, um tanto abandonada pelas ciências humanas; ao longo das décadas, criaram-se novos instrumentos, metodologias e arsenais teóricos para compreender a mulher e a relação entre os sexos. Beauvoir continua, no entanto, no seu lugar de pioneirismo e no vocabulário político contemporâneo, sua obra permanece um marco teórico na conceituação da categoria “mulher”. Entretanto, longe de ser uma unanimidade, a ideia de “mulher” foi amplamente teorizada por diversas outras pensadoras, especialmente aquelas ligadas ao feminismo.

II

Em setembro de 1791, sob o pseudônimo de Olympe de Gouges, a francesa Marie Gouze escreveu um panfleto intitulado Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã, em um pioneiro uso do termo “mulheres” enquanto grupo político na modernidade. O documento é claramente uma crítica à exclusão das mulheres não apenas do famoso documento revolucionário – a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão – mas também de uma sociedade que se construía com a *égalité* como um dos seus três pilares teóricos. Nesse sentido, em contraponto ao Artigo 1º da Declaração dos Direitos do Homem, “Os Homens nascem e são livres e iguais em direitos. As distinções sociais só podem fundamentar-se na utilidade comum”, ela declara: “A mulher nasce livre e tem os mesmos direitos do homem. As distinções sociais só podem ser baseadas no interesse comum” (GOUGES, 2018, p. 1). A mesma estrutura segue pelos dezessete artigos, todos ironicamente reescritos.

O que Olympe de Gouges parece ter percebido é que o termo que se pretende referir ao conjunto da humanidade, o homem, não é tão abrangente quanto se propõe. Assim,

¹³ À definição e aos usos da categoria gênero, nos voltaremos em breve, ainda nesse capítulo.

declarar os direitos universais do homem simplesmente não significa declarar os direitos de todo ser humano. As ocorrências posteriores mostraram que sua percepção não estava muito distante dos fatos; em 1793, após constantes críticas não só ao Antigo Regime mas também à nova ordem que se instaurava, Marie Gouze foi guilhotinada publicamente em Paris, sob a acusação de questionamento aos valores republicanos. Diz-se que no dia de sua execução ela teria declarado: “A mulher tem o direito de subir ao cadafalso, ela deve ter igualmente o direito de subir à tribuna.”

Seja o episódio da última declaração de Olympe factual ou não, a verdade é que com o passar dos anos o direito à tribuna continuou sendo reivindicado por e para as mulheres. No chamado feminismo de primeira onda – que começou a se desenvolver no final do século XIX e foi fortemente marcado pelo movimento sufragista – a principal reivindicação das mulheres era por direitos políticos, como o de votar e ser eleita, e econômicos – como trabalho remunerado, propriedade e herança. (PEDRO, 2005)

No seio da luta por igualdade de direitos, o questionamento sobre as origens da subordinação da mulher foi ganhando uma progressiva importância para as feministas. Segundo Adriana Piscitelli, é no final da década de 1960 que a teoria feminista começa a ganhar contornos definidos. Apesar de diferenças conceituais, as variadas correntes feministas então surgidas concordavam em alguns aspectos, em especial na constatação de que há, de fato, uma subordinação feminina – pensada então como universal quanto a tempo e espaço – e na de que tal subordinação decorre de uma construção social. Para a autora, “Isto é fundamental, pois a ideia subjacente é a de que o que é construído pode ser modificado. Portanto, alterando as maneiras como as mulheres são percebidas seria possível mudar o espaço social por elas ocupado.” (PISCITELLI, 2001, p. 3)

Esse nos parece um ponto fundamental: a necessidade de analisar a forma como as mulheres são e foram percebidas. Se é o movimento feminista que cria um sujeito político coletivo – A Mulher – que busca os meios para a superação de sua condição desfavorável, são as maneiras como as mulheres foram anteriormente percebidas que constroem a subordinação desse sujeito coletivo. Esse é um aspecto importante para que possamos observar livros como *Brasileiras Célebres*, que se propõe a narrar uma certa história de mulheres, como uma construção discursiva voltada para as mulheres como um recorte social, mas não como sujeito coletivo como conceituaram as teorias feministas.

As próprias teorias feministas, no entanto, não foram homogêneas em sua percepção a respeito da mulher e das origens de sua subordinação.

Tomando como base teórica o materialismo histórico-dialético, as feministas marxistas pensam a opressão feminina como uma face da superestrutura, que por sua vez é decorrente das condições materiais da sociedade e da estrutura de classes. Assim, a subordinação feminina seria uma consequência da instauração da propriedade privada, como proposto por Friedrich Engels em *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. A superação da opressão feminina seria então atingida com o fim da sociedade de classes.

Essa perspectiva foi criticada por outras vertentes do feminismo na medida que as hierarquias entre os sexos foram também uma constante nos países socialistas. (PISCITELLI, 2002) A superação das estruturas político-econômicas, destacaram as feministas não-marxistas, se mostrou pouco relacionadas à superação da subordinação da mulher ao homem.

Sob a perspectiva do feminismo radical, a superação seria atingida apenas com o fim do patriarcado, conceito caro a essa corrente. Segundo Adriana Piscitelli, o patriarcado era teorizado pelas feministas radicais como uma ideia global de dominação masculina e

como a dominação masculina estaria presente através do tempo e das culturas, poucas instituições poderiam escapar ao patriarcado. Tomando como ponto de partida a ideia de que os homens universalmente oprimem as mulheres, o pensamento feminista procurou explicar a forma adquirida pelo patriarcado em casos específicos. (PISCITELLI, 2002, p.6)

Além disso, o feminismo radical buscou também identificar a causa da opressão, que, para essas feministas, estaria na biologia e, mais especificamente, na reprodução da espécie humana. É o que defende Shulamith Firestone, uma das principais pensadoras desta corrente, para quem “as diferenças entre os papéis sociais e econômicos de homens e mulheres, o poder político e a psicologia coletiva são resultado da maneira como se reproduzem os seres humanos.” (PISCITELLI, 2002, p. 4) Assim, a categoria “mulher” é então pensada como prisioneira de uma dupla opressão: a da biologia e a da cultura. Dessa forma, o patriarcado só seria verdadeiramente superado quando as mulheres fossem libertadas da reprodução e da maternidade, que deveria ser substituída pela reprodução artificial.

Apesar de teorias como as de Firestone sobre as origens e a superação do patriarcado terem sido posteriormente criticadas e deixadas no passado, o feminismo radical foi importante para o entendimento de uma identidade compartilhada entre as mulheres, tornando assim a mulher um todo social e um grupo político, e para a posterior efervescência de estudos voltados à análise das origens e das formas particulares da dominação masculina. Isso porque, embora algumas dessas ideias possam nos parecer hoje excessivamente presas a um determinismo biológico, foram também esses grupos feministas que argumentaram que os

séculos de dominação masculina excluíram as mulheres da história, da ciência e das grandes teorias que explicavam o mundo de maneira geral.

Logo, era necessário reescrever a história, a ciência, as teorias. Era necessário um olhar atento a todo conhecimento produzido até então para que se pudesse encontrar a realidade objetiva das mulheres e os caminhos construídos para manter sua submissão. Iniciou-se, assim, uma contestação de conceitos e explicações antes dados como estáveis.

É curioso observar que nesse processo de iconoclastia conceitual as próprias categorias com as quais o feminismo vinha operando passaram a ser questionadas. Um dos principais alvos dessa ruptura de conceitos foi o próprio patriarcado, pensado como entidade universal. Para Piscitelli

com o decorrer do tempo, o patriarcado passou a ser um conceito quase vazio de conteúdo, nomeando algo vago que se tornou sinônimo de dominação masculina, um sistema opressivo tratado, às vezes, quase como uma essência. Assim, o conceito colocou problemas delicados em termos metodológicos, ao referir-se a um sistema político quase místico, invisível, trans-histórico e transcultural, cujo propósito seria oprimir as mulheres. (PISCITELLI, 2002, p. 9)

Com os crescentes estudos e discussões no interior da teoria feminista, os conceitos que pareciam essencialistas e a-históricos, como era o caso de “sexo” e “patriarcado”, foram sendo progressivamente substituídos por outros que, longe de buscar uma imutável essência da dominação, dessem conta de explicar as diversas formas pelas quais as mulheres haviam sido oprimidas ao longo da história – e mesmo de explicar as sociedades, estudadas pela antropologia, em que tal opressão parecia simplesmente não existir –, incluindo as necessárias intersecções com categorias de análise externas ao movimento, como as de raça e classe. Afinal, se a condição feminina era universal, como explicar a diferença significativa entre as experiências de mulheres brancas e negras? Como dar conta de compreender as relações colonizador-colonizado que eram também visíveis nas relações entre mulheres? Como compreender a profunda lacuna entre as mulheres das altas classes que reivindicavam o direito ao trabalho e as mulheres operárias – ou escravas – que sempre trabalharam?

É nesse contexto de críticas, debates e multiplicidade de questões que, no seio dos debates sobre a categoria “mulher”, surge a categoria “gênero”, a partir da qual reforçou-se a ideia de que as diferenças de comportamentos e papéis entre homens e mulheres não estavam relacionadas ao sexo biológico, mas sim à cultura e às relações de poder.

É também em meio a esse fértil debate que, na busca pelo entendimento das diversas experiências históricas da condição feminina, se constrói o campo da História das Mulheres.

2.2 A história das mulheres

I

É hoje lugar comum na historiografia e nos estudos de humanidades como um todo que à mulher foi, ao longo dos séculos, delegado um papel de subalternidade na sociedade cristã ocidental. À margem dos feitos que garantiam aos homens o registro de suas conquistas nas páginas da história e relegadas aos ambientes internos – a casa, a igreja e o seio familiar – as mulheres estiveram, portanto, também à margem da escrita da história.

No século XIX, quando a história se constituía como um saber disciplinar com seus métodos próprios, a escrita historiográfica era primordialmente a escrita dos fatos políticos. Para essa história política oitocentista, interessava analisar as origens e transformações do Estado e das nações e, conseqüentemente, tudo aquilo que poderia interferir nessas esferas totalizantes: os ditos grandes homens, as revoluções, as guerras, a diplomacia. Em nome da objetividade e da cientificidade, a história era então escrita com base apenas nos documentos escritos. A história-ciência é, portanto, uma história da esfera pública.

Segundo Michelle Perrot, há nessa história um encobrimento do cotidiano e da esfera privada, do qual decorre o desaparecimento das mulheres do relato histórico. (PERROT, 1995) Salvo raras exceções difíceis de ignorar, como as rainhas que ao longo da história europeia de fato exerceram o poder¹⁴, a vida das mulheres girava em torno, principalmente, dos espaços domésticos e dos fatos cotidianos; espaços e fatos que simplesmente não faziam parte dessas primeiras narrativas da história-ciência.

Mas a ausência das mulheres na história não é, também sob o ponto de vista de Perrot, uma questão apenas de metodologia, de ausências de relatos. Há também, um notório desinteresse por essa história. Afinal, “é o olhar que faz a história. No coração de qualquer relato histórico, há a vontade de saber. No que se refere às mulheres, essa vontade foi por muito tempo inexistente” (PERROT, 2005, p. 14)

Algo semelhante diz a historiadora June Hahner, ao destacar a predominância masculina na escrita da história:

¹⁴ É curioso notar que, mesmo no caso de rainhas, há a construção histórica de um discurso que as trata de maneira diferente de como são tratados os reis. Exemplo disso são as narrativas – ficcionais, de livros didáticos ou mesmo historiográficas – a respeito de D. Maria I de Portugal, mais conhecida pela alcunha de “a rainha louca” do que por qualquer dos feitos de seus 15 anos à frente do governo de Portugal (1777 - 1792). Esse fato demonstra que a ausência de narrativas a respeito de mulheres na historiografia tradicional não é, apenas, uma questão de presença ou ausência da esfera pública e dos documentos oficiais, mas também de uma construção discursiva específica a respeito do sexo feminino.

Os homens, enquanto transmissores tradicionais da cultura na sociedade, incluindo o registro histórico, veicularam aquilo que consideravam e julgavam importantes. Na medida em que as atividades das mulheres se diferenciam consideravelmente das suas, elas foram consideradas sem significação e até indignas de menção. Por isso as mulheres permaneceram à margem das principais relações do desenvolvimento histórico. (HAHNER, 1978, 36)

Não é, portanto, uma grande surpresa que a exclusão historiográfica das mulheres não tenha sofrido mudanças imediatas com o fim do predomínio da história positivista e o surgimento da Escola dos Annales. Embora tenha significado uma ruptura com a historiografia anterior em diversos aspectos, o estudo da longa duração proposto pelos Annales em suas duas primeiras gerações também não incluía as mulheres em suas análises, já que os planos econômico e social que eram foco dessa historiografia não eram, também, atividades historicamente femininas. A história dos Annales é, afinal, a “ciência dos homens no tempo”, como na clássica formulação de Marc Bloch.

Em artigo publicado em 1990, Louise Tilly propõe um ajuste dessa fórmula, definindo a história das mulheres como “a ciência das mulheres no tempo” (TILLY, 1994). Se nos for permitida ainda uma segunda reformulação, poderíamos talvez eliminar a distinção por sexos e definir a história como uma ciência da humanidade no tempo.

O fato é que, nas primeiras gerações dos Annales, a história era ainda escrita no masculino. No entanto, a partir da década de 1970 a chamada Nova História se mostrou um tanto mais receptiva à questão das mulheres na história, embora, para Michelle Perrot, ainda houvesse uma indiferença quanto ao tema. Segundo a autora, a transformação desse cenário foi muitas vezes pautada pela aproximação com a Sociologia e a Antropologia que, pela própria natureza de seus objetos e metodologias, se mostravam mais interessadas na análise das diferenças sexuais. Simultaneamente, o surgimento da história da vida privada, com os escritos de Philippe Ariès e Georges Duby, abriu espaço para que se investigasse a história para além da esfera pública, incorporando a história dos indivíduos, da família, do cotidiano, da casa; a esfera, portanto, que foi historicamente delegada às mulheres.

Já na perspectiva de Beatriz Sarlo, o interesse pela história das mulheres vem na esteira do que chama de *guinada subjetiva*. A mesma década de 70, diz a autora, assiste a uma reconstrução da história acadêmica e de seus objetos de interesse. O discurso historiográfico que até então tinha uma pretensão de totalidade e de compreensão de grandes estruturas – a sociedade, a economia, as classes, as massas, as séries – passa nesse momento a redescobrir o indivíduo e suas narrativas imersas de subjetividade, de experiências pessoais e únicas.

Despertou-se o interesse tanto por aqueles indivíduos que fugiam à norma e aos padrões que se esperava de suas estruturas quanto pelos sujeitos comuns que, no entanto, são mais independentes da totalidade do que se parecia pensar até então. É nesse contexto que, nas ciências humanas e em especial na história,

O passado volta como quadro de costumes em que se valorizam os detalhes, as originalidades, a exceção à regra, as curiosidades que já não se encontram no presente. Como se trata da vida cotidiana, as mulheres (especialistas nessa dimensão do privado e do público) ocupam uma parcela relevante do quadro. Esses sujeitos marginais, que teriam sido relativamente ignorados em outros modos de narração do passado, demandam novas exigências de método e tendem à escuta sistemática dos “discursos de memória”: diários, cartas, conselhos, orações. (SARLO, 2005, p. 17)

A guinada subjetiva tem, portanto, uma dimensão que se refere a um estudo dos marginais, ao esforço de dar voz aos subalternos, aos até então silenciados.

Mas apesar dessas múltiplas aberturas epistemológicas, o surgimento de um novo campo – a História das Mulheres – não seria possível sem o movimento feminista. Nisso concordam diversas autoras que se dedicam ou dedicaram ao tema, como Michelle Perrot, Joan Scott e Louise Tilly. Nas palavras dessa última:

Um aspecto da história das mulheres que a distingue particularmente das outras é o fato de ter sido uma história a um movimento social: por um longo período, ela foi escrita a partir de convicções feministas. Certamente toda história é herdeira de um contexto político, mas relativamente poucas histórias têm uma ligação tão forte com um programa de transformação e de ação como a história das mulheres. Quer as historiadoras tenham sido ou não membros de organizações feministas ou de grupos de conscientização, quer elas se definissem ou não como feministas, seus trabalhos não foram menos marcados pelo movimento feminista de 1970 e 1980. (TILLY, 1994, p. 31)

Também para Tilly, uma funcional e completa definição para o feminismo, palavra que começou a ser usada em seu sentido atual no início do século passado, é dada por Nancy Scott, que reconhece três componentes básicos do movimento

1. a defesa da igualdade dos sexos ou oposição à hierarquia dos sexos; 2. o reconhecimento de que a "condição das mulheres é construída socialmente, [...] historicamente determinada pelos usos sociais."; 3. a identificação com as mulheres enquanto grupo social e o apoio a elas. [...] No âmbito deste artigo, a exemplo de Ellen Dubois e colegas, considerarei toda história das mulheres como feminista e vinculada ao movimento feminista, pelo menos quanto às suas raízes. (TILLY, 1994, p. 32)

As definições acima parecem deixar claro que não é à História das Mulheres enquanto campo teórico e metodológico que pertencem livros como *Brasileiras Célebres* e,

especialmente, *O Ano Biográfico Brasileiro*, que não as tem como eixo central. Escritos ambos em meados do século XIX, portanto muito antes do surgimento do feminismo assim nomeado, as obras de Joaquim Macedo e Joaquim Norberto não são, naturalmente, marcadas pelo movimento. Não é o fato de serem os autores homens que os coloca à parte de uma História das Mulheres – afinal, autoras especializadas no tema como Louise Tilly e Joan Scott, por exemplo, não excluem a possibilidade de existirem homens feministas – mas sim a distância do conteúdo das obras com os pressupostos teóricos do campo.

Ao narrar os feitos e características de determinadas mulheres do passado, Macedo e Norberto não propõem uma igualdade entre os sexos – lembremos, a título de exemplo, que Rosa Maria de Siqueira “soube furtar-se à glória marcial que só *excepcionalmente pode caber a seu sexo*, e no lar doméstico dedicou sua vida ao amor do esposo e da família.” (MACEDO, 1876, vol.1, p. 352). Não enxergam, também, as mulheres como grupo social. Pelo contrário, observam suas biografadas como raras exceções; ao falar das protagonistas das histórias que escreve, Joaquim Norberto afirma que “daqui em diante podereis falar com orgulho de vossas mais célebres compatriotas das quais *muitas se tornaram exceção de seu sexo*” (SILVA, 2004, 14). Além disso, não há, nos livros, qualquer menção à ideia de uma construção histórica e social da condição das mulheres; pelo contrário, ao falar, por exemplo, de Maria de Medeiros, Norberto enfatiza que o serviço militar “lhe pesava por demasiadamente impróprio à debilidade de seu corpo, à delicadeza de seu sexo” (SILVA, 2004, 150) Por fim, *Brasileiras Célebres* e *O Ano Biográfico Brasileiro* não são, evidentemente, livros que proponham uma transformação nas hierarquias.

Nota-se, assim, que narrar a história de mulheres específicas não significa, necessariamente, escrever a História das Mulheres. É evidente que as obras que aqui analisamos não se enquadram nesse campo de estudos, apesar do objeto em comum. Mas e quanto a nós, pesquisadores e pesquisadoras que nos voltamos às célebres brasileiras como objeto de estudo? Estaríamos fazendo uma história das mulheres? Poderíamos ser enquadrados nesse campo?

Para que possamos responder a tais questões é necessário, em primeiro plano, que observemos como são escritos os trabalhos que de fato se enquadram no campo da História das Mulheres; em seguida, investigaremos os pressupostos de um outro campo que tem-se tornado destaque nos estudos da relação entre os sexos: os Estudos de Gênero.

II

Segundo Joana Maria Pedro, a proposta da História das Mulheres foi e tem sido a de “buscar as minúcias, de ler nas entrelinhas, de garimpar o metal precioso das fontes em meio a abundante cascalho” (PEDRO, 2005, p. 85). Se o silêncio que envolve as mulheres na narrativa historiográfica se deve ao raro registro de suas ações, se “a dificuldade da história das mulheres deve-se inicialmente ao apagamento de seus traços, tanto públicos quanto privados.” (PERROT, 2005, p. 29), então a função de uma história das mulheres é a de quebrar o silêncio, é de atuar como detetives na busca de traços e indícios da vida, das ações e das vivências femininas.

Assim, historiadores e historiadoras têm investigado as mulheres do passado em suas esferas de atuação, objetivando evidenciar a experiência feminina na história. Para isso, descrevem o cotidiano, investigam a vida privada (como fez Georges Duby), analisam relatos individuais, observam o mundo do trabalho e as lutas e resistências das mulheres no passado, inclusive daquelas que seriam exceções à regra. Tais pesquisas são feitas não apenas para, a título de curiosidade, contar histórias paralelas às já conhecidas, de maneira meramente descritiva e sim “para escrever uma história analítica das mulheres e para vincular seus problemas àqueles das outras histórias.” (TILLY, 2004, p. 29) Com esse tipo de análise, Tilly acredita que a História das Mulheres é capaz de modificar o quadro geral da história.

É nessa perspectiva que são produzidos trabalhos como os de Michelle Perrot – que, dentre outras temáticas, analisa as vivências das mulheres em relação à religião, ao trabalho e à política – de Maria Odila da Silva Dias – que investiga o cotidiano das mulheres pobres que lutavam pela sobrevivência nos meios urbanos – e de Margareth Rago, que destaca a presença feminina no nascente movimento operário brasileiro. Os focos dessas pesquisas são então as mulheres em um contexto, em suas relações sociais, culturais e econômicas, tanto entre elas quanto com os homens. Apesar da especificidade do recorte – a mulher como sujeito histórico e objeto de estudos – a análise é feita considerando o todo social. Assim, a História das Mulheres serviria para expandir a compreensão sobre a história e para repensar a origem das desigualdades, podendo ser usada como uma potente ferramenta de transformação.

Contudo, o otimismo das escritoras dos primeiros trabalhos identificados com a História das Mulheres – que acreditavam estar inaugurando uma revolução epistemológica que transformaria as próprias bases da historiografia – acabou se mostrando excessivo. Após décadas dedicadas ao tema, Michelle Perrot reconhece que não houve profundas mudanças na “atitude histórica”. Abandonando a ideia de um novo terreno epistemológico a autora diz hoje

(em suas próprias palavras, “mais modestamente”) que a história das mulheres abriu um terreno de maior reflexão para a pesquisa, o que não invalida de forma alguma a importância de sua perspectiva teórica. “A história das mulheres também não mudou muito o lugar ou a ‘condição’ destas mulheres. No entanto, permite compreendê-las melhor. Ela contribui para sua consciência de si mesmas, da qual é certamente ainda apenas um sinal” (PERROT, 2005, p. 26)

Para a historiadora norte-americana Joan Scott, não houve de fato uma mudança de paradigmas com o advento da História das Mulheres, isso porque

“A discrepância entre a alta qualidade dos trabalhos recentes de história das mulheres e seu status marginal em relação ao conjunto da disciplina [...] mostram os limites de abordagens descritivas que não questionam os conceitos disciplinares dominantes ou, ao menos, que não problematizam esses conceitos de modo a abalar seu poder e, talvez, a transformá-los. Para os/as historiadores/as das mulheres, não tem sido suficiente provar que as mulheres tiveram uma história, ou que as mulheres participaram das principais revoltas políticas da civilização ocidental. A reação da maioria dos/as historiadores/as não feministas foi o reconhecimento da história das mulheres e, em seguida, seu confinamento ou relegação a um domínio separado.” (SCOTT, 1995, p. 74)

Assim, é evidente que a História das Mulheres inaugurou uma nova vontade de saber e ampliou o olhar historiográfico para esse grupo marginalizado pela historiografia tradicional e silenciado enquanto sujeito da história. Entretanto, a criação da categoria “mulher” e o estudo do seu lugar social ao longo do tempo pareceu não ser ainda suficiente para superar a exclusão do feminino, nem das narrativas, nem da sociedade. Para Louise Tilly, a História das Mulheres foi capaz de mudar a percepção de historiadoras e historiadores sobre o que é importante na história (TILLY, 2004), mas é ainda necessário que se problematizem as questões do feminino em uma abordagem analítica.

É o que, de maneira geral, se propuseram a fazer as historiadoras e teóricas feministas que ao longo das últimas décadas lançaram mão do conceito de gênero, buscando superar lacunas e problemas teóricos centrais dos estudos sobre a mulher e a condição feminina.

2.3 Sobre a multiplicidade do gênero

Ao longo dos últimos 30 anos, o conceito de gênero veio conquistando um importante espaço nos meios acadêmicos, até se consolidar como um campo de pesquisa específico, os chamados estudos de gênero. No Brasil, não é difícil encontrar hoje linhas de pesquisa em programas de pós-graduação, revistas acadêmicas, dossiês, congressos e simpósios que

apresentem o gênero como eixo central. Essa capilaridade confere ao conceito uma aparente simplicidade, dada a naturalidade de seu uso. Mas o que são, de fato, os estudos de gênero? Enquanto historiadores e historiadoras, o que estudamos quando nos declaramos estudiosos da história do gênero? O que escrevem os pesquisadores que dizem escrever sobre gênero?

I

Para começarmos a responder tais perguntas, um primeiro ponto fundamental a ser destacado é que a ideia de gênero como é hoje compreendida desenvolveu-se, assim como a História das Mulheres, no seio dos estudos feministas. No seu amplamente referenciado artigo *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*, Joan Scott apresenta essa ideia ao afirmar que “o ‘gênero’ parece ter feito sua aparição inicial entre as feministas americanas, que queriam enfatizar o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo. A palavra indicava uma rejeição do determinismo biológico implícito no uso de termos como ‘sexo’ ou ‘diferença sexual’” (SCOTT, 1995, p. 72) Assim, na gênese do uso acadêmico atual do termo está a ênfase na diferença entre o corpo e a cultura; entre o sexo biológico e os significados culturais e históricos (logo, não naturais) que são atribuídos a ele.

Contudo, não coube apenas às feministas o uso do “gênero”, especialmente nos últimos anos, em que a palavra se consolidou como parte do vocabulário popular e tornou-se alvo de intensas disputas político-discursivas que se expandem para muito além dos muros das universidades e dos limites dos movimentos sociais organizados. Nessa disputa, pode-se observar inclusive usos diametralmente opostos à primeira formulação feminista.

Em 12 de julho de 2019, em uma votação do Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas, o Brasil deu voto favorável ao mandato do perito independente sobre proteção contra violência e discriminação com base na orientação sexual e identidade de gênero, porém a embaixadora do país, Maria Nazareth Farani Azevêdo, ressaltou sua insatisfação com a linguagem empregada. Em suas palavras, “O Brasil considera que o termo “gênero” é sinônimo de “sexo”, que deve ser entendido como a definição biológica de feminino e masculino”.

A fala da embaixadora ecoa uma tendência crescente na opinião pública brasileira: o combate a uma pretensa “ideologia de gênero”, cujo perverso objetivo principal seria a subversão da natureza dos sexos biológicos e a consequente destruição das famílias e da fé cristã, já que negar a natureza dos sexos seria negar a própria criação divina.

A ideia de uma “ideologia de gênero” não é nascida de estudos acadêmicos ou de formulações teóricas do campo das humanidades; seu nascimento é recente: o conceito apareceu pela primeira vez em 1998, na Conferência Episcopal Peruana, em um documento que discorre sobre os perigos que os defensores de uma “ideologia de gênero” – cujas ideias seriam amplamente difundidas em escolas e universidades – oferecem à família, à cultura e à religião. No Brasil, o termo ganhou força a partir da emergência do Movimento Escola sem Partido e de seu uso pela bancada evangélica no Congresso Nacional, dois distintos, porém significativos, símbolos do ultraconservadorismo político no país.

Lutar contra a ideologia de gênero significa, portanto, lutar contra um espantalho. O que não significa que a luta não exista. Uma busca pela palavra “gênero” na plataforma Youtube entrega como resposta em sua primeira página um clipe oficial da música “Nosso gênero vem de Deus”. Nele, cerca de 40 crianças divididas em dois grupos – meninas à esquerda, brincando de bonecas, e meninos à direita, brincando de carrinhos – repetem separadamente o refrão: “Sou menina, menina feminina / Sou menino, menino masculino”.

É curioso observar que, no final da década de 80 do século XX, Joan Scott, ao observar que o conceito de “gênero” vinha muitas vezes sendo utilizado como sinônimo de “mulher”, afirma que

"gênero" tem uma conotação mais objetiva e neutra do que "mulheres". "Gênero" parece se ajustar à terminologia científica das ciências sociais, dissociando-se, assim, da política (supostamente ruidosa) do feminismo. [...] o termo "gênero" inclui as mulheres, sem lhes nomear, e parece, assim, não constituir uma forte ameaça. (SCOTT, 1995, p. 75)

Os exemplos do uso do gênero na contemporaneidade parecem indicar uma leitura distinta, ou mesmo oposta. O conceito é, hoje, eminentemente político e, ao que parece, ameaçador para o conservadorismo.

Mas o espantalho da ideologia de gênero não é a única forma pela qual o conceito se tornou parte do vocabulário extra-acadêmico. A conferência “We should all be feminists” proferida em 2013 pela escritora Chimamanda Adichie soma hoje 5,5 milhões de visualizações no Youtube. Ao longo de sua fala, que foi posteriormente publicada como um pequeno livro, Chimamanda reflete sobre a desigualdade nos papéis que são ocupados por homens e mulheres na sociedade e propõe uma transformação na forma como são criados meninos e meninas, pois embora o peso dos papéis de gênero seja muito maior sobre as mulheres, eles são também prejudiciais aos homens, por isso “Seríamos bem mais felizes, mais livres para sermos quem realmente somos, se não tivéssemos o peso das expectativas do

gênero.” (ADICHIE, 2015, p. 36). O discurso da autora deixa claramente perceptível sua visão não biologizante do gênero, como podemos observar pelo seguinte trecho:

Meninos e meninas são inegavelmente diferentes em termos biológicos, mas a socialização exagera essas diferenças. E isso implica na autorrealização de cada um. O ato de cozinhar, por exemplo. Ainda hoje, as mulheres tendem a fazer mais tarefas de casa do que os homens — elas cozinham e limpam a casa. Mas por que é assim? Será que elas nascem com um gene a mais para cozinhar ou será que, ao longo do tempo, elas foram condicionadas a entender que seu papel é cozinhar? Cheguei a pensar que talvez as mulheres de fato houvessem nascido com o tal gene, mas aí lembrei que os cozinheiros mais famosos do mundo — que recebem o título pomposo de “chef” — são, em sua maioria, homens. (ADICHIE, 2015, p. 38)

Esses exemplos visivelmente opostos da apropriação, na linguagem cotidiana e extra-acadêmica, das discussões teóricas no campo dos estudos de gênero evidenciam uma verdadeira disputa conceitual.

Em um passado próximo, as feministas identificadas com as abordagens desconstrutivistas – como Joan Scott e Judith Butler – procuraram reforçar o caráter discursivo do “gênero”. Com isso, queriam dizer que categorias como homem/mulher e masculino/feminino são produto de construções e disputas linguísticas que não apenas reproduzem, mas de fato produzem relações de poder entre os sexos. Já na atualidade, o próprio termo “gênero” – assim como o par opositivo homem/mulher – vem sendo alvo de produções discursivas, tornando-se uma categoria em disputa.

Popularmente, escrever sobre “gênero” parece soar cada vez mais como se posicionar dentro do espectro político. Academicamente, escolher usar o termo é também uma escolha de lados e correntes. Isso porque, nos últimos anos, teóricas feministas têm apontado para um desaparecimento da mulher enquanto sujeito político nos estudos que trabalham com as relações de gênero. É nesse contexto que autoras como Claudia de Lima Costa pedem um retorno ao uso acadêmico da categoria “mulher”, pois, segundo ela, o conceito de gênero tem muitas vezes deixado de lado o entendimento da condição feminina para se tornar um exemplo de estudo de masculinidades.

Diante de tantas disputas e polêmicas, é evidente que situar qualquer trabalho como pertencente ao campo dos Estudos de Gênero é, hoje, se posicionar teórica e politicamente. É cada vez mais necessário, portanto, que se faça um uso embasado e bem refletido da categoria. Assim, para que possamos nos utilizar coerentemente do “gênero”, é necessário, antes, historicizá-lo.

II

Na falta de um termo mais elegante, diz Gayle Rubin, eu chamo de sistema sexo/gênero a essa parte da vida social¹⁵. A parte da vida social à qual ela se refere é aquela que seria “o locus da opressão das mulheres, das minorias sexuais, e de certos aspectos individuais da personalidade humana” (RUBIN, 1975, p. 159).

Embora o conceito de “gênero” já tivesse sido anteriormente utilizado, no campo da psicologia, é com o sistema sexo/gênero – independentemente de sua elegância – que o termo se difunde e ganha um crescente espaço nas ciências humanas, tornando o ensaio *The traffic in women: notes on the political economy of sex* um marco nos estudos feministas. No texto, Rubin apresenta duas maneiras de definir o sistema sexo/gênero, ele é “o conjunto de arranjos através dos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana” (RUBIN, 1975, p. 159 - tradução livre); o que também pode ser dito como “o conjunto de arranjos através dos quais o material biológico do sexo e da procriação humanos é modelado por uma intervenção social”. (RUBIN, 1975, p. 165 - tradução livre)

As definições propostas por Rubin – que defende o uso de “sistema sexo/gênero” como um substituto mais preciso e abrangente (e portanto metodologicamente superior) para o “modo de reprodução” das marxistas e para o “patriarcado” das feministas radicais – evidenciam que, em relação aos papéis sexuais, a cultura suplanta a natureza. Assim, como o foco não são as diferenças naturais, em tese poderia existir um sistema sexo/gênero igualitário, sem estratificações sociais. E é por ter um embasamento na cultura que a teoria de Rubin cria uma ferramenta metodológica capaz de dar conta das realidades diversas, e não apenas de supor a “mulher” como um todo universal.

As proposições teórico-metodológicas de Gayle Rubin abriram caminho para uma ampla teorização em torno da construção cultural dos papéis sexuais. No entanto, a autora apresenta ainda uma distinção clara e dual entre natureza e cultura, entre sexo e gênero, além de trabalhar com binarismos como masculino/feminino. Posturas que seriam questionadas por formulações teóricas posteriores.

Dentre as diversas formulações do conceito de “gênero” que se seguiram, uma das mais referenciada é a de Joan Scott, que em um célebre artigo publicado pela primeira vez em 1986 propõe-se a pensar o gênero como uma categoria de análise. Para a autora, é necessário superar o uso do gênero como um sinônimo para “mulheres”. Pelo contrário, o uso mais

¹⁵ Tradução livre

profícuo do “gênero” enfatiza o fato de que qualquer estudo sobre mulheres precisa ser também um estudo sobre homens, já que a própria ideia de feminino é criada no e por um mundo masculino. Além disso, na perspectiva de Scott, “Temos necessidade de uma rejeição do caráter fixo e permanente da oposição binária, de uma historicização e de uma desconstrução genuínas dos termos da diferença sexual.” (SCOTT, 1995, p. 84) Alinhada com os pensamentos de Jacques Derrida e Michel Foucault, a autora propõe uma desconstrução dos vícios dos saberes naturalizados na sociedade.

No prefácio escrito para o livro *Gender and Politics of History*, Scott expressa com clareza a sua concepção a respeito do conceito de gênero. Gênero é o saber, relativo e socialmente construído, a respeito das diferenças sexuais.

Daí se segue que gênero é a organização social da diferença sexual. O que não significa que gênero reflita ou implemente diferenças físicas fixas e naturais entre homens e mulheres mas sim que gênero é o saber que estabelece significados para as diferenças corporais. Esses significados variam de acordo com as culturas, os grupos sociais e no tempo, já que nada no corpo, incluídos aí os órgãos reprodutivos femininos, determina univocamente como a divisão social será definida. (SCOTT, 1994, p. 13)

Assim, a proposição de Scott abandona qualquer fundamentação do gênero na biologia, uma vez que a única forma que se pode conhecer as diferenças sexuais é através do saber – e o saber, como teorizou Foucault, não é “puro”; não é possível conceber uma linguagem que seja capaz de construir uma relação neutra entre os saberes e as coisas; todo saber é marcado por relações de poder. Dessa forma, não apenas o gênero, mas a própria ideia de “diferenças sexuais” observáveis é uma construção discursiva, vinculada às relações de dominação e subordinação.

Daí decorre um ponto crucial para o uso do gênero enquanto categoria de análise *histórica*: a própria narrativa histórica é uma forma não apenas de conhecer os acontecimentos passado, mas de produzir discursos. Nesse sentido, “a história figura não apenas como o registro das mudanças da organização social dos sexos mas também, de maneira crucial, como participante da produção do saber sobre a diferença sexual.” (SCOTT, 1994, p. 13) É assim que, como historiadora, Scott se propõe historicizar o gênero buscando analisar os significados históricos das categorias “homem” e “mulher” e os processos pelos quais tais categorias foram progressivamente construídas.

A perspectiva de Scott nos oferece uma ferramenta fundamental para que possamos compreender as escritas sobre mulheres no Brasil do século XIX. Como ela, podemos pensar

que as construções históricas e historiográficas do passado ajudam a construir determinadas formulações de gênero até o presente. Por isso, o gênero será metodologicamente utilizado como uma categoria de análise na abordagem que será feita a respeito de *Brasileiras Célebres* e do *Ano Biográfico Brasileiro*.

Mas é necessário ainda analisar as concepções a respeito do gênero de uma outra autora que tem tomado um espaço crescente nas produções acadêmicas: Judith Butler. Em um longo questionamento das raízes epistemológicas que configuram a distinção sexo/gênero, Butler questiona o suposto caráter imutável do “sexo” e chega à conclusão de que

se o caráter imutável do sexo é contestável, talvez o próprio construto chamado sexo seja tão culturalmente construído quanto o gênero; a rigor, talvez o sexo tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero se revela absolutamente nenhuma.” (BUTLER, 2010, p.25)

Assim, para Butler o “sexo” e o “gênero” não são, na verdade, categorias distintas e complementares – uma referente à natureza, outra referente à cultura – pois essa oposição simplesmente não seria possível.

Nessa perspectiva, a autora defende a necessidade de reformulação da categoria de gênero para que possa reformular a ideia de um “sexo” natural e pré-discursivo, através da análise das relações de poder que constroem essa ideia. Gênero, então, deveria “designar o aparelho de produção, o meio discursivo/cultural através do qual a natureza sexuada, ou o sexo ‘natural’ são produzidos e estabelecidos como pré-discursivos.”

É interessante notar como a posição de Butler evidencia a rápida transformação pela qual passaram os conceitos chave da teoria feminista, na medida em que aponta para a radicalização na ruptura com qualquer correspondência do gênero com características biológicas naturais.

Visível em Butler e Scott, a ruptura com as perspectivas essencialistas e biologizantes é hoje um consenso entre as abordagens desconstrutivistas do “gênero”. Em comum, as duas autoras, e diversas outras que se consideram alinhadas ao pós-estruturalismo ou ao pós-modernismo, enxergam a linguagem e os discursos como práticas constitutivas que estabelecem os lugares de “homem” e “mulher” enquanto sujeitos; compreendem, também, a produção dessas práticas como relacionada a questões de poder.

2.4 Discursos de gênero no Brasil oitocentista

I

“Depende das mulheres a sociedade”, disse Eugène Delassert em sua visita ao Brasil em 1890 [?]¹⁶, “e todos os povos que têm a infelicidade de isolá-las não passam de insociáveis. Assim o disse Voltaire.” (SILVA, 2004, p. 161)

As palavras do viajante francês foram registradas nas páginas finais de *Brasileiras Célebres*, cujo epílogo intitulado Louvor e Crítica consiste em uma reunião de quatro breves escritos feitos por viajantes estrangeiros, nos quais os viajantes expressam sua impressão sobre as mulheres brasileiras. “É um epílogo que, como brilhante coroa, resplandece sobre estas pálidas páginas, dando-lhes o brilho que lhes falta” (SILVA, 2004, p. 16), diz Joaquim Norberto na apresentação do livro.

Eugène Delassert provavelmente chegou à conclusão de que o povo brasileiro era, de fato, insociável. Nos dois parágrafos que contém suas impressões, o que mais se destaca é o isolamento feminino, como visto pelo seguinte trecho

Leva-se a mal que os brasileiros exerçam um não-sei-quê tirano sobre as suas senhoras. Detêm-nas com efeito em uma espécie de gênio impenetrável que as priva de todos os olhares. Não admitem senão raramente pessoas estrangeiras em sua companhia, e não no fazem sem que primeiramente sondem a sua moralidade e costumes. [...] Existência assim contribui para que fiquem na ignorância dos usos sociais; elas não compreendem a vida da sociedade, que se lhes profre e daí um não sei de timidez que nelas se nota e que faz como que duvidar de sua aptidão intelectual. (SILVA, 2004, p. 161)

Os demais viajantes parecem compartilhar das impressões, e do mesmo incômodo, de Delassert. Em viagem feita anos antes da de Delassert, Arsène Isabel escreve em 1834 suas impressões sobre as brasileiras, lembrando-se também de Voltaire e ainda da escritora iluminista Madame de Staël. As impressões de Arsène constituem apenas um parágrafo, que vale ser reproduzido na íntegra.

¹⁶ Na edição de 2004 de *Brasileiras Célebres*, usada como referência para esse trabalho, consta a data de 1890 sob as impressões de Eugène Delassert. A primeira publicação da obra de Joaquim Norberto, no entanto, é de 1862, o que causa um estranhamento quanto à data. Em uma busca sobre o viajante, pude encontrar o nome de uma das suas publicações, *Voyages dans les deux océans, Atlantique et Pacifique, 1844 à 1847: Brésil, États Unis, Cap de Bonne-Espérance, Nouvelle Hollande, Nouvelle Zélande, Taïti, Philippines, Chine, Java, Indes Orientales, Égypte*, o que faz acreditar que as impressões de Delassert sobre a mulher brasileira foram, na verdade, escritas em algum momento entre os anos de 1844 e 1877.

O caráter sombrio e excessivamente ciumento dos brasileiros assaz contribui para o isolamento das brasileiras, que parecem ser condenadas a viver ainda algum tempo. Vi muitas dentre elas joviais, bonitas, amáveis e ainda graciosas que poderiam figurar nos passeios e na sociedade, que poderiam encantar e animar com a sua presença as reuniões formadas unicamente por homens, tão tristes e tão insípidas como insuportáveis. Porque as eloquentes respostas de Voltaire, de Legouve e da senhora de Stäel às sátiras tão injustas como mordazes dos Juvenal e dos Boileau, não são lidas por todas as brasileiras! Adquiririam pelo menos justo sentimento de amor próprio, e nobre dignidade que lhes revelaria o que valem ou o que virão a valer; e seus lábios não se conservariam mudos quando os perados sofistas do gótico Portugal lhes pretendessem inculcar as máximas reprovadas pelo mundo civilizado. (SILVA, 2004, p. 161-162)

Os outros viajantes cujas impressões constam no epílogo, apesar de menos revolucionários, também observam com certo pesar o isolamento feminino. Para o Dr. Valdez y Pallacios, em 1846, “Passa também rapidamente a beleza no Brasil, porque as mulheres, que em geral se mantêm retiradas, dentro de suas casas, estão sempre debaixo da sombra e a beleza, como as outras flores, carece dos raios vivificantes do sol.” (SILVA, 2004, p. 160) Já nas curtas impressões de Max Radiguet, em 1842:

As circunstâncias excepcionais podem desviar às senhoras brasileiras de seus hábitos caseiros; saem pouco, e não se mostram senão no teatro e na grade de suas janelas. Não são, geralmente falando, bonitas, mas reclinadas preguiçosamente em suas redes, durante as horas calmosas do dia, a sua fisionomia e atitudes têm um não-sei-quê dessa graciosa indolência e desse encanto melancólico e pensativo que só possuem as americanas. (SILVA, 2004, p. 160)

Embora o título escolhido por Joaquim Norberto de Souza e Silva para seu epílogo seja *Louvor e Crítica*, o louvor parece pouco presente nas impressões dos viajantes. Encontra-se um tom elogioso apenas na descrição de “um certo encanto” das mulheres brasileiras e, no caso do relato do Dr. Valdez y Pallacios, na descrição de certas características físicas, como

A brasileira é geralmente delgada e de estatura regular, mas por delicadas que sejam as suas formas, estas são sempre vivamente pronunciadas, suas extremidades são finas e delicadas como as de um menino, seu colo colocado com muita graça, dá a sua cabeça doces e ternos movimentos. Sua cintura naturalmente delgada guarda proporção com as mais partes de seu corpo, sem solicitar a beleza de uma desproporção exagerada que igualmente repelem a arte e a natureza. (SILVA, 2004, p. 160)

No entanto, a crítica parece ocupar um espaço muito maior. Não podemos dizer, com precisão, quais seriam os motivos para isso. A título de especulação, pode-se pensar que os relatos de viajantes refletem, de alguma forma, a posição do próprio Joaquim Norberto.

Em outubro de 1850, Norberto fez ao Instituto Histórico Brasileiro a proposta de admitir como sócia a poetisa D. Beatriz Francisca de Assis Brandão, “para incentivo e estímulo às nossas patricias receosas de se darem à cultura das letras e afrontar os preconceitos da nossa velha educação publicando as produções de seu espirito.” (SANCHEZ, 2003, p. 41), no que foi a primeira tentativa de admissão de uma sócia mulher no IHGB. O fragmento em destaque mostra uma perspectiva interessante: a proposta de Norberto se dá não apenas em reconhecimento aos dons literários de D. Beatriz Brandão, mas também como um incentivo para que outras mulheres se dedicassem às letras.

A solicitação, porém, foi indeferida. Os pareceristas Antonio Gonçalves Dias e Joaquim Manoel de Macedo – que posteriormente viria a publicar o *Ano Biográfico Brasileiro* – alegam concordar com a importância de incentivar as mulheres à cultura das letras, mas recusam a associação de D. Beatriz sob o argumento de que o IHGB tinha seus interesses restritos ao estudo da História e da Geografia e, portanto, não poderia aceitar em seus quadros uma poetisa. (SANCHEZ, 2003)

Embora o sexo da poetisa não tenha aparecido como argumento para a recusa de sua associação, o fato é que é somente um século após o episódio que o IHGB terá sua primeira sócia: Virgínia Rau, sócia-correspondente portuguesa, que ingressou no Instituto em 1965. Pouco depois, em 1968, é eleita para o quadro de sócios a primeira brasileira, Isa Adonias. Já a primeira vez que uma mulher integra a diretoria do IHGB é 1986, 148 anos após a sua fundação¹⁷.

O IHGB, instituição chave para a compreensão da historiografia oitocentista, que foi por muito tempo o *locus* oficial da construção da narrativa histórica brasileira e da identidade nacional, mostra-se assim como um espaço exclusivamente masculino. Das mulheres, o esperado era que os lábios se conservassem mudos, como denunciado por Arsène Isabel.

No século XIX, como unanimemente observado pelos viajantes, cabiam às mulheres o isolamento e o silêncio. Percebe-se então o peso dos papéis de gênero na formação da identidade brasileira: independentemente de características individuais, não coube à nenhuma mulher tomar parte nos discursos entendidos como construtores do Brasil. Aos homens, a nobre tarefa de narrar à nação. Às mulheres, o papel de ser narrada.

¹⁷ As informações sobre as sócias do IHGB podem ser encontradas no *site* do instituto, na página <https://www.ihgb.org.br/ihgb/historico/congressos-simposios-coloquios-seminarios.html>. Para essa pesquisa, o acesso foi feito em 12/05/2019.

II

Ao escrever sobre os silêncios reservados às mulheres da historiografia, Michelle Perrot afirmou que “As mulheres são mais imaginadas do que descritas ou contadas” (PERROT, 2005, p.11) A frase parece particularmente válida quando observamos as narrativas sobre a mulher no oitocentos, como é o caso das biografias aqui apresentadas.

É importante destacar que quando mencionamos que à mulher coube o isolamento e a perspectiva de “ser narrada”, falávamos de discursos sobre a categoria “mulher”. Discurso que, seja pelos seus objetivos (de contar a história apenas de pessoas que se fizeram célebres), seja pela própria natureza do discurso (em que não há correspondência simples e direta entre as palavras e as coisas), não contemplam a totalidade das experiências vividas.

Assim, falar em um isolamento feminino no Brasil, como o descrito pelos viajantes, é necessariamente olhar para um discurso que abarca apenas as classes privilegiadas. Não são contempladas na descrição do isolamento no Brasil as mulheres negras, que, em um tempo em que o Brasil era ainda um império escravista, não têm qualquer menção em *Brasileiras Célebres* ou no *Ano Biográfico Brasileiro*. Também não fazem parte da narrativa as mulheres pobres, negras ou brancas, que trabalhavam pela própria sobrevivência nos centros urbanos brasileiros. Não viviam enclausuradas no ambiente doméstico as mulheres que, como apontou Maria Odila Dias, assumiam o papel de provedora do sustento de suas famílias.

Também não foi graças ao isolamento que mulheres como a “bela e jovem” Joanna Angélica ocuparam o espaço de “merecedoras das páginas da história”. Apesar de ter dedicado sua vida ao lar doméstico e ao amor do esposo e da família, é em decorrência da “atitude varonil” que o nome de Joanna chegou até nós.

Surge, assim, uma questão basilar: se tanto falamos no silêncio da história no que se refere às mulheres; se não há espaço para a maioria das mulheres na narrativa historiográfica; se, no olhar dos viajantes, a mulher brasileira está confinada ao isolamento; como então é possível que exista um livro como *Brasileiras Célebres*? Como podem haver dezenove mulheres entre as seletas 365 pessoas que são lembradas no *Ano Biográfico Brasileiro*?

Longe de uma resposta definitiva, ofereço uma hipótese: a seleção das mulheres exemplares é uma construção discursiva que busca, consciente ou inconscientemente, controlar a narrativa a respeito do feminino. Afinal, se há um completo silêncio, há também a potência e a possibilidade de construção. É preferível, portanto, que esse silêncio seja quebrado dentro dos limites de um discurso específico. Em tal discurso as mulheres ideais são, como dito por Michelle Perrot mais imaginadas do que descritas.

3 SANTAS, GUERREIRAS E MÃES: O PROJETO BIOGRÁFICO NA CHAVE DO GÊNERO

No ano de 1646, quando parte de Pernambuco estava ainda sob domínio holandês, o almirante Jan Lichthart partiu do porto de Recife com seus navios de guerra rumo ao Tejucupapo, também em Pernambuco, a fim de alcançar a povoação de São Lourenço da Mata. Eram dois os intuitos: reabastecer de provisões a Ilha de Itamaracá – exaurida após um longo período de cerco – e vingar-se dos pernambucanos que, em insurreições, vinham levando aos holandeses uma série de derrotas.

Mas as intenções do almirante neerlandês foram frustradas. Em uma inesperada resistência, trinta homens comandados pelo major de milícias Agostinho Nunes abriram fogo contra Lichthart e suas tropas, em uma tentativa de proteger não apenas a povoação de São Lourenço da Mata, mas também um reduto construído pelos habitantes do Tejucupapo para abrigar suas famílias.

Apesar da bravura, no entanto, os holandeses continuavam a avançar; a derrota parecia inevitável para os pernambucanos, especialmente após a queda de Agostinho Nunes. Até o momento em que, saindo do reduto, “uma das matronas de Tejucupapo tomou em suas mãos a imagem do Redentor, como estandarte, e chamou às armas suas companheiras” (MACEDO, 1876, vol. 3, p. 512). As mulheres do Tejucupapo pegam então em armas e unem suas forças aos homens, rechaçando cada uma das investidas de Lichthart. Nas palavras, escritas mais de duzentos anos após o ocorrido, de Joaquim Manoel de Macedo “Mais de um seio virgem, mais de um ventre materno que dera à pátria filhos bravos são despedaçados: pouco importa: as heroínas não desanimam.” (MACEDO, 1876, vol. 3, p. 512) Após horas de sangrentos combates, os holandeses partem em retirada, derrotados pelas corajosas mulheres pernambucanas, pelas heroínas.

A derrota definitiva dos holandeses no Brasil se daria apenas oito anos depois do episódio. A vitória das senhoras pernambucanas, no entanto, representou um marco na história brasileira e foi registrada por dois influentes homens de letras do século XIX: Joaquim Manuel de Macedo e Joaquim Norberto de Souza e Silva, respectivamente nas obras *O Ano Biográfico Brasileiro e Brasileiras Célebres*.

“Infelizmente”, destaca Macedo, “nem um só dos nomes dessas estupendas heroínas foi conservado pela história. Mas a grandiosidade do feito pelo menos ilustra e perpetua a memória do mais esplêndido e inexcusável denodo feminino.” (MACEDO, 1876, vol. 3, p.

514). Já na visão de Norberto, “o esquecimento de seus nomes concorre para que o brilho do triunfo reflita sobre todo o seu sexo, e constitua por si mesmo um dos maiores brasões de glória das nobres pernambucanas.” [SILVA, 2004, p. 69]

É curioso – e até mesmo contra intuitivo – que histórias como as das heroínas do Tejucupapo figurem em compilados biográficos. Afinal, a biografia é, por definição, a narrativa de histórias de vida. Mas como narrar a vida de mulheres cujo nome sequer é conhecido? Como entender como biográfica uma narrativa que foca em um grupo, cujo número exato de elementos não conhecemos, e não em um indivíduo?

Uma possível resposta passa pela compreensão do fato de que no Brasil do oitocentos a escrita biográfica tinha como objetivo primordial fornecer exemplos a serem seguidos, exercendo, portanto, um papel pedagógico. As individualidades, assim, se mostram subsumidas em um projeto de coletividade.

É simples perceber a coletividade como foco na história das heroínas do Tejucupapo, vista com clareza nas palavras do próprio Joaquim Norberto, que espera que o exemplo de tais mulheres “reflita sobre todo o seu sexo”. No entanto, um olhar mais aprofundado permite observar que, no *Ano Biográfico Brasileiro* e em *Brasileiras Célebres*, mesmo as biografias que trazem traços mais evidentes de individualidade, apresentando subjetividades ou focando em pioneirismos, também buscam fornecer exemplos a serem seguidos.

Mas, como revelam as palavras de Norberto, as heroínas do Tejucupapo são apresentadas como exemplares não para a totalidade de pessoas que venham a conhecer a sua história, mas especificamente para o seu sexo. Elas são as corajosas guerreiras que rechaçaram o ataque holandês, mas são também o ventre materno e o seio virgem, são “nobres mães, belas noivas e cândidas donzelas”. É possível perceber aqui, com nitidez, a construção de um discurso que busca enfatizar uma docilidade no feminino mesmo em seus rompantes, mesmo na ruptura com papéis pré-estabelecidos. Se essa ruptura pode ser elogiada, é apenas até o ponto em que não rompe com os ideais de recato e dedicação familiar esperados das mulheres.

Nesse sentido, a narrativa sobre essas mulheres pernambucanas é bastante simbólica tanto para a compreensão da biografia exemplar – voltada a fornecer modelos para uma coletividade – quanto para a observação da construção de gênero nas biografias do Brasil oitocentista. No entanto, todas as demais biografias registradas no *Ano Biográfico* e em *Brasileiras Célebres*, podem, de alguma forma, ser lidas nessas duas chaves.

Assim, as páginas que se seguem oferecerão um panorama de todas as narrativas presentes em ambos os livros, buscando compreender quais são, de fato, os papéis

discursivamente construídos para as mulheres no discurso oitocentista brasileiro e de que forma esses papéis se mostram associados a histórias individuais e às marcas de subjetividade.

3.1 As senhoras brasileiras nos limites do biográfico

Em 1839, ao propor um projeto biográfico brasileiro, o primeiro-secretário do IHGB, Januário da Cunha Barbosa, tem como objetivo “arrancar ao esquecimento, em que jazem sepultados, os nomes e feitos de tantos ilustres brasileiros, que honraram a pátria por suas letras e por seus diversos e brilhantes serviços” (apud CÉZAR, 2003, p. 74). Na introdução de *Brasileiras Célebres*, Joaquim Norberto mostra compartilhar desses mesmos objetivos, com a especificidade de registrar nomes não dos grandes homens, mas de algumas ilustres mulheres brasileiras:

Daqui em diante podereis falar com orgulho de vossas mais célebres compatriotas das quais muitas se tornaram exceção de seu sexo; *podereis citar seus nomes por tanto tempo perdidos* [grifo meu]; podereis comemorar seus atos quase que ignorados; podereis indicar os lugares, fixar as datas em que se distinguiram e que ali estavam como que em esquecimento; tão grande tem sido a nossa incúria. (SILVA, 2004, p. 14)

Os nomes das heroínas do Tejucupapo, no entanto, permaneceram perdidos. Não foram os únicos, diferentemente do *Ano Biográfico Brasileiro* – que tem as mulheres do Tejucupapo como único exemplo de “biografia coletiva” – *Brasileiras Célebres* apresenta ainda outras duas histórias sem nomes: “as senhoras baianas durante a guerra” e “as senhoras paulistanas”, ambas no capítulo denominado *Pátria e Independência* (no qual constam também as histórias de Joana Angélica, a freira mártir, e de Dona Maria de Medeiros, a guerreira).

As ações que levaram baianas e paulistanas sem nome à posição de “merecedoras das páginas da história” em nada se assemelham aos atos de heroísmo das senhoras do Tejucupapo. Longe de gloriosas e sangrentas ações heroicas, o grande feito dessas mulheres é apresentar uma profunda devoção à causa da pátria, representada por vezes na figura da imperatriz Leopoldina.

As quatro páginas que Norberto dedica às senhoras baianas descrevem como essas mulheres – sem que nenhum nome seja destacado – aderem à causa do Brasil e, em uma mensagem transmitida à então princesa por um homem, M. J. Pires Camargo, “oferecem seus nomes e suas joias, caso fossem necessárias, para a manutenção da santa guerra da independência.” (SILVA, 2004, p. 147) O grande ato honroso das senhoras baianas, diz

Norberto, foi “oferecer os seus corações, como as mais belas oferendas, que a natureza pôs ao alcance de seu sexo.” (SILVA, 2004, p. 147) Já à princesa, oferecem respeito, submissão e um “particular amor”.

A mesma devoção à Imperatriz e à “causa sagrada da pátria” foi demonstrada por aquelas que o autor chama de “as senhoras paulistanas”. Em palavras que teriam sido transmitidas pelo visconde de Cairu, dizem essas senhoras:

Entretanto nós dirigimos ao Céu os mais ardentes votos pela conservação da preciosa vida de Vossa Majestade Imperial, de seu augusto consorte, nosso idolatrado imperador, e toda a família imperial; pela segurança e firmeza do trono brasileiro, por cuja estabilidade estamos prontas, transcendendo a debilidade do nosso sexo, a derramar até a última gota do nosso sangue. (SILVA, 2004, p. 155)

Já o próprio visconde teria afirmado à Imperatriz que

As paulistas, senhora, ainda que nascidas e educadas longe da civilização das cortes, têm contudo a nobre ambição de circularem o trono de vossa majestade imperial, e com seus cândidos peitos formarem nova muralha em defesa de sua augusta pessoa, mas não podendo realizar tão brioso projeto, elas protestam e juram à face do mundo todo não interromper o costume de educar seus filhos na moral santa, no amor ao soberano, e à pátria, na coragem e nas mais virtudes sociais; elas lhes irão desde a tenra idade fortificando os débeis braços com que um dia defenderam o augusto trono da casa de Bragança no império do Brasil. (SILVA, 2004, p. 157)

Essa não é a única referência ao cuidado com os filhos no capítulo *Pátria e Independência*. Ao se referir à relação das mulheres com a independência do Brasil, Macedo acrescenta que era uma prática comum do “belo sexo” embalar aos recém-nascidos com canções patrióticas, das quais “A mais sabida e seguida era a que começava assim: Acalentate, ó menino / Dorme já para crescer / O Brasil precisa filhos / Independência ou morrer!” (SILVA, 2004, p. 142) Honravam-se também as mulheres ao oferecer os braços de seus maridos e filhos em defesa da pátria.

A própria Imperatriz Leopoldina é vista como louvável por seu papel de mãe. Em seu recado a ela, as senhoras paulistanas tê-la-iam parabenizado “pela sua exaltação ao trono imperial, que como consorte, filha e neta de imperadores, em tudo grande, elas a conceituam como progenitora de uma nova série de Césares, que elevarão o nascente império do Brasil àquela grandeza que lhe marcam os germes que a natureza tem criado nele.” (SILVA, 2004, p. 156).

Com essas breves narrativas, podemos observar com clareza que o grande valor a ser exaltado pelos homens de letras no Brasil do oitocentos era o patriotismo e à devoção à causa

da nação – que naquele momento se traduzia na devoção ao Império e à família imperial. Observamos também que, salvo raras exceções, essa devoção assumia contornos muito diferentes quando partia de um homem ou de uma mulher. Enquanto aos homens cabia derramar seu sangue pela causa do Brasil e elevá-lo à grandeza, às mulheres cabia oferecer seus corações e seus bens e, principalmente, dar à luz – literal e metaforicamente – a sucessivas gerações de grandes homens.

Nos deparamos aqui com uma representação clássica do feminino: a mulher-mãe. Mas também com um sentido simbólico da mulher-mãe, com uma certa “maternidade nacional”: aquela que acolhe, educa e reproduz os valores da pátria, um simbolismo que se aproxima ao que Heloísa Buarque de Hollanda referiu-se como a “metáfora da maternidade republicana”, responsável pela construção da homogeneidade em uma nação. (HOLLANDA, 2003)

Na construção simbólico-metafórica – seja da mulher-mãe devotada, como são as senhoras paulistanas e as senhoras baianas, seja da mulher que, em um momento de extrema necessidade, oferece seu próprio corpo na defesa de uma grande causa, como são as heroínas do Tejucupapo – a subjetividade parece ter pouco valor, uma vez que é em prol de uma coletividade, a nação, que essas mulheres oferecem suas virtudes. Nesse sentido, embora *O Ano Biográfico e Brasileiras Célebres* sejam inegavelmente compilados de biografias, as histórias das mulheres sem nome também encontram lugar nesses livros, uma vez que, como já apontado por Temístocles César, a função das biografias no Brasil do oitocentos era primordialmente criar o exemplo. Nesse caso específico, exemplos dos valores do “belo sexo”.

Assim, embora as narrativas apresentadas pareçam transitar pelos limites do biográfico – não são focadas em um indivíduo; não apresentam um destaque à singularidade ou à subjetividade; não são construídas em torno de um nome próprio – ainda se encontram nos moldes do “projeto biográfico”.

3.2 As honrosas selvagens e a luz da civilização

“Nação e civilização nos trópicos” é o título que Manoel Salgado Guimarães dá a seu artigo que é hoje referencial para quem busca compreender as íntimas relações entre a historiografia produzida pelo IHGB e a consolidação do Estado Nacional no Brasil. Na escrita oficial da história brasileira não basta que se exalte a pátria e a nação, é necessário que esta nação seja lembrada como *civilizada*; é preciso consolidar a nação brasileira enquanto representante da civilização no Novo Mundo.

O conceito de civilização guarda certamente uma polissemia, são muito os casos distintos em que na contemporaneidade se pode usar os termos civilização ou civilizado. Nesse sentido, é importante destacar que quando falamos aqui em civilização, estamos nos referindo ao uso corrente do termo entre homens intelectualizados na segunda metade do século XIX. O sociólogo Norbert Elias nos auxilia nessa definição¹⁸. Para ele:

Este conceito expressa a consciência que o Ocidente tem de si mesmo. [...] Ele resume tudo em que a sociedade ocidental dos últimos dois ou três séculos se julga superior a sociedades mais antigas ou a sociedades contemporâneas 'mais primitivas'. Com essa palavra, a sociedade ocidental procura descrever o que lhe constitui o caráter especial e aquilo de que se orgulha. (ELIAS, 2011, p. 23)

Ora, na formação do Estado imperial brasileiro, uma das grandes aspirações da elite letrada brasileira era ter o mesmo “caráter especial” das nações europeias, em especial a França. Para os homens de letras do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a civilização era um ideal a ser buscado e expandido para esse lado do Atlântico. Passando novamente a palavra a Manoel Guimarães:

Ao definir a Nação brasileira enquanto representante da idéia de civilização no Novo Mundo, esta mesma historiografia estará definindo aqueles que internamente ficarão excluídos deste projeto por não serem portadores da noção de civilização: índios e negros. O conceito de Nação operado é eminentemente restrito aos brancos, sem ter, portanto, aquela abrangência a que o conceito se propunha no espaço europeu. Construída no campo limitado da academia de letrados, a Nação brasileira traz consigo forte marca excludente, carregada de imagens depreciativas do outro, cujo poder de reprodução e ação extrapola o momento histórico preciso de sua construção. (GUIMARÃES, 1988, p. 7)

Essa compreensão acerca do conceito de civilização é necessária para a análise das mulheres que são chamadas *civilizadoras* por Joaquim Manuel de Macedo e descritas como aquelas que “arrancadas às brenhas, vieram à luz da civilização” por Joaquim Norberto de Souza e Silva. Em *Brasileiras Célebres*, são quatro as mulheres encaixadas nessa definição, reunidas no capítulo denominado *Amor e Fé*. Todas elas indígenas, todas elas “dignas representantes por parte de seu sexo, dessa raça desgraçada e infeliz, cuja autonomia vamos absorvendo ou aniquilando todos os dias, até a sua completa extinção.” (SILVA, 2004, p. 47)

Manoel Guimarães destaca que, no processo de construção da noção de civilização, são excluídos da narrativa os índios e negros. Mulheres negras, de fato, estão completamente

¹⁸ Mais sobre o fértil debate a respeito do conceito de civilização pode ser encontrado em ELIAS, Norbert. “Da sociogênese dos conceitos de 'civilização' e 'cultura'” In: *O Processo Civilizador. Volume 1: Uma História dos Costumes*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

ausentes dos compilados biográficos aqui tratados – não parece haver para elas qualquer espaço nos discursos a respeito do modelo ideal de mulher brasileira. A exclusão das indígenas, no entanto, se dá de outra forma: não pela ausência, mas pela construção muito específica de um discurso que as valoriza na medida em que abrem mão da sua condição de “selvagens” para se dedicar à civilização e à fé cristã. Assim, percebe-se uma sutileza, até certo ponto, na construção da “imagem depreciativa do outro” empreendida, principalmente, em *Brasileiras Célebres* – na obra, exalta-se algumas mulheres indígenas (no seio do padrão branco e masculino da historiografia de então), mas apenas na medida em que essas se encaixam no papel feminino e no ideal de civilização.

A história de Paraguaçu – ou Catarina Álvares – deixa particularmente clara essa construção discursiva. Em *Brasileiras Célebres*, Paraguaçu é assim apresentada ao leitor:

Filha do principal (moru bixaba) de uma aldeia de tupinambás, mereceu pela sua beleza e qualidades a preferência do famigerado Diogo Álvares entre as mais distintas indianas de seu tempo. As águas do batismo, a regeneração da culpa original, e a Igreja reconheceu-a depois por esposa daquele a quem ela votara o mais puro amor, legitimando assim a sua união conjugal. (SILVA, 2004, p. 48)

As páginas seguintes pouco mencionam Paraguaçu e são focadas na narrativa dos feitos de Diogo Álvares, o Caramuru. Conta-se como o náufrago português conquistou o respeito, a confiança e mesmo “a completa obediência dos selvagens em razão do desenvolvimento de sua inteligência, e tratou de lançar entre eles os fundamentos de uma povoação mais sólida, ou menos nômade.” (SILVA, 2004, p. 49) Conta-se, também, que todos os chefes tupinambás queriam Caramuru para esposo de suas filhas e que diversas indígenas ofereceram a ele seu amor, e que a feliz escolhida foi Catarina Álvares. Da feliz escolhida, sabemos apenas que foi levada por seu esposo à Europa para ser batizada e para que se legitimasse na Igreja a sua união e que, de volta ao Brasil, esteve sempre ao lado de seu marido.

Já no *Ano Biográfico Brasileiro*, Paraguaçu é descrita como uma “suave, forte porém, alavanca da civilização”. Na narrativa de Joaquim Manoel de Macedo, que também dá destaque à figura de Diogo Álvares, Paraguaçu tinha influência sobre os “selvagens” e graças a ela foi capaz de atrair grandes forças do tupinambá para as causas de seu marido português. Diz Macedo:

O gentio não tinha ideia do dever e da virtude da castidade da mulher; mas Paraguaçu foi instintivamente ou por ardente amor *companheira* [grifo do autor]

honestas de Caramuru, e tão extremosa por este, como desvelada protetora de seus irmãos selvagens, tornou-se o ídolo dos tupinambás, e árbitro de sua vontade.

[...]

Catharina Alvares, a Paraguaçu dos tupinambás, foi sempre mais do que consorte e depois esposa de Caramuru, foi por sua influência generosa e amiga-fraternal sobre os selvagens, notável auxiliadora de seu marido. (MACEDO, 1876, p. 122)

Assim, percebe-se que o que torna essa mulher indígena merecedora da atenção e das palavras dos dois biógrafos é a adesão aos valores europeus – inclusive àqueles específicos para o seu gênero, como “a virtude da castidade *da mulher*” –, além de uma certa ação civilizadora: mais do que abrir mão de seus hábitos “selvagens”, Paraguaçu é lembrada por levar outros a fazerem o mesmo.

Uma outra mulher indígena reconhecida nas páginas tanto de *Brasileiras Célebres* quanto do *Ano Biográfico* é Dona Clara Camarão. Assim como Catarina Álvares, o nome de Clara Camarão aparece intimamente relacionado ao de seu marido, o também indígena Antônio Filipe Camarão, guerreiro de destaque na guerra contra os holandeses a quem Clara acompanhava nas campanhas. Sobre esse fato, diz Macedo:

que acompanhasse o esposo nas lides guerreiras; mas sem empenhar-se ativamente nas pelejas, embora exposta ficasse aos perigos, é mais que provável; porque isso era de costume entre os selvagens, dos quais ela provinha; que entrasse com ardor em um ou outro combate, em que visse mais arriscado o seu querido Poty, ou Camarão, é bem possível, é mesmo natural (MACEDO, 1876, p. 219)

Já nas palavras de Joaquim Norberto, Clara “acompanhou seu marido em todas as campanhas, e teve parte em todas as vitórias” e “foi tão ilustre como ele, ou mais ainda, se lhe levarmos em conta a delicadeza do sexo.” (SILVA, 2004, p. 71)

É por uma batalha específica, no entanto, que Clara Camarão se tornará célebre: a batalha de Porto Calvo, em que diante de uma muito provável vitória dos holandeses, Clara pega em armas entra em combate à frente de um grupo de mulheres, diminuindo a vantagem holandesa e reanimando os combatentes brasileiros. Os brasileiros, no entanto, saem derrotados, o que não impede o reconhecimento dos grandes feitos por historiadores do século XIX.

Não há uma menção específica ao conceito de civilização na narrativa a respeito de Clara escrita por Norberto, mas o autor destaca que ela “não era uma dessas descendentes dos conquistadores portugueses, que se pudesse vangloriar de um nascimento ilustre, mas uma indiana, gerada nos bosques brasileiros” que “soube tornar-se interessante e recomendável por

suas maneiras agradáveis”. (SILVA, 2004, p. 69) Macedo, por sua vez, descreve Clara como “menina selvagem cedo acolhida ou tomada pela civilização” (MACEDO, 1876, p. 219)

Uma terceira biografia parece se encontrar em um padrão narrativo semelhante. Descrita como “suave e potente elemento de civilização” e “heroína da caridade, da fé e da civilização”, D. Damiana da Cunha é também uma mulher indígena, de origem caiapó, de quem se desconhece o nome primeiro, por ter sido levada ao convívio dos brancos com poucos meses de idade. Neta de um homem de grande respeito dentre os caiapós, Damiana era também muito respeitada e considerada entre os, nas palavras dos autores, bárbaros. É graças a essa consideração e a forma como dela se utilizou que Damiana conquistará as páginas da história nacional. Como introdução à sua história, diz Norberto:

À fé, o divino farol que nos guia a eternidade, deve o Novo Mundo a sua civilização, o seu progresso e a sua liberdade; mas essa luz pura e celeste não penetrou nas belas florestas da América, não desceu por seus caudalosos rios, nem subiu as suas altíssimas cordilheiras levada somente, como se pensa, por esses famosos padres que, triunfando de todos os obstáculos, fizeram ouvir a voz do Evangelho no próprio festim da antropofagia dessas horas bárbaras entre os próprios bárbaros.

A mulher que baixara do Calvário ao lado do padre depois do tremendo sacrifício, tinha também direito à glória de tão santa missão, e pois Damiana da Cunha realizou em nossa pátria tão sublime tarefa. (SILVA, 2004, p. 55)

Joaquim Manoel de Macedo também compara os feitos de Damiana ao de homens, diz ele:

D. Damiana da Cunha começou a ilustrar sua vida já por virtudes louvada, realizando, ela *pobre e débil senhora* [grifo meu], o que tinham feito Nóbrega e Anchieta.

Heroína do amor fraternal, anjo de caridade, apóstolo da fé, suave e potente elemento de civilização, D. Damiana da Cunha toma o grande e glorioso empenho de ir aos sertões chamar os *caiapós* à vida social, à religião santa, e ao dever do trabalho. Ela não levava soldados, nem guerreadores: levava no coração o amor, na alma a fé, e pendente sobre o peito a cruz do Redentor. (MACEDO, 1876, p. 57-58)

O grande feito de Damiana, comparável aos de Nóbrega e Anchieta, foi levar às cidades e à religião cristã um grande número de caiapós que estavam então em guerra com os goianos, em especial com os bandeirantes. Foram quatro as vezes em que Damiana da Cunha adentrou os sertões em busca de reunir os caiapós e levá-los à civilização. Sobre a terceira de suas incursões, diz Macedo: “Era muito: estava cansada, abatida e gasta de tanto subir montanhas, descer a extensos vales, arrostrar perigos e morte, e provar mil privações nos desertos” (MACEDO, 1876, p. 58). Isso não impede que, seis anos depois, ela parta para os

sertões uma quarta vez, missão da qual a heroína volta moribunda; “Tinha expirado assim a mulher missionária que estragara a existência em suas afanosas peregrinações” (SILVA, 2004, p. 64)

É perceptível, principalmente nas narrativas sobre Damiana, que o conceito de civilização está amplamente relacionado à fé cristã. Fé que também aparece como destaque na narrativa a respeito da quarta, e última, mulher de origem indígena retratada em *Brasileiras Célebres*, Maria Bárbara¹⁹: “Pura era a vida da mameluca – da mulher descendente de cristãos ou de bárbaros selvagens, mas educada sob o catolicismo” (SILVA, 2004, p. 54)

A narrativa de Maria Bárbara é marcada por uma tragédia, o que a fez ser lembrada nas páginas da história foi ter sido “assassinada covarde, fria e cruelmente [...] pela mão homicida, que em balde pretendeu manchar a sua castidade.” (SILVA, 2004, p. 54) Mas o que torna sua vida merecedora de registro para a posteridade não é apenas o cruel assassinato, mas sim o fato de que “preferiu a morte à desonra, e como mansa ovelha, coroada das flores do sacrifício, deixou-se degolar pelo pérfido assassino, que lhe abriu as portas da glória ao som dos hosanas dos santos e inocentes mártires.” (SILVA, 2004, p. 54)

As três páginas de *Brasileiras Célebres* dedicadas à Maria Bárbara se mostram, assim, mais uma ode à “santa virtude” da fidelidade conjugal – segundo Macedo “um dos mais nobres caracteres da mulher” – do que um registro sobre o indivíduo Maria Bárbara, sobre seus feitos, características ou particularidades. Sobre seu trágico fim, afirma Norberto “Ah! E quantas mulheres, ávidas da palma do martírio, não invejariam a sua morte!” (SILVA, 2004, p. 55)

Maria Bárbara foi “desconhecida esposa de ignorado soldado”; Clara Camarão foi “legítima esposa do índio herói”; Paraguaçu foi “a bela e virtuosa esposa de Caramuru”; Damiana, que não se casou, é a única das indígenas cujo nome não aparece vinculado ao do marido. O casamento aparece aqui como um valor central para as mulheres, mas não qualquer casamento, o casamento marcado pela fidelidade e dedicação femininas. Percebe-se aqui claramente a construção de um valor a ser reproduzido pelas leitoras das biografias: a mulher que merece ser lembrada é a mulher legítima, virtuosa, casta.

Mas, para além do destaque às características de castidade esperadas de uma mulher célebre, as biografias dessas mulheres deixam perceber também a construção discursiva que se buscava fazer dos indígenas no Brasil do oitocentos. Tanto no *Ano Biográfico Brasileiro* quanto em *Brasileiras Célebres*, são indígenas as mulheres selecionadas para representar os

¹⁹ Não há uma biografia para Maria Bárbara no *Ano Biográfico Brasileiro*.

ideais de difusão da civilização, o que evidencia uma das questões basilares para a construção da nacionalidade brasileira: a inserção da figura do indígena – o herói do romantismo brasileiro, o primeiro habitante da nação – em uma nação que se pretendia civilizada nos moldes europeus. A resposta, encontrada nos compilados biográficos e em outras tantas obras produzidas no Brasil Imperial, foi retratar o indígena – ou a mulher indígena – como compartilhador do ideal civilizatório.

Nesse sentido, é válido destacar que três das quatro mulheres de origem indígena que foram aqui descritas são, ao mesmo tempo, mulheres que se dedicaram a afastar outros indígenas da condição de “selvagens”. Além disso, como vimos, não basta que essas mulheres sejam propagadoras da civilização. É preciso também que elas próprias neguem os costumes e práticas de seus povos para assumir os valores e virtudes da civilização, como a “virtude da castidade *da mulher*”.

3.3 Heroínas da fé cristã

Apesar de discussões e discordâncias acerca da questão da liberdade religiosa na Assembleia Constituinte de 1823, um ponto atingiu facilmente uma unanimidade na Assembleia: o catolicismo seria adotado, na Constituição de 1824, como a religião oficial do Império do Brasil. Segundo Rodrigo da Nóbrega Pereira:

Havia uma compreensão básica de que, como afirmou o deputado Manoel Joaquim Ornellas, a religião era “o mais seguro meio de manter em seu ser a sociedade”, e era de tal maneira fundamental na própria composição do tecido social que o Estado não podia abdicar de sua prerrogativa de promotor e gestor dos assuntos religiosos. (PEREIRA, XXX, p. 100)

Sendo a religião católica vista pelo Estado brasileiro como não apenas a religião oficial, mas também como um valor a ser instituído e para a manutenção da própria sociedade, era natural que o catolicismo aparecesse também como parte integrante do projeto de construção da identidade nacional engendrado pelo IHGB, sendo inclusive ligada ao ideal de civilização, tão presente nas escritas e aspirações dos membros do Instituto. Nesse sentido é natural que Joaquim Manuel de Macedo e Joaquim Norberto de Souza e Silva, membros do IHGB e promotores de seu projeto nacional-históriográfico, dessem destaque à religião em suas seleções de mulheres a serem biografadas.

No projeto de formação da nação brasileiras, a difusão da fé cristã era desejável a ambos os sexos. Assim, em primeiro momento, pode parecer ser um valor que não dialoga diretamente com a questão de gênero. Um olhar mais aprofundado, no entanto, mostra que a religião também é um espaço de construção discursiva da diferença sexual.

Foi um particular amálgama entre os valores da nação e do cristianismo que, como vimos anteriormente, garantiu a Joana Angélica um espaço entre os representantes da nação – é Joana quem deixa “a causa da independência do Brasil unvida com o sangue de uma virgem esposa de Jesus.” (MACEDO, 1876, p. 226). Em uma nação em formação, o simbolismo do primeiro sangue derramado pela causa da Independência é evidente a ponto de soar completamente natural que tal narrativa figure nas páginas da história da pátria. É possível que qualquer que fosse considerado, simbolicamente, como o primeiro sangue derramado pela causa do Brasil seria registrado nas páginas de livros como *O Ano Biográfico Brasileiro*.

Mas não foi qualquer sangue o primeiro derramado, foi o sangue de uma “virgem esposa de Jesus”, de uma mártir da fé, de uma mulher, nas palavras de Joaquim Norberto, “digna por suas virtudes”. Com sua própria vida, a beata Joana protege não apenas a causa do Brasil, mas também o convento e as virgens cristãs que nele viviam e cujas vidas eram inteiramente devotadas à religião.

Para além de Joana Angélica, seis outras mulheres foram registradas nas páginas de *Brasileiras Célebres*, do *Ano Biográfico Brasileiro* ou de ambos em função de sua dedicação à vida religiosa. São elas Jacintha de São José, Joanna de Gusmão, Dona Cecília Barbosa, Josefa de São José, a irmã Germana e, em uma biografia dupla, as irmãs Dona Manoela de Santa Clara e Dona Rita do Sacramento.

Sob uma perspectiva de gênero, o considerável número de mulheres lembradas por sua vocação religiosa evidencia não apenas a ideia da religião cristã como parte integrante da nação brasileira, mas também o que a historiadora Michela de Giorgio chama de uma feminização do catolicismo, característica do século XIX. (LIMA e TEIXEIRA, 2008) É nesse século que se percebe uma transformação discursiva de longa duração em que “o discurso católico passou de uma postura misógina – de recusa do sexo feminino – à incorporação das mulheres como público essencial para a sustentação do catolicismo diante das propostas de laicização da sociedade ocidental contemporânea.” (LIMA e TEIXEIRA, 2008, p. 113) Assim, no século XIX a mulher aparece como figura central na difusão do cristianismo e não apenas na obediência aos princípios da religião.

É no interior desse discurso, de difusão dos princípios da fé, que D. Manoela de Santa Clara e D. Rita do Sacramento aparecem nas páginas do *Ano Biográfico Brasileiro*. Apesar de

serem duas as mulheres descritas, a narrativa sobre elas é uma das menores do livro. Sobre suas vidas privadas, diz-se apenas que foram “nascidas na vila depois cidade de Sorocaba em S. Paulo, de honesta e rica família, educadas com piedoso esmero e na prática de virtudes.” (MACEDO, 1876, p. 227) O foco da única página de sua biografia é a fundação de um recolhimento para a educação de meninas nos princípios da virtude e da santidade e à luz da religião – nas palavras de Macedo, deve-se dar “as devidas honras às duas nobres e pias senhoras que consagraram suas vidas, seus trabalhosos dias e toda sua fortuna no Recolhimento que fundaram, tendo os olhos fitos no céu” (MACEDO, 1876, p. 228). Não há, em *Brasileiras Célebres*, uma narrativa sobre as duas irmãs.

A história de Jacintha de São José, registrada no *Ano Biográfico*, também não chamou a atenção de Norberto a ponto de ser por ele registrada. Mas, na visão de Macedo, o empenho religioso também garantiu a ela um espaço entre as representantes da nação. Após renunciar a família e fortuna, Jacintha retira-se a uma casa abandonada e, com a ajuda da irmã e, por doações do governador Gomes Freire de Andrade, a transforma na Capela do Menino Deus, a partir de onde construiria depois um convento. Para além de reconhecer seus feitos de piedade cristã, Macedo louva ainda suas características que chama de “feminis”, assim a descreve: “distinguiu sobre todos [os irmãos] Jacintha por amável presença, bondade de coração, doçura de gênio, notável discrição, e humildade desde os anos da segunda infância.” (MACEDO, 1876, p. 573)

A humildade é também louvada na narrativa dedicada à peregrina Joana de Gusmão, mulher que, por suas virtudes cristãs, recebeu a alcunha de “mulher santa”. Tais virtudes, destacou Joaquim Norberto, a acompanharam desde o seu nascimento. “Corria então o ano de 1688, e a religião sorriu-lhe ainda no berço. Seus pais a educaram nas máximas da religião católica, dando exemplo não interrompido a sublime prática das virtudes cristãs.” (SILVA, 2004, p. 90).

Joana é descrita também como uma esposa exemplar, dedicada ao lar e sem ter por momento algum faltado aos deveres conjugais. Mas as virtudes cristãs se mostram com mais destaque após a morte de seu marido. Prometendo não casar-se novamente, Joana parte em peregrinação:

Levava o cilício sobre as carnes que tinham morrido para o mundo, e sobre o cilício um hábito de burel pesado, negro, e sobre o hábito e pendente do pescoço a imagem do menino Deus [...] Caminhava a pé e sozinha pelo império das feras, cujos bramidos não lhe intimidavam; atravessava as solidões, penetrava pelas florestas seculares, povoadas por hordas de selvagens bárbaros e antropófagos, e afrontando ásperos e escabrosos caminhos, convertendo, graças à fé que lhe robustecia a alma, os espinhos em flores, as flores em frutos (SILVA, 2004, p. 92).

Após décadas de peregrinação – das quais chegou a recolher esmolas suficientes para a fundação de uma igreja – “essa virtuosa e humilde senhora” já no final da vida dedica-se à instrução de meninas pobres, ensinando-as a ler, a escrever e, principalmente, “ensinou a amar a Deus e ao próximo, ensinou o dever do trabalho, o encanto das virtudes, a majestade feminil da modéstia e da castidade, em que se realçava a sua sabedoria.” (MACEDO, 1876, p. 282)

Assim como Joana de Gusmão, Josefa de São José também teve desde cedo uma educação cristã de seus pais. É o que diz a biografia de Josefa registrada em *Brasileiras Célebres*. Diz Joaquim Norberto que desde a infância, no início do século XVIII, ela “fez-se notável pela sua presença, amável pela sua bondade querida pela sua discrição e agrado, e admirada pelas suas virtudes. Unia a prudência à fortaleza, a formosura à modéstia e à humildade sem afetação.” (SILVA, 2004, p. 78). Daí em diante, o fervor religioso apenas cresceu, e Josefa dedicou boa parte de sua vida ao exercício da penitência e à difusão da fé cristã, até que, ainda jovem, retira-se com sua irmã do “tumulto da cidade” para dedicar-se exclusivamente à oração. É então que as duas irmãs trabalham arduamente para levantar uma capela.

Diz Joaquim Norberto que tantas eram as virtudes de Josefa de São José – nome adotado após a sua renúncia do mundo – que a religiosa caiu nas graças do governador Gomes freire de Andrade, que a ajudou na fundação da capela. Mas apenas a capela não foi suficiente e, após um trabalho intenso de toda uma vida, Josefa conseguiu fundar o convento das carmelitas descalças do Rio de Janeiro, onde reuniu-se um grande número de devotas.

A beata Josefa de São José mostra-se, assim, como mais uma das “merecedoras das páginas da história” responsável por fundar uma instituição religiosa; mais uma difusora da fé cristã.

Uma outra difusora da fé é Dona Cecilia Barbosa, que viveu no século XVII e foi registrada no *Ano Biográfico*. Após sua viuvez, temerosa de ver a si mesmas e as filhas entregues à pobreza, Cecilia funda no Rio de Janeiro o Convento D'Ajuda. É curioso notar, no entanto, que nessa biografia o tom assumido não é sempre elogioso, como fica evidente no trecho:

Tem eivos de aristocrata, que será tudo menos fraternal e caridosa, a original ideia do convento d'Ajuda do Rio de Janeiro, cujas superiores ou abadessas foram sempre (e se houve exceções, ignoram-se) senhoras de famílias nobres; mas ainda assim essa origem tem certo caráter histórico, que se a atualidade o desdenha, o passado lhe dá prestígio. (MACEDO, 1876, p. 419)

Diferente de muitas mulheres biografadas, D. Cecilia não apresenta as mais altas virtudes desde a mais tenra infância. Tinha, ao contrário, um orgulhoso sentimento aristocrata, que encontra sua redenção na fé cristã. A vida desta mulher foi exemplar não por jamais ter apresentado falhas, mas se redimir delas através dos valores da religião. Podemos imaginar que, dentro do papel pedagógico da escrita biográfica, esse exemplo fosse talvez mais fácil de criar identificação entre as leitoras. Assim, a crítica apresentada por Macedo parece evidenciar ainda mais o quanto a difusão da fé cristã – aqui manifestada na construção de um convento – é uma virtude a ser reconhecida e louvada, mesmo que as vontades individuais não sejam tão virtuosas quanto se esperaria.

Muito distinto desse é o tom dado a uma outra mulher, cuja história é narrada em *Brasileiras Célebres: a irmã Germana*, que “não o foi, mas viveu e morreu como uma santa.” (SILVA, 2004, p. 106) Segundo Norberto, era de conhecimento geral, nas Minas Gerais em princípios do século XIX, que “sua vida era puríssima, e o seu procedimento irrepreensível [...] e votou-se a todas as abnegações das grandezas deste mundo.” (SILVA, 2004, p. 101) Mas não é apenas por sua vida virtuosa que a irmã se torna uma merecedora das páginas da história. O que se destaca nas páginas dedicadas a sua história são os “êxtases” experimentados por ela, que levavam uma romaria de fiéis e curiosos à capela da Piedade, onde Germana habitava, a fim de presenciar o inédito espetáculo. Assim o autor descreve o êxtase:

Meditando um dia sobre os mistérios da Paixão, entrou Germana como num êxtase; seus braços se abriram, formando com o seu corpo uma cruz, tendo os pés igualmente cruzados, e se conservou nesta postura pelo espaço de quarenta e oito horas; desde então se renovou o fenômeno semelhante, sem a mais pequena interrupção; começando sempre na noite de quinta para sexta-feira até a noite de sábado para domingo, sem que fizesse o menor movimento, sem que proferisse uma única palavra, e sem que tomasse o mínimo alimento. (SILVA, 2004, p. 102)

À popularização dos êxtases da irmã Germana, seguiu-se uma divisão na opinião pública: havia aqueles que viam nos êxtases um milagre e havia quem, por meio da ciência e da lógica, procurava provar que os êxtases nada mais eram do que uma catalepsia. O caso chegou a levar peregrinos estrangeiros, como o naturalista francês Saint-Hilaire e os alemães Spix e Martius, a visitarem a irmã para chegarem a suas próprias conclusões sobre o fenômeno. Por sua narrativa, a conclusão de Joaquim Norberto não parece muito clara, o autor dá voz tanto à argumentação científica quanto à religiosa, o que é perceptível pelo fim da biografia: “Acharam-na um dia naquela postura, que tomava ordinariamente quando era

acometida da catalepsia, como diziam os médicos, ou quando estava em seus êxtases periódicos, como dizia o povo, pálida e fria como uma bela estátua de mármore...” (SILVA, 2004, p. 106).

Não há dúvidas, no entanto, que a religião assume um papel de destaque tanto na obra de Joaquim Norberto quanto na de Joaquim Manoel de Macedo. Em uma nação cristã, as virtudes da religião deveriam ser reiteradas e lembradas, em especial na construção de biografias que, como vimos, primavam pelo fornecimento de exemplos a serem reproduzidos.

Tais virtudes parecem ser ainda mais reiteradas na construção discursiva do feminino. Segundo Teixeira e Lima: “Sobre as qualidades de mãe, da abnegação e do sacrifício de si mesma em relação aos outros a Igreja construiu uma série de conceitos e tipos ideais do feminino, que extrapolaram os limites do século XIX e do próprio discurso religioso (LIMA e TEIXEIRA, 2008, p. 124)”

3.4 Gênio e glória feminis

Ao longo do século XIX, a maioria das mulheres brasileiras vivia boa parte de suas vidas nos ambientes privados, com pouca ou nenhuma inserção na esfera pública. Essa foi, como vimos, uma característica observada unanimemente pelos viajantes cujos relatos foram publicados a título de epílogo em *Brasileiras Célebres*.

Duas das mulheres retratadas no *Ano Biográfico Brasileiro*, porém, se destacaram por sua atuação em um ambiente que é público por sua própria essência: o teatro. São elas Estella Sezefreda dos Santos e Luiza Antônia, mãe e filha, esposa e enteada do célebre ator e encenador João Caetano dos Santos.

A biografia de Estella é mais uma em que sua história é frequentemente permeada pela do marido, João Caetano, responsável por descobrir nela a vocação do teatro e convidá-la para a cena dramática. Em comparação com o marido:

Incontestavelmente João Caetano dos Santos foi pela opulência inesgotável de seu natural e prodigioso talento de ator dramático muito e muito superior à Estella Sezefreda dos Santos; esta porém foi mais artista, mais conscienciosa conhecedora dos preceitos da arte do que ele. (MACEDO, 1876, p. 367)

Apesar de descrita como inferior, Macedo afirma que não havia até então no Brasil atriz que a ela se igualasse. Estella tinha uma inteligência notável, estudava poetas e dramaturgos de diversos países e desenvolveu intenso conhecimento sobre a arte dramática. No entanto, não foi colocada na categoria de gênios, mas como alguém que “completava o

gênio de João Caetano” (MACEDO, 1876, p. 367). Como em outras biografias de mulheres, a construção narrativa da história de Estella está em constante relação com a de seu marido. Se, por ser uma atriz, ela rompe com certos limites estabelecidos para o feminino, por outro lado sua relação com João Caetano demonstra alguns dos clássicos papéis destinados às mulheres, como o da esposa ideal:

Diz-se que, ao menos nos primeiros anos, Estella costumava fazer a primeira leitura a seu marido dos papéis que este se propunha a desempenhar e que com a delicadeza feminil mais apurada, com jeitosa dissimulação nesse ler de artista, insinuava em acentuações, e em expressões de sentimentos conselhos disfarçados e generosos ao esposo, cujo orgulho se revoltava a mais leve ideia da menor dúvida sobre os milagres do seu gênio dramático. (MACEDO, 1876, p. 367)

Em contraste com o tom de desvalorização do talento de Estella, Macedo tem para sua filha, Luiza Antonia, um tom mais elogioso. Segundo o autor, Luiza demonstrou lampejos de gênio ainda na infância:

Luiza Antonia tinha para o teatro dramático mais do que talento, gênio talvez igual ao de João Caetano, seu padrao. No Frei Luiz de Souza, e na Graça de Deus exibiu tão prodigiosos dotes, que engrandecidos e bem dirigidos pela educação moral e intelectual que recebia, e pela escola de seu padrao, e de sua mãe, a insigne atriz Estella Sezefreda, a elevariam provavelmente não só à eximia e radiante artista dramática do Brasil, mas ainda à celebridade, a luminoso astro no teatro dramático do mundo. (MACEDO, 1876, p. 16)

Mas Luiza Antonia não chegou a ser conhecida no mundo. Depois de emocionar e surpreender a plateia por diversas vezes entre seus oito e treze anos, a promissora atriz contraiu tísica pulmonar e febre perniciososa e morreu em agosto de 1847, com quatorze anos de idade.

Lampejos de gênio que não puderam ser plenamente desenvolvidos tinha também, na visão de Macedo, Ângela do Amaral Rangel – a ceguinha, que no início do século XVIII “se tornou famosa pelos versos que compunha ou de improviso, ou depois de breve reflexão” (MACEDO, 1876, p. 46). Na curta biografia da poetisa, Macedo lamenta que tenha nascido cega e não tenha tido oportunidade de estudar e apurar sua arte, chamando-a de “brilhante preciosíssimo, mas não lapidado.”

Já nas palavras de Joaquim Norberto, Ângela é a musa cega, uma célebre poetisa. É um prodígio, de “gênio belo e brilhante”, que era capaz de, com a mesma facilidade, improvisar belas poesias no português e na língua de Cervantes. Diz o autor:

Foi D. Ângela do Amaral senhora instruída tanto quanto lhe permitiam as circunstâncias peculiares de seu tempo e do nosso país, e ainda mais as próprias circunstâncias excepcionais. Bela e afável reuniu as graças da poesia às virtudes cristãs com que seus pais lhe embalaram o berço, e foram o itinerário de sua vida. (SILVA, 2004, p. 113)

Embora sejam mencionadas as virtudes cristãs, o fato é que nas cinco páginas de *Brasileiras Célebres* dedicadas a Ângela do Amaral, surpreendentemente pouco se fala das virtudes que até então foram tantas vezes reiteradas como feminis. O foco se dá, principalmente, no brilhantismo de sua poesia, nos lampejos de sua razão.

O imprevisto, o talento e a inspiração poética são destacados por Joaquim Norberto também na biografia de Delfina da Cunha, nascida na última década do século XVIII e, assim como Ângela, também cega, em decorrência de uma doença adquirida ainda na infância. Delfina é lembrada por suas belas composições,

em que celebra a triunfo da independência nacional, – em que canta os favores que recebera de D. Pedro I, – em que celebra a maioria de seu augusto filho – e em que retribui os encômios que lhe teceram os poetas seus contemporâneos, entre os quais é para notar-se o cônego Januário da Cunha Barbosa e o doutor José de Araújo (SILVA, 2004, p. 125)

O patriotismo aparece aqui, como em tantas outras biografias do Brasil imperial, como uma grande virtude a ser lembrada que, no caso de Delfina, soma-se ainda à inspiração e ao gênio. Há, também, um tom melancólico nas palavras de Norberto, pois “mesclam-se a essas poesias os suspiros da alma martirizada pela saudade filial, e a desgraça proveniente de enfermidades infantis.” (SILVA, 2004, p.125) Ainda assim, é o gênio que parece ser o foco principal da narrativa.

A ideia de gênio é também destaque na narrativa que Macedo dedica a Dona Violante Atabalipa Ximenes de Bivar. A história de Violante é um caso específico, já que ela seria algo como uma “mulher de letras”²⁰, espaço ainda mais difícil de ser acessado por uma mulher do que o de poetisa ou artista.

Nascida em 1817, Violante foi a redatora do primeiro jornal escrito por uma mulher no Brasil, o *Jornal das Senhoras* (cuja data de publicação não consta na biografia). Poliglota

²⁰ Roger Chartier define que o termo “homem de letras” se refere aos homens de vastos conhecimentos em muitas áreas distintas, possuidores de um “belo espírito” e de “imaginação brilhante nos prazeres da conversa, sustentados pelas leituras correntes”. Para saber mais, ver: CHARTIER, Roger. *O homem de letras. O homem do Iluminismo*. Lisboa: Presença, 1997

desde jovem, traduziu do italiano, do francês e do inglês diversas obras de literatura e teatro, chegando a receber o diploma de sócia honorária do Conservatório Dramático Brasileiro. Culta e inteligente, publicou ainda o hebdomadário Domingo entre 1873 e 1875, seu ano de falecimento.

Já Dona Rita Joana de Souza, pernambucana nascida nos últimos anos do século XVII, é reconhecida como uma artista, embora pudesse também ser lida na chave da mulher de letras, isso porque, naqueles tempos em que

era quase de costume ser a mulher analfabeta, aplicou-se às letras e à pintura, e nos mais belos anos da vida, quando punha em descanso os pincéis e a palheta, abismava-se na história, visitava o orbe na geografia, e se aditava, escrevendo memórias e trabalhos de investigação de acontecimentos passados. (MACEDO, 1876, p. 49)

O que é escrever memórias e trabalhos sobre acontecimentos passados senão o próprio ofício do historiador? Rita não é, porém, mencionada no *Ano Biográfico* enquanto historiadora, mas como artista, pintora e filósofa. São apontadas também suas características: formosa, inocente, patriota, suave. Por tudo isso “se fez notável e célebre vivendo apenas vinte e dois anos” (MACEDO, 1876, p. 50). Suas pinturas, desenhos e escritos se perderam e não ficaram para a posteridade. Sua biografia e seus atribuídos valores, por outro lado, constaram no compilado de biografias que pretendia destacar os grandes valores da pátria.

Curiosamente, as biografias das mulheres reconhecidas pelo gênio e pelas artes parecem de certa forma escapar a algumas características atribuídas ao feminino nas demais narrativas dos compilados biográficos. Ao lermos sobre as artistas, poetisas e “mulheres de letras”, pouco sabemos sobre suas vidas conjugais ou sobre seus deveres de filha/mãe ou quanto à religião. A ideia de genialidade parece ser o espaço mais aberto às mulheres para expressarem algumas qualidades que sejam valorizadas para além das características “feminis”. No entanto, sobretudo o exemplo de Estella Sezafreda, mas não apenas ele, demonstram que, mesmo quando há uma pequena variação no discurso, os papéis tradicionalmente delegados às mulheres continuam a ser valorizados e mencionados como um aspecto central das narrativas. Se há um espaço para ir além de certas determinações – como a do encerramento no espaço privado – ele deve ser ainda dentro de certos limites.

3.5 Armas e virtudes

Os campos de batalha são tradicionais espaços para a conquista de glórias. Milhares são os exemplos de narrativas heroicas em que homens lutam e morrem por um ideal, incontáveis são no Ocidente as histórias dos bravos homens que derramam seu sangue em nome da pátria, do rei, de Deus. Força, bravura e virilidade são valores comuns de serem associados a esses homens. A princípio, parece difícil imaginar uma mulher em uma dessas narrativas. Mais difícil ainda vê-la louvada e reconhecida por isso em séculos passados. Alguns registros, no entanto, surpreendem.

No âmbito da construção discursiva das biografias como construção de coletividade, observamos mulheres lembradas como doces, suaves, gentis, maternais, piedosas. Essas são, de fato, características muito valorizadas para uma mulher no Brasil do século XIX e portanto repetidas à exaustão nas biografias que tratam do gênero feminino. No entanto, algumas das mulheres retratadas no *Ano Biográfico Brasileiro* e em *Brasileiras Célebres* “se distinguiram além do que se devia esperar de seu sexo: empunharam as armas, voaram ao campo da batalha!” (SILVA, 2004, p. 148)

É possível que as tantas vezes reiteradas características feminis possam ser celebradas ao mesmo tempo em que se conta a história de mulheres que pegam em armas? Como vimos, por exemplo, na história de Rosa Maria de Siqueira, a resposta é sim. Após ser a heroína responsável pela salvação da vau em que viajava, Rosa “bela e festejada, mas digna e modesta, soube furtar-se à glória marcial que só excepcionalmente pode caber a seu sexo, e no lar doméstico dedicou sua vida ao amor do esposo e da família.” (MACEDO, 1876, vol.1, p. 352)

Rosa não é a única que se traja como um homem para pegar em armas. Um outro exemplo de destaque se refere a uma mulher que é ainda hoje lembrada como uma heroína nacional: Maria Quitéria, mulher que “tanto se exaltava pelo amor da pátria, e ainda mais transportada pelo ardor de uma irmã casada e patriota” (MACEDO, 1876, p. 490) que veste-se com trajes masculinos para apresentar-se como voluntário nas lutas ocorridas na Bahia em nome da independência do Brasil.

A história de D. Maria Quitéria de Jesus está intimamente relacionada à história da Independência, episódio chave no imaginário da identidade nacional brasileira. A título de curiosidade: nas duas primeiras das cinco páginas de sua biografia em *Brasileiras Célebres*, o nome de Maria Quitéria não é citado, pois Joaquim Norberto se dedica a uma introdução sobre a guerra. Mas isso não significa que seus feitos são ignorados. Nas palavras do autor:

“Dona Maria de Medeiros mostrou-se guerreira corajosa e distinguiu-se por seus feitos d’armas”. (SILVA, 2004, p. 150)

Mas se Maria Quitéria se destaca por se tornar soldado, é também destaque que

A bravura desta heroína resplende ainda mais e toca ao sublime pela sua honestidade de senhora. [...] Pouco ou nada tem a sua aparência de varonil; suas maneiras são belas e agradáveis, pois não obstante viver entre soldados, não só não contraiu os seus hábitos grosseiros, bruscos e vulgares, como até nada se pode dizer contra a sua honra.

Trajava o uniforme de seu batalhão, porém para mais recato adicionava-lhe um saíote. (SILVA, 2004, 153)

Há um evidente contraste entre a narrativa de Maria Quitéria e a de uma outra Maria – Maria Úrsula de Abreu e Lancastro, ou, como se auto nomeou para poder se alistar no ano de 1700, Balthazar do Couto Cardoso. Maria Úrsula abandonou a casa dos pais, no Rio de Janeiro e cruzou o Atlântico rumo a Goa, onde acumulou glórias militares e tornou-se célebre por seu valor em batalha. Mesmo depois de descoberta sua identidade, permaneceu reconhecida como soldado e trajou seu uniforme militar ainda depois de casada. Apesar das glórias conquistadas, Joaquim Manoel de Macedo, ao narrar a história de Maria Úrsula, assume por vezes um tom de reprovação:

Evidentemente exaltada, romanesca e de ânimo varonil, nem por isso Maria Ursula merece louvores por estes primeiros atos de repreensível olvido de seus deveres de filha. [...] Como quer que fosse, o denodo e os feitos do jovem soldado Balthazar do Couto Cardoso fez esquecer a imprudência e o erro da menina Maria Ursula. (MACEDO, 1876, vol. 2, p. 01)

Maria Ursula esteve em fortalezas e campos de batalha, combateu ao longo de treze anos, deixou para trás o conforto de sua casa em terras brasileiras para lutar em Goa e foi admirada até o fim de sua vida. Esses feitos não foram esquecidos e foi por eles que ela foi lembrada como uma “merecedora das páginas da história”. Apesar disso, Macedo deu destaque a aspectos “feminis”:

No fim de treze anos de serviços de guerra obteve baixa a 12 de maio de 1714, e voltada à doce e grandiosa missão de seu sexo, casou-se com o valente oficial Afonso Teixeira Arraes de Mello [...] para abonar sua honestidade feminil basta a escolha que um cavaleiro distinto, como Arraes de Mello, fez da heroína fluminense para sua esposa. (MACEDO, 1876, vol. 2, p. 03)

A mulher brasileira poderia ser lembrada por sua glória militar. Era importante, porém, que mantivesse em vista uma importante missão das mulheres: ser uma boa esposa.

Maria Quitéria, Maria Úrsula e Rosa Maria: três Marias, três mulheres soldado, que em algum momento trajam roupas masculinas. Sua adesão aos papéis esperados de uma mulher na sociedade oitocentista, no entanto, são ligeiramente diferentes. Isso explica a diferença de tom empregado pelos autores que contam suas histórias, não apenas por serem esses autores homens de seu tempo, mas também pela própria função pedagógica das biografias.

Na reflexão que vem sendo levantada nas últimas décadas sobre a exclusão das mulheres das narrativas históricas, é comum que se aponte que uma das origens desse silenciamento do feminino é a ausência das mulheres nos temas que foram tradicionalmente de interesse da História: a política, a nação, a guerra. Assim, poder-se-ia concluir que as três mulheres soldado tiveram suas histórias narradas por homens do oitocentos simplesmente por estarem nesse espaço produtor de glórias: o campo de batalha.

Mas a insistência de Macedo e Norberto nos “traços feminis” reforça que há algo mais na exclusão das mulheres da história do que uma mera ausência em espaços. Assim como a relativa ruptura na estrutura representada pelas mulheres artistas, as mulheres guerreiras também têm um curto limite para transitar – o limite dos discursos de gênero.

3.6 O heroísmo feminino nos limites do gênero

Pernambucanas, baianas e paulistas. Brancas e indígenas. Heroínas da independência ou da inconfidência. Freiras virgens e mães de família. As mulheres cujas vidas foram narradas em *Brasileiras Célebres* e no *Ano Biográfico Brasileiro* eram, certamente, diversas – quanto ao tempo e ao espaço em que viveram, quanto à etnia, quanto aos modos de vida. É improvável, portanto, que essas mulheres compartilhassem de práticas e valores. No entanto, a leitura das biografias faz parecer que todas compartilhavam de uma mesma docilidade e suavidade, de beleza, comedimento e dedicação à religião, à pátria (ou à civilização) e à família.

Essas semelhanças, é claro, evidenciam muito mais a visão, masculina, que se tinha sobre a mulher ideal no momento da escrita das biografias do que os princípios individuais de cada uma dessas mulheres. São semelhanças, portanto, mais discursivas do que factuais. Para muitos historiadores que trabalham no campo dos estudos de gênero, é justamente no campo da discursividade que se constroem as diferenças, artificiais, entre homens e mulheres. Uma construção, é válido lembrar, profundamente desigual.

Na construção do papel dos gêneros ao longo da história ocidental coube às mulheres, em geral, o lugar da subordinação. E para que se mantivesse tal lugar era necessário que essa distinção entre os sexos, essa subordinação, parecesse natural; eram necessários mecanismos simbólicos que garantissem a adesão das mulheres a seus papéis determinados. Neste sentido, afirma Roger Chartier que "inscrita nas práticas e nos fatos, organizando a realidade e o cotidiano, a diferença sexual (que é sujeição de umas e dominação de outros), é sempre construída pelo discurso que a funda e legitima." (CHARTIER, 1995, p. 43)

É nessa perspectiva que podemos afirmar que existe um claro limite para o heroísmo feminino, para o louvor às virtudes das brasileiras do oitocentos. A constante referência a maridos e filhos é um exemplo desse limite e de uma visão da mulher como o "segundo sexo". As heroínas do Tejucupapo são "ventres maternos"; a jovem Rosa Maria, após o emblemático episódio de combate, se dedica ao lar e à família; Paraguaçu foi a honrada esposa de Caramuru; a estrela Estella Sezafredo dedicava uma "delicadeza feminina" ao marido. Essas mulheres tão diferentes entre si são exemplos – dentre outros possíveis – de um estereótipo que, entre continuidades e mudanças, figura no Brasil desde os tempos coloniais: a mulher enquanto cuidadora do lar e da família, reclusa ao ambiente doméstico.

Naturalmente, não eram todas as mulheres que viviam apenas nos ambientes privados. Ao falarmos de estereótipos e de construções discursivas, não é possível abordar a totalidade das múltiplas vivências femininas. Quer por sua própria natureza, quer por objetivos específicos, o discurso não se relaciona diretamente à factualidade das experiências vividas. Nesse sentido, o discurso sobre as mulheres nos espaços internos envolve necessariamente um apagamento de uma parte considerável das mulheres do passado: as mulheres camponesas, pobres, escravizadas e trabalhadoras de um modo geral.

Da mesma forma, os discursos de Joaquim Norberto de Souza e Silva e de Joaquim Manuel de Macedo não abarcam as diferenças das mulheres biografadas. Mas esse não é, de qualquer forma, seu objetivo. Dentro da lógica de uma *historia magistra vitae*, ou de uma biografia *magistra vitae*, um certo nível de homogeneidade se faz necessário. É preciso que haja modelos claros e perceptíveis para que esses possam ser facilmente identificáveis e reproduzidos.

Por isso, o discurso em si é um objeto. Um objeto fundamental para o entendimento das questões de sexo/gênero. Na perspectiva de Joan Scott, gênero significa o saber a respeito das diferenças sexuais. Segundo a autora,

Tal saber não é absoluto ou verdadeiro, mas sempre relativo. Ele é produzido de maneira complexa no interior de epistemes que têm, elas próprias, uma história autônoma (ou quase). Seus usos e significados nascem de uma disputa política e são os meios pelos quais as relações de poder - de dominação e de subordinação - são construídas. [...] O saber é um modo de ordenar o mundo e, como tal, não antecede a organização social mas é inseparável dela.” (SCOTT, 2007, p. 12)

Podemos, assim, observar as biografias de mulheres escritas no Brasil do oitocentos como parte do saber-poder teorizado por Scott. Nessa chave, as narrativas se mostram em um duplo viés: ao mesmo tempo em que são fruto de um contexto – e das construções acerca do feminino/masculino – são também produtores de saberes. São narrativas que contam uma história, e que simultaneamente constroem a forma como serão contadas futuras histórias – em uma soma entre a perspectiva pedagógica da biografia e o caráter discursivo do gênero.

4 CONCLUSÃO

“Não se nasce mulher, torna-se.” (BEAUVOIR, 1970)

Publicadas pela primeira vez em 1949, na abertura do volume dois de *O Segundo Sexo*, as célebres palavras da escritora e ativista Simone de Beauvoir continuam a ecoar ainda hoje, sete décadas depois. No Brasil e no mundo, elas estão em debates feministas e transativistas, em manifestações de rua, pichações, tatuagens. São evocadas nos movimentos sociais e amplamente compartilhadas na internet. Em fevereiro de 2019, ganharam destaque político e midiático no país ao serem proferidas no Supremo Tribunal Federal durante o julgamento referente à criminalização da homofobia. Pouco antes, em 2015, a frase foi também alvo de polêmica após ser citada em uma questão do Exame Nacional do Ensino Médio, realizado por cerca de seis milhões de estudantes brasileiros. Diferentemente do relativo desinteresse pelo *Segundo Sexo* no Brasil logo de sua publicação, é hoje fácil encontrar, dentro e fora de meios políticos e acadêmicos, quem conheça o nome da célebre autora feminista – seja para exaltá-la ou demonizá-la.

Devido mais aos seus usos políticos, culturais e sociais do que propriamente ao rigor acadêmico em sua aplicação, as palavras de Beauvoir são também as palavras selecionadas para encerrar esse trabalho. Em um contexto histórico de grandes disputas narrativas como é o atual – em que se criam espantalhos como a “ideologia de gênero”, em que se acusam as mulheres que buscam por qualquer igualdade de direitos de “feminazi” – é necessário lembrar-nos de Beauvoir, é necessário lembrar-nos dos usos políticos, sociais e culturais das falas sobre o gênero.

Afinal, essa dissertação, embora tenha caminhado por referenciais teóricos distintos dos da ativista francesa, é também um esforço de compreensão sobre o que é tornar-se mulher. Como ela – e muitas intelectuais que a seguiram – penso que não se nasce mulher, em nenhuma sociedade, em nenhum momento histórico. Torna-se mulher a partir de instituições e estruturas, de práticas culturais, de relações sociais construídas no cotidiano, da observação e repetição de rituais. Torna-se mulher desde a primeira infância e continua-se a tornar até o fim da vida, a cada reiteração de papéis sociais/sexuais específicos. Torna-se mulher através de práticas discursivas.

Nesse sentido, no percurso traçado até aqui buscamos compreender um recorte do “tornar-se mulher”. Mais especificamente, tornar-se mulher no Brasil oitocentista. Ainda mais específico, tornar-se uma mulher célebre e ideal, cuja história merece ser registrada, narrada e

reproduzida, na ótica de homens que buscavam conscientemente construir uma solidez para o todo que então se definia política e discursivamente como o Brasil.

Foi com esse olhar que nos voltamos aos dois objetos centrais dessa análise, *O Ano Biográfico Brasileiro e Brasileiras Célebres*, livros escritos por homens da elite intelectual brasileira em meados do século XIX, por homens a quem foi dado o espaço de “construtores da nação”. Observamos, assim, como esses livros integram parte de uma cultura histórica, de uma forma específica de olhar o passado.

Nessa cultura histórica do Brasil oitocentista, observa-se o passado - seja na chave da historiografia, seja pela escrita de histórias de vida - como uma forma de se obter sentido e orientação para um presente e um futuro incertos. É assim que os denominados construtores da nação brasileira empreendem uma série de estratégias para a construção de uma identidade coletiva a que se poderia chamar de “brasileiro”, independentemente das indiscutíveis heterogeneidades do território nacional.

Porém, como vimos pela leitura das biografias de mulheres, ao lado do conjunto “brasileiros” havia um outro, com interseções, mas também com singularidades, o conjunto das “brasileiras”. Nas aproximações com o todo universal-masculino, essas mulheres ideais eram, como eles, civilizadas, nacionalistas, patriotas. Diferentemente deles, eram doces, suaves, virgens, maternais.

Dessa forma, o entendimento das aproximações e distanciamentos entre esses dois conjuntos passa pelo entendimento não só dos usos do passado que eram feitos naquele momento histórico, mas também das questões do gênero. Pensando o gênero como uma categoria de análise, pudemos observar em *Brasileiras Célebres* e no *Ano Biográfico* uma forma de construir saberes e significados para as categorias homem/mulher e feminino/masculino. Pudemos lançar luz às formas de “tornar-se mulher” nesse momento tão emblemático para a construção identitário-discursiva do Brasil.

Mas apesar de delimitado, o “ser brasileira” é uma categoria menos engessada do que se poderia imaginar. Na leitura das narrativas biográficas compiladas por Joaquim Norberto e Joaquim Manuel, vimos a conhecer mulheres que rompiam com padrões de feminilidade de seus tempos históricos - como as guerreiras e as artistas. Vimos também mulheres que foram destaque e tiveram aspectos de sua singularidade reconhecidos mesmo que estivessem recolhidas a tradicionais espaços femininos - espaços tantas vezes excluídos das narrativas sobre o passado.

Esse é um aspecto bastante produtivo do trabalho com biografias históricas. No ato de narrar vidas, abre-se um espaço para conhecer a parte e o todo, o individual e o coletivo. Nas

biografias de mulheres que foram objeto de nossa análise, pudemos observar o discurso que constrói coletividades, que agrupa o “feminino” dentro de um todo aparentemente coeso e coerente - e pudemos observar as pequenas fugas desse todo.

De maneira geral, o estudo das narrativas de vida de nossas “suaves heroínas” parece enfatizar a ideia de que nenhuma estrutura é tão rígida que não permita alguns passos para além de limites pré-determinados; nem tão maleável que não busque reenquadrar nos moldes aceitáveis esses passos mais largos. Assim, um olhar atento às biografias históricas pode abrir um acesso privilegiado ao conhecimento do passado, permitindo que subjetividades e coletividades sejam vistas lado a lado sem que sejam absolutamente antagônicas.

“*There is a history in all men’s lives*”, escreveu William Shakespeare em uma de suas peças, Henry IV, um drama histórico. “Há uma história na vida de todos os homens / em que figura a natureza dos tempos passados”. Em Shakespeare, não surpreendentemente, a história está na vida dos homens. Homens enquanto sinônimo de humanidade, como era e ainda é comum se pensar, mas isso não significa dizer que não houve um lugar também para as mulheres na escrita da história, ainda que um lugar secundário.

Há também História na vida das mulheres e, principalmente, na forma como essas vidas foram contadas e registradas. Na escolha quanto a que histórias de vida registrar, nas palavras selecionadas, nos valores exaltados e nos detalhes esquecidos. Há ali uma história que não é apenas de indivíduos, mas a história de um gênero e de como ele foi relacionado à história da coletividade.

Pierre Bourdieu apontou, com certa razão, que a biografia é uma ilusão. É ilusória a concepção de que é possível narrar uma história linear e constante sobre a trajetória de um indivíduo e de que pode-se encontrar em sua vida um conjunto lógico que construa uma narrativa coerente. A vida organizada em uma sequência discursiva lógica é, diria Bourdieu, sempre uma criação artificial de sentido. No entanto, o entendimento dessa artificialidade e um olhar histórico às biografias, ao que me parece, pode oferecer uma quebra dessa ilusão.

No caso das célebres brasileiras, ler a narrativa sobre suas vidas em perspectiva histórica permite quebrar a ilusão de que há qualquer naturalidade e transparência nos conceitos de feminino e masculino, de que é natural o “tornar-se mulher”.

Michelle Perrot, após décadas de estudo das mulheres e dos espaços do feminino em perspectiva história, conclui em um de seus livros que

A história das mulheres também não mudou muito o lugar ou a ‘condição’ destas mulheres. No entanto, permite compreendê-las melhor. Ela contribui para sua consciência de si mesmas, da qual é certamente ainda apenas um sinal: Nos países

em vias de desenvolvimento, onde as mulheres começam a ter acesso ao reconhecimento individual, é o acompanhamento freqüente de um processo identitário, às vezes contrariado, de que somos as espectadoras cúmplices, ansiosas e solidárias. (PERROT, 2005, p. 26)

Talvez uma compreensão do processo histórico de tornar-se mulher no Brasil não seja o suficiente para mudar a condição feminina, para quebrar com as estruturas discursivas que condicionam “homem” e “mulher” a rígidas estruturas sociais e culturais. Mas se, como dito também por Perrot, as mulheres são mais imaginadas do que descritas, talvez a compreensão desse imaginário possa ser um pequeno passo no caminho da tomada de consciência de si, do outro e das relações, não ideologia, dos gêneros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. A gente é cria de frases: sobre história e biografia. In: *Revista Maracanan*, 8.8, 2012. pp. 13-27.
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2008.
- ARAÚJO, Valdeí Lopes de. "Sobre a permanência da expressão *historia magistra vitae* no século XIX brasileiro". In: ARAÚJO, Valdeí Lopes de; MOLLO, Helena Miranda; NICOLAZZI, Fernando (Org.). *Aprender com a História? O passado e o futuro de uma questão*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2011, pp. 131-148.
- BARBOSA, Januário da Cunha. Discurso. In: *Revista do IHGB, Tomo 1, Volume 1*, pp. 9-17, 1939.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996, p.183-191.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade*. (Tradução Renato Aguiar). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CARLYLE, Thomas. *Os heróis e o culto dos heróis*. Rio de Janeiro: Cultura Moderna, 1930.
- CHARTIER, Roger. "Diferenças entre os sexos e dominação simbólica (nota crítica)". In: *Cadernos Pagu* (4). Campinas, 1995, pp. 37-47.
- COSTA, Fernando Sánchez. "La Cultura Histórica. Una Aproximación Diferente a la Memoria Colectiva". In: *Pasado y Memoria. Revista de Historia Contemporanea*, 8, 2009, pp. 267-286
- CÉZAR, Temístocles. "Livros de Plutarco: Biografia e Escrita da História no Brasil do Século XIX". In: *Métis, História & Cultura*. Revista de História da Universidade de Caxias do Sul. Porto Alegre, v. 2, n. 3, 2003, pp 73-94.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX*. 2 ed. rev. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- FOLLADOR, Kellen Jacobsen. A mulher na visão do patriarcado brasileiro: uma herança ocidental. In: *Revista fato&versões*, n. 2, p. 3-16, 2009.

- GONÇALVES, Márcia de Almeida. “Histórias de gênios e heróis: indivíduo e nação no Romantismo brasileiro” In: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (org.). *O Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, v. 2, pp. 425-466.
- GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. “Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional.” In: *Revista Estudos Históricos* n.1. Rio de Janeiro, 1988, p.05-27.
- _____. A cultura histórica oitocentista e o nascimento da disciplina. In: *Anais do XXII Simpósio Nacional de História da ANPUH*. João Pessoa: ANPUH, 2003. pp. 1-7
- HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu de (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000, pp. 103-133.
- _____. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006
- HAHNER, June. *A Mulher no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 1978
- HOLLANDA, Heloísa Buarque de. “O estranho horizonte da crítica feminista no Brasil” In: SÜSSEKIND, Flora; DIAS, Tânia; AZEVEDO, Carlito. (Orgs.) *Vozes Femininas: gêneros, mediações e práticas de escrita*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2003.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuições à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2011.
- _____. *Estratos do tempo. Estudos sobre História*. Tradução Markus Hediger. Rio de Janeiro, PUC-Rio; Contraponto, 2014
- LEVI, Giovanni. Os usos da biografia. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996, p.167-182.
- LIMA, Raquel dos Santos Sousa; TEIXEIRA, Igor Salomão. Ser mãe: o amor materno no discurso católico do século XIX. In: *HORIZONTE-Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião*, v. 6, n. 12, p. 113-126, 2008.
- MALCOLM, Janet. *A mulher calada: Sylvia Plath, Ted Hughes e os limites da biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- MOORE, Henrietta. “Understanding sex and gender”, In: Tim Ingold (ed.), *Companion Encyclopedia of Anthropology*. Londres, Routledge, 1997.
- NICHOLSON, Linda. “Interpretando o gênero”. *Revista Estudos Feministas*, Vol. 8, No.2, 2000, p. 9-41.
- PEDRO, Joana Maria. “Relações de gênero na pesquisa histórica”. In: *Revista Catarinense de História*. Florianópolis, n. 2, p. 35-44, 1994.
- _____. “Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica”. In: *História*, São Paulo, vol. 24, n. 1, 2005, p. 77-98.

- PEREIRA, Rodrigo da Nóbrega Moura. A primeira das liberdades: O debate político sobre a liberdade religiosa no Brasil Imperial. In: *Desigualdade & Diversidade*, 2007.
- PERROT, Michelle. *Os excluídos da história*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.
- _____. Escrever uma história das mulheres: relato de uma experiência. In: *Cadernos Pagu*, n. 4, 1995, p. 9-28.
- _____. *As mulheres ou os silêncios da história*. São Paulo: EDUSC, 2005.
- PISCITELLI, Adriana. Recriando a (categoria) mulher?. In: *Textos Didáticos*, nº 48. Campinas, IFCH-Unicamp, 2002, p. 7-42.
- RENAN, Ernest. “O que é Uma Nação”. In: ROUANET, Maria Helena (Org.). *Nacionalidade em Questão* Rio de Janeiro: EdUERJ, 1997.
- RUBIN, Gayle. *The traffic in women: Notes on the "political economy" of sex*. 1975.
- RÜSEN, Jorn. “Qué es la cultura histórica?: Reflexiones sobre una nueva manera de abordar la historia”. 1994.
- RÜSEN, Jorn. *Razão Histórica. Teoria da história, os fundamentos da ciência histórica*. Brasília: UNB, 2001.
- SARLO, Beatriz. “Tempo Passado” In: *Tempo passado. Cultura da memória e guinada subjetiva*. Rio de Janeiro: Companhia das letras, 2007.
- SANCHEZ, Edney Christian Thomé. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: um periódico na cidade letrada brasileira do século XIX*. Dissertação de Mestrado – Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2003.
- SCOTT, Joan. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. In: *Educação e Realidade*, Porto Alegre, 20(2): p.70-99, jul/dez., 1995.
- _____. Prefácio: a Gender and Politics of History. In: *Cadernos Pagu*, n. 3, p. 11-27, 1 jan. 2007.
- _____. “História das mulheres”. In: BURKE, Peter. *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992. p. 63-95.
- SOIHET, Rachel. História das mulheres e história de gênero: um depoimento. **Cadernos Pagu**, n. 11, p. 77-87, 1 jan. 2013.
- TILLY, Louise A. “Gênero, história das mulheres e história social”. In: *Cadernos Pagu*, n. 3, 1994, p. 28-62.

Fontes

MACEDO, Joaquim Manuel de. *O Ano Biográfico Brasileiro. Volume 1*. Rio de Janeiro: Tipografia e Litografia do Imperial Instituto Artístico, 1876.

_____. *O Ano Biográfico Brasileiro. Volume 2*. Rio de Janeiro: Tipografia e Litografia do Imperial Instituto Artístico, 1876.

_____. *O Ano Biográfico Brasileiro. Volume 3*. Rio de Janeiro: Tipografia e Litografia do Imperial Instituto Artístico, 1876.

SILVA, Joaquim Norberto de Souza e. *Brasileiras Célebres*. Brasília: Senado Federal, 2004.